

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DANILLO ROSA MARCELINO

**AÇÃO DIRETA: A VIA PARA A TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL, SÃO PAULO (1906-1919)**

Orientador (a): Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo

GUARULHOS

2018

DANILLO ROSA MARCELINO

**AÇÃO DIRETA: A VIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL,
SÃO PAULO (1906-1919)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (UNIFESP/Guarulhos) para obtenção de título de mestre.

Orientador (a): Profa. Dra. Edilene Toledo

GUARULHOS

2018

MARCELINO, Danillo Rosa.

AÇÃO DIRETA: A VIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, São Paulo (1906-1919)./
Danillo Rosa Marcelino. – 2018.

Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo -
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História,
2018. 165 f.

Orientação: Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo.

Direct action: the way to the social transformation, 1906-1919

1. Ação Direta 2. Anarquismo 3. Movimento Operário 4. Primeira República

5. Circulação de Ideias. I. TOLEDO, Edilene (Edilene Toledo).

II. Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

DANILLO ROSA MARCELINO

**AÇÃO DIRETA: A VIA PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL,
SÃO PAULO (1906-1919)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (UNIFESP/Guarulhos) para obtenção de título de mestre.

Orientador (a): Profa. Dra. Edilene Toledo

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2018

Profa. Dra. Edilene Teresinha Toledo.

Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Carlo Maurizio Romani

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luigi Biondi

Universidade Federal de São Paulo

Profa. Glaucia Cristina Candian Fraccaro (Suplente Externo)

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Dedico o resultado final desta pesquisa
às lindas *Rosas* do meu jardim que são
minha inspiração e motivo para que meu
coração bata acelerado hoje e sempre:
Lucila, Denise e Aniele.

Por vocês, mulheres pretas e
trabalhadoras, fui motivado a mergulhar
nas ações das operárias que, exatamente
cem anos atrás, lutaram para mudar a
condição material de nossa classe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me deram suporte material e intelectual para o início e finalização deste estudo, em especial à minha mãezona, à minha mana e ao meu amor; ao Sr. Jorge Lúcio e nossos parceiros de outros “planos”; à toda minha família do África Mãe do Leão Sistema de Som, que busca construir a vida com autonomia; aos livres-pensadores que conheci nos meus anos de graduação na cidade de Assis/SP; à minha orientadora, Edilene Toledo, aos Professores Luigi Biondi e Carlo Romani e à Capes.

Resumo: Nesse trabalho buscamos analisar como o princípio anarquista da ação direta foi mobilizado pelo operariado no Brasil entre 1906 e 1919. O foco regional está centrado na cidade de São Paulo, entretanto, não nos limitamos a essa região. Com isso, exploramos uma análise também em perspectiva transnacional. Nosso primeiro passo é compreender quando surge a ação direta e qual foi o significado dado a ela pelos seus teóricos. Depois, observamos a aliança dos trabalhadores com anarquistas e sindicalistas revolucionários em São Paulo para mobilizar o princípio anarquista. Nossa intenção é notar essa mobilização da ação direta no Brasil e no mundo. Por fim, nosso objetivo é entender como a ideia da ação direta circulou dentro de um movimento transnacional heterogêneo.

Palavras-chave: Ação Direta, Anarquismo, Movimento Operário, Primeira República, Circulação de ideias.

Abstract: In this work we seek to analyze how the anarchist principle of direct action was mobilized by the workers in the Brazil between 1906 and 1919. The regional focus is centered at São Paulo town; however, we are not limited to it. Likewise, we will explore also an analyze with transnational perspective. Our first step is to understand when appeared the direct action and which was the mean given to it by theorists. After, we try to observe how in alliance with the anarchists and revolutionary sindicalists the workers at São Paulo town to mobilize the anarchist principle. Following, our intention is to observe that mobilization of direct action in Brazil and in world. Our aims are to understand how the idea of direct action circulated inside of a heterogeneous transnational movement and contributing with the thought anarchist.

Keywords: Direct Action, Anarchism, Work Movement, First Republic, Circulation of the ideas.

Listas de Siglas

AIT Associação Internacional dos Trabalhadores

CDP Comitê de Defesa Proletária

CGT Confédération Générale du Travail (Confederação General do Trabalho)

COB Congresso Operário Brasileiro

FTB Federação dos Trabalhadores Baianos

FOSP Federação Operária de São Paulo

IWW Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo)

PSI Partito Socialista Italiano

SUGTB Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia

SUOP Sociedade União dos Operários de Padaria

UGT União Geral dos Trabalhadores

UGT União Geral do Trabalho de Santa Maria

USI Unione Sindicale Italiana (União Sindical Italiana)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	32
1.1 O ambiente para o surgimento.....	32
1.2 O que queriam dizer os teóricos quando formularam o princípio da ação direta	48
1.2.1 Prelúdio	48
1.3 As reflexões sobre ação direta	50
CAPÍTULO II	68
2.1 A prática da ação direta em São Paulo (1906-1919)	69
2.2 Os opositores e a repressão para liquidar a ação direta	81
2.3 Sindicatos de ação direta entre anarquistas, sindicalistas revolucionários e o movimento operário	87
2.4 A ação direta nas mentes dos militantes e nas mãos do operariado em São Paulo	99
2.5 A ação direta em São Paulo na greve de 1917 no contexto da radicalidade operária	106
CAPÍTULO III	110
3.1 Indústria e surgimento do operariado	111
3.2 A ação direta em presença nacional	115
3.3 Organização e mobilização operária de operárias no movimento (trans)nacional	124
3.4 Maria Antonia Soares na propaganda pela ação direta em 1917	129
3.5 Operárias internacionais	137
3.6 As Resoluções selando o acordo operário pela ação direta	138
3.7 Action directe, Azione Dirreta, Direct Action...: an international presence: ação direta cruzando fronteiras	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
FONTES	157
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

O texto de dissertação que segue é uma tentativa de realização de uma história do anarquismo no Brasil, buscando compreender como o princípio anarquista da *ação direta* foi mobilizado por libertários e membros do sindicalismo revolucionário dentro do movimento operário brasileiro entre os anos de 1906 e 1919, na cidade de São Paulo, mas em conexão com outros espaços geográficos localizados dentro e fora do Brasil. Uma das inquietações que motiva o trabalho está no interesse de saber se a ação direta ao ser mobilizada, no contexto brasileiro da Primeira República, esteve realmente atrelada à preocupação com a Revolução Social, ou se as questões imediatas da vida cotidiana foram o principal elemento para que ela fosse reivindicada.

O princípio da ação direta surgiu na década de 1890¹, da relação dos anarquistas com o movimento operário, em um cenário de participação política conturbado. Por isso, o princípio diz respeito à ação política (WALTER, 2000, pp. 68-71) dos grupos mais pobres da sociedade no fazer política, objetivando organizar e formar uma nova sociedade futura. A relação entre ambos foi constituída anos antes, desde a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), em 1864, momento fundamental tanto na formação do movimento anarquista quanto do movimento operário.

¹ WALTER, Nicolas. *Do anarquismo*. Tradução: Júlio Carrapato. São Paulo: Editora Imaginário, Soma, Nu-Sol, 2000.

Entre as principais referências teóricas, na reflexão sobre o objeto de estudo, temos, na França, nomes como o de Emile Pouget, Georges Sorel², Fernand Pelloutier e Pierre Monatte. Há também a colaboração teórica do italiano Arturo Labriola; já no Brasil, a referência pode ser enunciada com José Oiticica³. A ação direta fez parte da estratégia⁴ anarquista e sindical como elemento essencial na luta para a conquista da Revolução Social, ela é significativamente relevante para o entendimento do anarquismo como pensamento político, principalmente no que tange a sua crítica ao sistema político parlamentar e ao Estado. O princípio da ação direta, como termo expresso, surgiu na França, com as organizações sindicais francesas, como afirma Edilene Toledo (2004, p. 66), que Émile Pouget inventou o termo ação direta. No final do século XIX, Pouget publicou o opúsculo *L'action directe*, no qual ele expressa suas ideias sobre o sentido do termo.

A ação direta foi expandida para o mundo por meio das ideias e propaganda anarquistas transmitidas a partir de jornais, panfletos, livros, leituras em grupo, do trânsito de militantes, ou seja, de todos os modos possíveis para aquela época. Assim, foram por esses caminhos que a ação direta atravessou o oceano Atlântico e fez seu pouso nos países latino-americanos, como Brasil, Argentina, Uruguai e Cuba, por exemplo. Contudo, a ação direta não ficou presa ao movimento operário do início do século XX, de modo que podemos notar seus traços ao longo de todo o século XX e mesmo no recente século XXI. No Brasil, ela esteve em prática com as ações da tática Black Bloc⁵ nas manifestações que se iniciaram a partir de junho de 2013. Ao longo de sua história, ela também circulou por outros movimentos sociais ao redor do mundo (MINTZ, 2005), além de sua incontestável presença nos locais de agitação no final do século XIX e início do século XX (GODOY, 2013). Nos anos 1930 a ação direta foi

² Georges Sorel teve uma relação com o movimento operário questionável, pois ele era muito mais intelectual do que militante, seu pensamento político sofreu influência das ideias libertárias de Proudhon. Sua importância para uma discussão sobre a ação direta dá-se a partir do livro *Reflexões sobre a violência* (1906), no qual ele expressa suas reflexões acerca da ação autônoma do operariado. De fato, o termo ação direta não é apresentado na obra, mas está implícito no texto a partir das exposições de Sorel sobre a ação política do operariado de forma autônoma.

³ José Oiticica torna-se relevante para a dissertação pelos seus textos: *O espírito da ação direta* e *A ação direta na Índia*, publicados em periódicos e lançados em *Ação Direta*, livro organizado por Roberto das Neves e publicado pela Editora Germinal (Rio de Janeiro, 1970).

⁴ Os anarquistas, buscando ter coerência com os objetivos que querem atingir, fazem uma discussão entre estratégia e tática. A estratégia requer uma leitura da realidade para que as táticas sejam estabelecidas (CORRÊA; SILVA; SILVA, 2015p. 41).

⁵ Revista *Carta na Escola*, n. 79, set./2013, p. 38-45.

marcante na Revolução Espanhola; no Brasil, é perceptível sua continuidade pelo escrito de Raquel de Azevedo (2002), que analisou o anarquismo nessa época. Por volta dos anos 1960 e 1970, é notada sua presença no Uruguai, país onde os militantes trabalhavam com a concepção de “ação direta a todos os níveis” (RUGAI, 2012, p. 157-165). Por meio das ações da tática Black Bloc, a ação direta foi posta em prática em quase todas as décadas recentes, de 1980 até a atual, na Alemanha, Estados Unidos, Itália, Inglaterra e, como mencionado acima, também no Brasil⁶.

Para este trabalho, os jornais anarquistas e operários serão as principais fontes de pesquisa. Os jornais têm sido utilizados como fonte para a pesquisa histórica há algum tempo e servido como elemento fundamental para a compreensão do passado quando ele é analisado, porém, de maneira crítica, pois eles jamais serão um retrato fidedigno da realidade a qual noticiam. O manuseio dessas fontes envolve um entendimento de que elas não são manifestações imparciais da realidade e há necessidade de um procedimento metodológico para a utilização desse produto social como fonte de pesquisa⁷. Esse veículo de comunicação fez parte do movimento anarquista desde Bakunin e Kropotkin, que também expressaram suas ideias em periódicos, como também fez Proudhon para propagar seu ideal libertário. “Em fins de 1878, Kropotkin lançou o jornal ‘Le Révolté’, na Suíça, até ser expulso do país. Continuou a publicação em Paris com o ‘La Revolté’, que se tornou o mais influente dos jornais anarquistas desde o desaparecimento do ‘Le People’, de Proudhon, em 1850” (MORAES, 2016, p. 110). Assim, por mais importante que tenha sido o papel da imprensa libertária e operária para a divulgação das ideias anarquistas, e com ela a ação direta, não perderemos de vista que ela era completamente permeada por um discurso ideológico que envolvia diferentes críticas políticas e sociais à sociedade da época, tanto quanto um projeto político e social em contraposição àquela sociedade.

No contexto da Primeira República no Brasil, com a presença dos anarquistas na organização do operariado brasileiro – quando estava se formando –, a imprensa teve um significado relevante, pois ela era um dos principais meios de comunicação entre esses grupos para a troca de informações com militantes de diferentes regiões. Assim,

⁶ *Ibidem*.

⁷ LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

ela se constitui em um espaço de articulação do movimento operário, dos anarquistas e membros do sindicalismo revolucionário na luta entre oprimidos e opressores.

A dissertação “*Paz entre nós, e guerra aos senhores*”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas *Guerra Sociale* e *A Plebe na segunda década do século XX em São Paulo* (2016), defendida recentemente por Kauan Willian dos Santos é elucidativa, pois, ao trabalhar com os agentes sociais por trás da redação dos jornais *Guerra Sociale* e *A Plebe*, o autor mostra particularidades do projeto anarquista com relação ao seu envolvimento no movimento operário, principalmente na questão de como seria a maneira mais eficiente de os trabalhadores se organizarem para o alcance de seus objetivos – o foco principal das discussões entre os anarquistas girava em torno das organizações sindicais com a presença ou não deles, anarquistas, e quais seriam as funções dos sindicatos.

Na busca de uma reflexão qualitativa sobre o princípio anarquista da ação direta, pretende-se coligir com os jornais selecionados como fontes dois livros⁸ de características teóricas que abordam aspectos fundamentais para a compreensão da ação direta. A ação direta emerge do seio do pensamento e movimento anarquista do século XIX e ambos ainda estão presentes nos dias atuais⁹, porém de modo esparso, não mantendo as mesmas características do período de análise. Contudo, isso não tira o mérito do movimento em atividade na atualidade.

O anarquismo é uma doutrina política que tem como elementos fundamentais o fim da dominação, a organização de uma sociedade a partir da autogestão e a transformação social iniciada de “baixo para cima”. O anarquismo traz consigo um projeto social consistente, que pensa na estruturação de uma sociedade anárquica futura em todos os âmbitos, como podemos observar a partir de Nicolas Walter (2000) quando ele aborda no livro *Do anarquismo* aspectos de como a sociedade livre se organizaria, fazendo alusão às associações livres que organizariam a sociedade. Para o anarquismo, a ocorrência da Primeira Internacional, na segunda metade do século XIX, foi fundamental para a sua existência como movimento político/social ao se relacionar diretamente com o movimento operário.

⁸ Serão os já mencionados trabalhos *L'action directe*, de Émile Pouget, e *Reflexões sobre a violência*, de Georges Sorel.

⁹ Além do Black Bloc como citado acima, podemos ver também no Movimento Passe Livre (MPL) características da ação direta.

Organizar os trabalhadores para o estabelecimento da Revolução Social foi uma das preocupações centrais dentro do anarquismo, pois os anarquistas viam no grupo de trabalhadores, mas, não somente nele, um dos principais motores para a transformação da sociedade devido às condições de vida que os operários tinham. Para os anarquistas, a transformação social deve ser um levante ocorrido de baixo para cima, organizado e mantido pelos grupos subalternos, aqueles são capazes de estar em defesa de todas as pessoas que foram excluídas dos benefícios do *progresso* e do *capitalismo*. Assim, eles mantêm suas atenções voltadas não somente aos grupos de trabalhadores, mas à sociedade de forma ampla, com maior cuidado para com esses elementos sociais. Desde seu surgimento, o anarquismo esteve ligado aos trabalhadores rurais e urbanos, mas foi com esses últimos que essa ligação ficou mais sólida. Isso fica mais perceptível quando o movimento é compreendido a partir das mudanças sociais, econômicas e culturais advindas da Revolução Industrial. Compreender o movimento anarquista como um movimento de massa torna mais eficaz o entendimento de quem eram as pessoas com quem os anarquistas estavam preocupados.

Dentro da proposta anarquista, uma sociedade descentralizada e sem participação do Estado eram itens fundamentais para a sociedade futura livre e igualitária que se almejava. Na tentativa de pôr em prática essas ideias, a relação entre teoria e prática foi primordial para a formação do pensamento – anarquista – e a ação direta se tornará ponto chave nessa questão entre teoria e prática com a chegada do final do século XIX e seus acontecimentos de impacto internacional. A organização dos operários como grupo revolucionário era extremamente essencial, tanto que os anarquistas buscaram estar presentes na vida dos trabalhadores em todos os setores da vida social, constituindo com eles diferentes associações onde fosse possível a divulgação do pensamento anarquista e ampliação do movimento de caráter revolucionário. A forma de organização que mais gerou controvérsias entre os anarquistas foram os sindicatos.

O sindicato é uma organização de resistência dos trabalhadores, local onde eles se reúnem para discutir e decidir questões que envolvem suas relações e condições de trabalho. Inicialmente, a formação de um sindicato está conectada à vida material dos trabalhadores. Esse argumento ganha mais consistência quando observamos o que nota Marcel van der Linden sobre os sindicatos, ao trazer a ideia de que eles capacitam seus membros para a defesa de seus interesses (2013, p. 245). “Segundo uma crença muito

disseminada, os sindicatos originam-se em fins do século XVIII ou inícios do século XIX. Mas a verdade é que sua origem histórica data de épocas muito mais antigas” (2013, p. 246).

A definição de sindicato, com base no mesmo autor, parece ser algo que não se estabelece sem controvérsias, quando reflete-se sobre suas práticas. As organizações dos trabalhadores parecem ter sido legítimas ao carregarem o rótulo sindical, pois a maioria, senão todas, tiveram a greve como forma de luta. De acordo com van der Linden: “Uma organização de trabalhadores que repudie por completo e por princípio a tática da greve, ou que jamais sequer ameace entrar em greve, não pode ser realmente considerada um sindicato” (2013, p. 246). Em toda a história conjunta do anarquismo com o movimento operário, a presença das greves foi uma das prioridades.

Entendendo a relevância do sindicato para a organização dos trabalhadores e propagação do pensamento anarquista e suas propostas de sociedade futura, os anarquistas, não só no Brasil, mas em outras regiões do mundo, por onde se espalharam, adentraram nessas organizações para pôr em prática seu plano. Entretanto, esse envolvimento nos sindicatos suscitou diferentes opiniões de como deveria ser a melhor forma de os anarquistas ocuparem esses espaços. No desenrolar dessa questão, surge o denominado *sindicalismo revolucionário*, que teria como principal função ser um espaço de resistência dos trabalhadores sem defender nenhuma ideologia política, nem anarquista, nem socialista, nem, mais tarde, comunista, etc. – isso pelo fato de que o movimento operário era influenciado e disputado por diferentes pensamentos políticos¹⁰. O sindicalismo revolucionário também reivindicava o princípio da ação direta como estratégia para que os trabalhadores tivessem suas reivindicações atendidas.

Dentro do projeto político do sindicalismo revolucionário a classe trabalhadora ocupava um lugar de destaque em comparação aos outros grupos sociais na organização da sociedade futura que teria nos sindicatos de trabalhadores a base da organização econômica e política. Já no socialismo temos um privilégio pela organização dos trabalhadores dentro do partido socialista, realizando uma luta operária com caráter reformista, o campo eleitoral pelo voto seria um dos caminhos a serem seguidos pelos trabalhadores que deveriam ter a confiança na ação representativa de seus candidatos.

¹⁰ CAMPOS, Cristina Hebling. *O sonhar libertário* (movimento operário nos anos 1917 a 1921). Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988; OLIVEIRA, Tiago Bernadon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil* (1906-1936). Tese de Doutorado, 2009.

O anarquismo como – ampla parte – do sindicalismo revolucionário nega ferozmente o contato dos trabalhadores com a via eleitoral¹¹, contudo o anarquismo não vê o sindicato dos trabalhadores como a forma essencial da nova sociedade, e mais, sua perspectiva de massa está para além dos trabalhadores, por mais que eles tenham o seu devido lugar no pensamento estratégico anarquista. Com isso, apesar das identificações possíveis com o socialismo e o anarquismo, temos que o sindicalismo revolucionário teve limites definidos que podem diferenciar sua proposta política dos demais pensamentos que tiveram contato com o movimento operário na virada do século XIX para o XX. A ação direta foi fundamental para anarquistas e sindicalistas revolucionários, mas o modo como eles a concebiam também tinha sua diferença. Ao anarquismo a ação direta não deveria ser condicionada pelos trabalhadores nas lutas de objetivos imediatos, para os sindicalistas revolucionários as greves com reivindicações salariais, por exemplo, eram úteis para servirem aos operários como um ensinamento na luta contra o capitalismo e o Estado.

O sindicalismo revolucionário também causa divergência entre os estudiosos de temas como anarquismo, movimento operário e do próprio sindicalismo revolucionário¹². No âmbito das pesquisas nacionais, temos trabalhos que articulam o sindicalismo revolucionário como uma corrente política autônoma que não pode ser entendida como anarquista, por exemplo, o livro *Travessias revolucionárias* (2004), de Edilene Toledo, no qual a autora, por meio da trajetória de vida de três militantes, desenvolve essa perspectiva e afirma o caráter político autônomo do sindicalismo revolucionário. Por outro lado, temos pesquisas que se contrapõem a esse caráter autônomo do sindicalismo revolucionário, evidenciando que o sindicalismo revolucionário pertence à ampla tradição anarquista¹³.

A organização de um movimento operário com perspectiva internacional está centrada no Congresso da Primeira Internacional dos Trabalhadores, momento que de alguma maneira marca o impacto da Revolução Industrial – de forma mais ampliada

¹¹ O sindicalismo revolucionário na Itália reserva especificidades que buscaremos dar atenção dentro do trabalho no momento oportuno.

¹² A tese de Tiago Bernadon de Oliveira (2009, p. 26-28) evidencia essa questão entre os estudos sobre a autonomia do sindicalismo revolucionário em relação ao anarquismo. O próprio autor está alinhado com a perspectiva de que o sindicalismo revolucionário era parte do anarquismo.

¹³ O livro *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism* escrito por Schmidt e Walt traz esta definição de ampla tradição anarquista, a qual é compartilhada, no Brasil, por Felipe Corrêa (2012, 2015) e Rafael Viana da Silva (2015).

ultrapassando as fronteiras da Inglaterra¹⁴ – e desenvolvimento do capitalismo na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, trazendo piores consequências para o grupo de trabalhadores e os outros membros que compõem o núcleo familiar.

O desenvolvimento desse movimento operário internacional se deu em um contexto extremamente complexo não somente pelas mudanças dentro do sistema econômico – que se articulava a partir da interligação dos continentes –, mas também por toda a dinâmica dentro do jogo político, que envolvia diferentes apontamentos, como o de como se daria a participação política dos grupos sociais¹⁵. De modo geral, mas com o cuidado devido às particularidades de tempo e espaço, pode-se dizer que o movimento operário em âmbito internacional esteve inserido em um cenário no qual “para as elites dominantes, havia a preocupação em controlar os novos segmentos populares e lhes impor um sentido de ordem” (MARTINHO, 2011, p. 187) e o controle da política – com polícia – eram primordiais¹⁶.

A formação de cidades prosseguia de maneira rápida, alimentada por um expressivo contingente de trabalhadores urbanos vindos das regiões agrícolas. Estes, por sua vez, não possuíam nenhum tipo de legislação trabalhista que lhes garantisse sequer algum direito mínimo para uma vida com dignidade. A nova dinâmica no processo de produção, em conjunto das novas relações de trabalho, dificultava ainda mais a vida dos empregados e dos *pequenos produtores independentes*. A relação patrão e empregado deixava a balança mais favorável àquele do que a esse. Com isso, era necessário criar formas de luta que assegurassem ao trabalhador melhores condições de vida, considerando que a via política parlamentar para ele estava repleta de barreiras. As estruturas do Estado e a permanência delas como meio de garantir qualitativas

¹⁴ A Revolução Industrial é compreendida por alguns autores como um processo ocorrido em fases. A segunda fase é o momento de maior interesse para esta dissertação. Para um entendimento relativo ao processo da Revolução Industrial, ver: RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. As revoluções burguesas. In: *O século XX o tempo das certezas: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra*. FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis; ZENHA, Celeste (org.). vol. I, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 77-97.

¹⁵ A Comuna de Paris, em 1871, é dos eventos históricos expressivos no que diz sobre a participação política do “povo”.

¹⁶No Brasil, como no restante do mundo, as leis mais a repressão policial foram mecanismos fundamentais para conter os movimentos políticos e sociais no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Ver: LEAL, Claudia Feierabend Baeta. *Pensiero e Dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890*. Tese (doutorado) – Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006; AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002 (Coleção Teses e Monografias).

mudanças na vida dos mais pobres eram bombardeadas pela crítica anarquista¹⁷. A situação política daquele momento pode ser mais bem compreendida a partir do seguinte trecho: “(...) qualquer que fosse o modo pelo qual a democratização avançasse, entre 1880 e 1914 a maioria dos Estados ocidentais havia-se resignado ao inevitável: a política democrática não podia ser mais protelada. ‘Daí em diante, o problema foi manipulá-la’.” (TOLEDO, 2004, p. 74)

No caso do Brasil, o país, para o período analisado que abarca parte do período do trecho mencionado acima, vivia o período da Primeira República, tendo como os primeiros governantes desse momento alguns homens ligados ao exército e próximos às oligarquias que disputavam por seus interesses dentro dos estados que detinham boa autonomia política (FAUSTO, 1999, p. 261-303). O café produzido em grande quantidade em São Paulo deu visibilidade ao estado e teve como concorrente por espaço na economia as primeiras indústrias que foram ocupando o trabalhador urbano assalariado no país. No campo político, o Brasil era autoritário quando se tratava da relação com esses trabalhadores, que, pela via política parlamentar, não tinham chances de conseguirem soluções plausíveis para as suas reivindicações, pois muitos dos poucos projetos de lei para regulamentar as relações de trabalho e proteger o trabalhador, nas duas primeiras décadas do século XX, ficaram só no papel, e foram os grandes momentos de mobilização que fizeram com que os queixas trabalhistas recebessem um pouco mais de atenção dos dirigentes do país.¹⁸ O trabalhador urbano assalariado no Brasil começa a surgir já no século XIX¹⁹, mas ainda de maneira tímida, se comparado aos países da Europa. Contudo, foi no século XX que esse grupo marcou

¹⁷ Para conferir as críticas anarquistas ao Estado, ver: BAKUNIN, Mikhail. *O princípio do Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2008.

¹⁸ Boris Fausto (1999) nota, em *História do Brasil*, que, “desde 1907, uma lei previa a forma legal de organização dos sindicatos” e que, “em 1912, o tenente Mário Hermes realizou um congresso operário no Rio de Janeiro, com o objetivo de sistematizar as reivindicações que propunha levar ao Parlamento”. A seguir prossegue com a seguinte assertiva: “entretanto, só no curso da vaga de greves que se cogitou de aprovar uma legislação operária” (p. 302), isto representando o período de 1917 a 1920. Podemos captar que essas preocupações tiveram mais corpo quando as ações dos operários tinham maior impacto, por exemplo, o ano de 1906 foi o ano quando ocorreu o Primeiro Congresso Operário Brasileiro com a perspectiva de organizar o movimento operário brasileiro e, no ano seguinte, houve fortes mobilizações dos trabalhadores, chamando a atenção das autoridades. Em 1917, não é tão diferente: a ressalva está no fato de o movimento ter maior força nesse momento. Nota-se que, se não houvesse mobilização por parte dos trabalhadores, o governo também não buscaria alternativas para melhor sua condição de vida.

¹⁹ A tese de Tiago Bernardon de Oliveira demonstra a existência de indústrias no Brasil a partir da mobilização operária ocorridas por volta do ano de 1891 (2009, p. 37-38).

definitivamente a vida social e política do país. Esse grupo social foi composto em sua maior parte por imigrantes – italianos, portugueses, espanhóis e outros –, também houve a presença nas indústrias de pretos que antes foram escravizados. A introdução de imigrantes europeus, em principal, no Brasil, acompanha alguns motivos dos quais considera-se importante destacar: em primeiro, o projeto de modernização do país por meio do branqueamento da sociedade brasileira, buscando eliminar os africanos e seus descendentes do conjunto social; depois, a necessidade de mão de obra abundante e barata para as fazendas de café, mão de obra que, depois, acabou fugindo das péssimas condições de vida e de trabalho na fazendas e foi para as cidades em busca de emprego na indústria. Como bem demonstrou Robert Conrad, os fazendeiros promoveram a inundação do mercado de trabalho brasileiro por estrangeiros também para diminuir o poder de negociação dos trabalhadores oriundos da escravidão²⁰.

As calamidades pelas quais passavam os trabalhadores ao redor do mundo, tanto no âmbito econômico quanto político, convergiam para uma unificação no plano internacional, pois começou-se a ter a percepção de que, entre os trabalhadores do mundo, havia reivindicações em comum, mesmo levando em conta as especificidades numa análise de casos. Dessa maneira, a AIT surge como órgão a congregar os grupos de trabalhadores dispersos pelo mundo. Era suprema a presença das delegações, das associações operárias e dos representantes europeus que fizeram parte dos Congressos da AIT²¹. Contudo, por meio de correspondências, tentou-se uma articulação muito mais ampla entre o operariado para a constituição de um movimento internacional. “Os franceses, por sua parte, a formação de comitês de correspondência para a troca de informações sobre as diferentes realidades com vistas à elaboração de projetos em comum” (SAMIS, 2015, p. 161). Nos Congressos, estiveram reunidas as principais correntes de esquerda – anarquistas, socialistas e comunistas, a partir da Revolução Russa – que, através de análises sociais, foram compreendendo a realidade de modo a ver nos trabalhadores uma condição de vida gerada pela exploração.

A compreensão da relação entre intelectuais e operários é altamente importante para o entendimento do porquê a história do movimento anarquista caminha em paralelo

²⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

²¹ SAMIS, Alexandre. A Associação Internacional dos Trabalhadores e a Conformação da Tradição Libertária. In: *Teoria e História do Anarquismo*. CORRÊA, Felipe; SILVA, Alessandro Soares da; SILVA, Rafael Viana da (Org.). Curitiba: Prismas, 2015 (p. 161-191).

com a história do movimento operário, não que esse envolvimento tenha sido sempre harmônico (SAMIS, 2015).

É a partir da compreensão das desigualdades sociais e dos processos de exploração econômica que o anarquismo adentrou no movimento operário, saindo do pensamento socialista²², de modo a propiciar um projeto de sociedade futura, sendo ela anárquica, cujas transformações necessárias para um bem-estar²³ de vida fosse a regra para humanidade. As teorias de Bakunin, Kropotkin, Malatesta, Pouget, Pelloutier, entre outros, estavam pautadas em formas de como o operariado poderia romper com tal situação, enquanto, por outro lado, havia outras teorias, como as liberais, as darwinistas, defensoras do Estado como regulador da sociedade, que justificavam a situação dos trabalhadores dentro do processo de desigualdade, argumentando que ela é parte do processo de competitividade social que naturalmente a sociedade está submetida, demonstrando pouco interesse em compreender a desigualdades econômicas e sociais que preocupavam os anarquistas partindo da própria ação humana das elites. Wallace dos Santos Moraes (2016, p. 114-117), ao expor suas assertivas em relação às ideias anarquistas de Kropotkin, nos possibilita uma compreensão das contraposições de pensamentos teóricos sociais e econômicos que circunscreveram os direcionamentos da luta dos trabalhadores ao longo da sua história.

Percorrer pela história do anarquismo em sua relação com o movimento operário e, com isso, tangenciar uma tentativa de entender como a ação direta foi mobilizada em determinado contexto, requer também ter lúcidas as concepções de mundo que impulsionavam o movimentar dos acontecimentos, pois essas histórias não são feitas somente de ações. Estas são influenciadas por diferentes pensamentos que divergem, convergem, se completam, muitas vezes implicam em armadilhas nos processos de análise quando em pesquisa. As discussões sobre o Estado e a perspectiva socialista podem ser exemplo disso. No caso da perspectiva socialista que pode qualificar tanto anarquistas – socialistas libertários – quanto marxistas, contudo, não significa o entendimento de que são a mesma coisa, pois existem concepções na teoria de organização política conflitantes. A própria ideia de abolição do Estado que agrada a

²² Socialismo libertário foi um termo utilizado por Bakunin para expressar sua posição antiautoritária, o termo também identifica os anarquistas. Bakunin fez uso desse termo também devido à carga negativa, que, naquele momento, o termo anarquista carregava (CORRÊA, 2012).

²³ Wallace Moraes nos dá mais ideias sobre a proposição de Kropotkin a respeito do direito ao bem-estar para todos (p. 133-135, 2016).

ambos pode ser exemplar, porém o método de como chegar ao esfacelamento do Estado são bem diferentes²⁴. Portanto, podemos dizer que é a esquerda que está articulando parte dos exemplos, e que ela mesma está fragmentada entre anarquistas, socialistas e comunistas²⁵.

Além disso, estão envolvidas nessas diversificações de ideias e pensamentos que permeiam a existência do anarquismo em conjunto do movimento operário as concepções do Iluminismo junto à valorização da razão humana promotora do desenvolvimento da ciência que abriria os caminhos para o progresso, as visões teleológicas e deterministas. Estar em contato com a história do anarquismo e da compreensão do papel da ação direta, em alguma medida, significa estar próximo de um conjunto de ideias que precisam ser compreendidas, dentro do contexto em que foram formuladas, para se aproximar de conclusões consistentes sobre as reflexões que norteavam as ações dos anarquistas dentro do movimento dos trabalhadores.

Dentro de uma perspectiva historiográfica, esta dissertação está respaldada por uma gama de trabalhos, nacionais e internacionais, visto que “é praticamente impossível realizar uma pesquisa abrangente sobre o anarquismo, sem o estudo de obras em outros idiomas” (CORRÊA, 2015, p. 17). Será dada atenção a trabalhos com foco principal na ação direta, no anarquismo, no sindicalismo revolucionário, no movimento operário, e, como não poderia deixar de ser, será dada atenção também aos títulos que versam sobre a escrita da história, já que eles são fundamentais para a compreensão de como temas como esses tornaram-se dignos de serem captados pela historiografia.

O interesse por trabalhos que refletem sobre a historiografia surge do fato de que a historiografia como produto social passou por transformações responsáveis pelo atual nível das pesquisas em História. Essas mudanças ampliaram o leque de temas abordados pelos historiadores, trouxeram novos métodos de análise, fez que o escopo de fontes não ficasse refém dos documentos políticos ligados ao governo. Tais mudanças também possibilitaram o entendimento de que o “povo” também faz história. De modo geral,

²⁴ A partir da concepção marxista, o fim do Estado se daria após o processo da ditadura do proletariado, que os marxistas entendem como fundamental para a constituição de uma sociedade comunista. Sendo assim, para os marxistas, há a necessidade primeira de se tomar o Estado nas mãos para, depois de um processo, eliminá-lo. Por outro lado, os anarquistas querem a Revolução sem terem que adentrar nas estruturas do Estado.

²⁵ A afirmação das correntes políticas mencionadas como de esquerda parte do livro *A formação das tradições*, da coleção Esquerdas no Brasil (2007), que abrange todas essas correntes políticas como de esquerda.

para a visibilidade do impacto desse processo de vicissitudes nesta pesquisa, a guinada historiográfica entre os séculos XIX e XX é marcante, principalmente pela relação que esta pesquisa possui com a academia.

Nesse momento é dado à historiografia um percurso de distanciamento da filosofia e ela começa a ser pensada com status de ciência, adentrando o universo universitário, tornando-se objetiva. Assim, questões de caráter metafísico foram abandonadas e a escrita da história tomou a *observação* das fontes como medida para atingir os novos objetivos. Na perspectiva europeia, esse processo pode ser compreendido a partir da França representada pelos metódicos liderados por Gabriel Monod, Charles Langlois e Seignobos. O grupo francês realizou uma produção historiográfica focada no método histórico, que enfatizava a crítica documental interna e externa, cujas atividades intelectuais desse grupo de historiadores franceses junto a outros iniciariam um movimento de profissionalização do historiador e de seu método de trabalho. Porém, “a obra dos metódicos não se limita à definição da profissão do historiador e do seu método, ela também se exprime pela definição dos quadros da história escolar e por uma importante produção que diz respeito essencialmente, mas não exclusivamente, à história nacional” (DELACROIX; DOSSE; GARCIA, 2012, p. 105).

Outro representante desse momento historiográfico é o alemão Leopold von Ranke, conhecido como fundador da historiografia tradicional – também compreendida como *história política* ou *história dos grandes nomes* (estadistas, eclesiásticos e militares) – pelo fato de sua produção ter sido voltada às ações políticas e militares desses “grandes personagens da história”. Ranke tem seu trabalho reconhecido na França e exerce relativa influência na historiografia francesa a partir dos metódicos. A preocupação em legitimar a formação da Prússia foi uma das maiores marcas da sua obra histórica. “A proposição rankiana que coloca a história próxima às ciências naturais” (CORRÊA, 2014, p. 4).

Para além desses nomes mencionados anteriormente, e refletindo sobre o movimento de oposição ao passado da escrita da história, devido ao teor das abordagens e à ampliação nos modos de se fazer e pensar a História, têm-se a *Escola dos Annales*, em 1929, e as mudanças historiográficas ocorridas na segunda metade do século XX, com grande contribuição da historiografia marxista inglesa, da qual surgem nomes como os de Eric Hobsbawm, Christopher Hills e Edward Paul Thompson. Uma das

grandes contribuições desses historiadores para o campo historiográfico foi o de demonstrar que a história está para além do universo de ação das elites. Os *Annales* trouxeram análises que diziam a respeito do cotidiano de pessoas de “vida simples” e a perspectiva de “história problema”, que busca sair da superfície dos fatos para buscar a complexidade dos acontecimentos. Também problematizam sobre a relação da História com as ciências sociais – sociologia, antropologia e geografia, por exemplo –, estas que, daquele instante, também buscam se legitimar como ciência (DELACROIX, DOSSE, GARCIA, 2012). A historiografia marxista inglesa é fundamental nessa dinâmica historiográfica devido a seu vínculo com a história do movimento operário. Thompson foi notório representante pelo seu modo de captar a história da classe operária. Em seu livro *A formação da classe operária inglesa*, ele “representou um novo marco na historiografia contemporânea. Ao ‘refazer’ a história do primeiro proletariado inglês, Thompson desenvolveu um percurso próprio, objetivando penetrar nos meandros do que ele denominou o ‘fazer-se’ da classe operária.” (MUNHOZ, 1994, p. 156). O pensamento desse autor tem forte impacto nesta pesquisa, pois, como ele, o trabalhador será analisado nela como *agente* de sua própria história, sendo capaz de mobilizar-se para batalhar por melhores condições de vida. Assim, esse texto histórico é desenvolvido a partir de um estudo sobre a ação direta como ponto de partida para a sua produção, a *história vista de baixo*²⁶.

No entanto, essas transformações na escrita da história são reflexo de um modo de compreensão do movimento histórico que recai sobre uma teoria da história, algo que os anarquistas, ao seu modo, também estavam atentos, pois compreender o movimento histórico seria elementar para formular teorias sociais ligadas ao desejo de transformação social. Kropotkin, por exemplo, expôs suas reflexões sobre o processo da Revolução Francesa em *A grande revolução*. Por mais que em alguns momentos o texto tenha um aspecto mais descritivo do processo, ele não deixa de propor métodos e modos

²⁶ A história vista de baixo derivada do inglês, *history from below*, parte de uma concepção histórica marxista que vê a agência histórica de grupos antes excluídos da historiografia, ou vistos por ela com papel secundário no processo histórico. Por causa dessa concepção histórica, a história vista de baixo faz oposição à concepção histórica da história política, que, por seu turno, foca nas ações dos grupos da elite da sociedade. Desse modo, grupos formados por mulheres, escravos, trabalhadores, povos colonizados, que recebem atenção da História, estão sendo objeto de análise dessa concepção histórica. Thompson, entre tantos outros historiadores, estão alinhados à história vista de baixo; assim, muitos personagens que antes estavam à margem da história ganharam status de “sujeitos da história”. No livro *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* (1988), de Michelle Perrot, é possível ampliar a compreensão sobre essa questão historiográfica.

de compreensão do acontecimento, mencionando que a história da Revolução Francesa ainda apresentava problemas, pois não se havia estudado as “origens populares da Revolução”, ou seja, do ponto de vista do autor, a Revolução deveria ser compreendida também a partir do camponês. “Quanto mais se estuda a Revolução Francesa mais se verifica como ainda está incompleta a história dessa grande epopeia e quantas lacunas e pontos obscuros contém” (KROPOTKIN, 1909, p. 5). Kropotkin expôs essa questão já no prefácio do livro, demonstrando a preocupação dele como anarquista com a análise da história. “Em suma, a história parlamentar da Revolução, as suas guerras, a sua política e a sua diplomacia foram estudadas e discutidas com todos os pormenores; mas a história *popular* da Revolução continua ignorada. O papel do *povo* dos campos e das cidades, nesse movimento, jamais foi narrado nem estudado em conjunto” (KROPOTKIN, 1909, p. 12). O papel dos anarquistas dentro da História não tem destaque entre a historiografia e os historiadores, contudo, há que se destacar que os anarquistas refletiram sobre a questão do movimento histórico e escreveram sobre ele, e quem pode nos atestar isso é o artigo *A História na visão dos anarquistas* (2014), de Anderson Romário Pereira Corrêa.

Com isso, alguns escritos anarquistas foram inseridos nesta dissertação como trabalhos historiográficos para a tentativa de uma análise consistente sobre a ação direta. Pois parto do entendimento de que, para a compreensão de como o princípio anarquista da ação direta foi mobilizado dentro do movimento operário brasileiro, já que a ação direta se tornou uma estratégia para alcançar a revolução social, é necessário tomar alguns textos anarquistas como trabalhos de perspectiva histórica, e, de alguma maneira, não há como negar que essa perspectiva da ação direta como meio para a transformação social mostra que ela tem um papel fundamental de interferência nos direcionamentos históricos.

A historiografia sobre os temas que a pesquisa articula encontram-se em patamares diferentes. Entretanto, seguindo alguns caminhos comuns, principalmente no que diz respeito a novas compreensões sobre os temas, menos carregadas de preconceitos, mais atentas às particularidades, rompendo as fronteiras das análises reducionistas e deterministas com esquemas fechados de interpretação que, em alguma medida, não permitem uma análise mais qualitativa dos acontecimentos históricos.

No caso do anarquismo, sua história foi abordada tanto no tempo vivido como no tempo passado com textos que traçam sua história como movimento e pensamento

político. Como tempo vivido, temos os textos que abordam o anarquismo em seus aspectos teóricos e metodológicos, também textos que buscam mostrar ao leitor o que queriam os anarquistas e quais eram suas propostas e o que expressam as ideias anárquicas de crítica à sociedade capitalista estruturada com o apoio do Estado. Nessa perspectiva, podemos destacar textos dos próprios anarquistas, como Mikhail Bakunin, Errico Malatesta, Piotr Kropotkin, Emma Goldman, Voltairine de Clayre, Emile Pouget e Fernand Pelloutier. No Brasil, há os escritos de Edgard Leuenroth e de José Oiticica; estes e aqueles não só escreveram sobre o anarquismo em vida como também militaram dentro do movimento (MINTZ, 2005; TOLEDO, 2007; SCHMIDT, von der WALT, 2015; WOODCOCK, 1981). Nesse sentido, existe o já citado livro *Reflexões sobre a violência*, de Georges Sorel, no qual ele expõe suas ideias acerca da ação operária dentro do movimento operário, particularmente o francês (ALVES, 2002; JOLL, 1964; TOLEDO, 2004). Com um aspecto mais acadêmico do que militante, pode-se mencionar *Anarchism*²⁷, de Paul Eltzbacher, trabalho no qual o autor tem por objetivo uma compreensão científica em relação ao anarquismo. Essa obra de Eltzbacher surgiu devido a uma falta de compreensão mais objetiva sobre o anarquismo, que se tornou mais evidente no campo político por volta de 1900, quando o livro foi lançado. Ainda no contexto de textos sobre o anarquismo que transitam entre o século XIX e a primeira metade do século XX, temos o livro *A história do anarquismo*, de Max Nettlau, com textos produzidos entre 1925 e 1935.

As obras nacionais sobre o anarquismo de característica militante são escritas de modo a valorizar e legitimar o pensamento anarquista, que sofreu duros ataques dos membros no Partido Comunista a partir da sua constituição, em 1920, como Astrojildo Pereira que, antes de filiar-se ao comunismo, teve expressiva atuação militante como anarquista. Ele escreve sobre o anarquismo e sua relação com o movimento operário de modo extremamente negativo ao passar o entendimento de que atuação dos anarquistas com o operariado brasileiro foi marcado por um momento de pouco amadurecimento político (SILVA, 2016). O anarquismo, quando foi abordado por representantes do comunismo, ou mesmo por pesquisas simpáticas a outras correntes políticas, teve sua história deturpada e apresentada como ineficaz para organizar os trabalhadores dentro

²⁷ Pelo que foi constatado por Felipe Corrêa em sua dissertação intitulada *Rediscutindo o anarquismo*, a obra de Eltzbacher teve a primeira edição publicada em 1900, em alemão, em 1909, e teve uma nova edição em tradução para a língua inglesa.

de um programa consistente de derrubada do capitalismo. O historiador britânico Eric Hobsbawm foi um desses pesquisadores que também se ocupou do anarquismo de modo pejorativo, como evidencia Rafael Viana da Silva (2016), em *Os revolucionários ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo*. Antes mesmo de Hobsbawm, na década de 1960, e de Pereira, a atuação do pensamento anarquista já havia sido atacada por Lênin, que considerava o anarquismo uma “ideologia pequeno-burguesa” e “individualista”²⁸. A partir disso, saliento que a gama de escritos sobre o anarquismo possui características depreciativas, valorativas e problematizadoras está buscando uma reflexão sobre o movimento e pensamento anarquista de forma mais coerente.

Como tempo passado, há uma quantidade expressiva de obras historiográficas internacionais que abordam o anarquismo como discussão central. Entre elas podemos mencionar trabalhos que mostram as ideias anarquistas em uma perspectiva histórica, tentando traçar o início de seu surgimento como pensamento e movimento, quem eram os principais pensadores, ou trabalhos que se preocupam em organizar diferentes textos desses pensadores e lançá-los em coletâneas (WOODCOCK, 1981, 1984). Junto a Woodcock, aliam-se os trabalhos como *Do anarquismo* (2000), de Nicolas Walter, no qual ele aborda diferentes aspectos na proposta anarquista para uma sociedade futura; e *Demanding the Impossible: the History of Anarchism* (1992), de Peter Marshall. Na década de 1960, quando os estudos sobre o anarquismo tiveram uma retomada (Schmidt, van der Walt, 2009), surgiram duas obras de impacto: *Anarquistas e anarquismo* (1964), de James Joll – neste estudo, o autor elucida a pluralidade de ideias anarquistas partindo dos próprios militantes, os quais o autor os considera como anarquistas; e *Anarquismo: da doutrina à ação* (1965), de Daniel Guérin.

No caso da historiografia nacional com relação ao anarquismo, não são tantas as obras que tratam dele em específico, pois pouco se sabe sobre ele. Quem confirma essa assertiva serão Felipe Corrêa e Rafael Viana da Silva: “Ainda que seja um fenômeno que existe, permanentemente e globalmente, há 15 décadas, e que esteja relacionado à parte significativa das mudanças sociais do mundo contemporâneo, o anarquismo é pouco estudado e, mesmo, pouco conhecido, dentro e fora da academia” (2015, p. 15). Assim sua imagem, aqui no Brasil, é quase sempre associada às ações dos operários, algo que causou algumas confusões na interpretação histórica sobre anarquismo e o

²⁸ LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

movimento operário brasileiro, fato que, de modo geral, fez que os operários fossem vistos como anarquistas, ficando de lado um olhar que permitisse notar as disputas ideológicas ocorridas dentro do grupo operariado, como bem observaram CAMPOS (1988) e TOLEDO (2004).

Sobre o fato das poucas publicações sobre o anarquismo no Brasil, chama nossa atenção são os volumes de *História do anarquismo no Brasil*, cujo primeiro volume foi lançado em 2006 e o segundo em 2009. A obra surge com uma característica inovadora, no dizer dos organizadores, dentro da historiografia brasileira que aborda o anarquismo e seus militantes no país. O volume I também ainda aponta para o fato de a história do anarquismo no Brasil ser “sempre acessória a diversas discussões, acrescentando um capítulo ou outro em livro dedicado a um tema maior” (FILHO, 2006, p. 12). O volume II tem a perspectiva de trazer textos inéditos da produção acadêmica e historiográfica. Uma obra que pode fazer jus ao que dizem esses autores é o livro *A formação das tradições (1889-1945)* (2007), organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira, parte da coleção Esquerdas no Brasil, que também conta com mais de um volume. Nesta obra, a discussão central é a formação das esquerdas no país, campo político em que o anarquismo também está inserido.

É dentro da perspectiva da *História do anarquismo no Brasil* que esta dissertação tenta se enquadrar, ao realizar uma história do anarquismo, porém refletindo qual sentido foi dado ao princípio da ação direta na realidade dos envolvidos, no movimento operário ou não, que viviam no país.

Ainda no que tange as publicações brasileiras que refletem sobre o pensamento e movimento anarquistas, tem surgido alguns autores que também abordam o fato das poucas produções em relação ao anarquismo de modo geral. Contudo, a ênfase dessas produções é de dar uma definição coerente sobre o anarquismo, de modo que ele possa ser compreendido dentro de um conjunto de ideias que possam realmente ser entendidas dentro de uma tradição ideológica anarquista.

Para esse objetivo, novos métodos de análise têm sido estabelecidos para uma investigação sobre o anarquismo, e chegou-se a novos entendimentos de nomes que podem ser considerados como pertencentes a uma tradição anarquista. Parte desse método se deu pela ampliação do escopo geográfico para a compreensão do movimento anarquista para além das fronteiras europeias. Tem-se buscado estabelecer o surgimento do anarquismo dentro de acontecimentos históricos concretos e não de modo a-

histórico; com isso, tem-se identificado a década de 1860 como o marco histórico de surgimento do movimento anarquista com sua ligação com o movimento operário internacional. Partindo dessa proposta, nomes como o de Pierre-Joseph Proudhon e Max Stirner não têm sido considerados como representantes dos cânones do anarquismo, apesar de ainda se considerar as contribuições desses para a constituição do pensamento libertário. Outro ponto que esses autores têm tocado é o fato de que podem haver outras correntes políticas – tanto na esquerda política quanto na direita política – que são a favor da abolição do Estado, e nem por isso são anarquistas, a ponto de evidenciarem que Karl Marx também considerou o fim do Estado ao refletir sobre o processo pós-revolucionário, mas nem por isso foi um anarquista.

No seio desse grupo, podemos encontrar trabalhos como o de Felipe Corrêa, *Rediscutindo o anarquismo* (2012), no qual o autor passa em revisão alguns dos trabalhos que foram citados anteriormente e que foram compreendidos como trabalhos de referência quando se trata de pesquisa sobre o anarquismo. Corrêa, a partir disso, busca uma definição do anarquismo diferente das que foram formuladas em estudos anteriores, principalmente no que diz respeito ao fato de que todo ser que é contra o Estado é anarquista, ou que qualquer pessoa que se envolva em lutas contra a autoridade também seja considerada anarquista. Rafael Viana da Silva e Alexandre Samis são outros pesquisadores do anarquismo na atualidade que também almejam novas interpretações com relação ao tema. Contudo, esses pesquisadores não estão isolados no Brasil. Eles estabelecem uma rede de conexão com pesquisadores de outros países, como, por exemplo, os sul-africanos Lucien van der Walt e Michael Schmidt, autores do livro *Black Flame*, baseado em uma pesquisa de aproximadamente de dez anos. Esses pesquisadores com esse projeto global de rediscussão do anarquismo estão reconstruindo uma nova história desse pensamento político e social.

A história do anarquismo desde Eltzbacher parece ser alvo de compreensões conflitantes e duvidosas, pois diferentes trabalhos têm como expectativa trazer um entendimento coerente do que seja o anarquismo ou novas interpretações em relação a ele. Vejamos isso por meio do trabalho de Romani:

O livro traz, nesse sentido, uma outra importante contribuição, pois permite perceber de uma maneira muito mais procedente e justa o anarquismo, que, apesar da visibilidade conquistada em todo mundo desde o famoso maio de 68, ainda tem sofrido com interpretações restritivas e preconceituosas, produzidas num jogo político circular que parece interminável. Pois, e nos inícios dos anos 1970, os estudos acadêmicos sobre as resistências operárias ressentiam-se de um forte

desconhecimento dos parâmetros referenciais do libertário, hoje já não se pode afirmar o mesmo (2002, p.14-15).

Também podemos notar algo semelhante em Schmidt e van der Walt:

Em muitos casos, uma apreciação apropriada das ideias e atividades do movimento tem sido obscurecidas pela erudição e pelos meios de comunicação não simpáticos, mas o problema vai mais fundo do que isso. Até mesmo os estudos simpáticos muitas vezes entendem mal as ideias centrais e subestimam o alcance histórico da ampla tradição anarquista.²⁹ (2009, p. 8)

Assim, notamos o quão é complexo determinar o anarquismo de forma coerente.

Para além do exposto acima, nossa historiografia recente que tem o anarquismo e o movimento operário como temáticas demonstra estar voltada a identificar a heterogeneidade que compunha o movimento operário, identificando quais eram as correntes que atuavam nele com o intuito de organizar os trabalhadores, permitindo que captemos a diversidade que compunha o movimento operário brasileiro na Primeira República. Esses trabalhos tentam esclarecer questões no sentido de haver anarquistas que não apoiavam as organizações sindicais, como também havia os que transitavam por mais de uma corrente, como relata Edilene Toledo (2004) ao abordar os caminhos da militância de Giulio Sorelli. Carlo Romani (2002), ao realizar um estudo sobre a trajetória de Oreste Ristori, põe mais luz sobre essa complexa questão entre os militantes anarquistas. Ademais, devido aos rumos tomados pela historiografia a partir dos *Annales* (CASTRO, 1997, p. 45-50), os historiadores hoje têm se atentado a assuntos que antes pareciam periféricos dentro da temática do movimento operário, como, por exemplo, o cotidiano, a mentalidade e a cultura dentro do grupo de operários (AZEVEDO, 2002). A repressão policial e política também são abordadas frequentemente nos estudos nacionais em capítulos de livros, como em *A semana trágica: a greve geral anarquista de 1917* (1997), de Christina da Silva Roquette Lopreato, ou sendo parte central de estudos, como na tese *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890* (2006), de Cláudia Feierabend Baeta Leal. Mesmo assim, em nosso país, há uma carência de trabalhos que tentam articular como as ideias do pensamento anarquista foram mobilizadas no contexto

²⁹ “In many cases, a proper appreciation of the ideas and activities of the movement have been obscured by unsympathetic scholarship and media, but the problem goes deeper than that. Even sympathetic accounts often misunderstand the core ideas and underestimate the historical reach of the broad anarchist tradition”.

histórico brasileiro; com isso, não há tantas análises que dão atenção para o fato de como essas ideias foram incorporadas à realidade do país. Um trabalho que se mostra relevante por fazer um contraponto a essa situação, dos poucos textos voltados ao anarquismo, e primordialmente à ação direta, é o de Guimarães (2009), o qual está em paralelo com esta dissertação. Porém, Guimarães tem a intenção de “discutir os significados da ação direta e sua relação com os anarquismos” (2009, p. 6), enquanto nós buscamos compreender como a ação direta foi entendida, mobilizada ou ressignificada no Brasil, entre 1906 e 1919, pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários dentro do movimento operário.

Esta dissertação terá incorporada à sua bibliografia os escritos dos principais teóricos sobre a ação direta, os franceses Émile Pouget e Georges Sorel, além de trabalhos – que versam sobre o anarquismo, o movimento operário, a política, o sindicato revolucionário e teoria da história – nos quais o princípio da ação direta aparece, mas sempre com pouca problematização. Entre os trabalhos, produzidos fora do país, em que a ação direta aparece de forma mais problematizada, no intuito de revelar seu significado e propor mais esclarecimentos em relação ao objetivo pesquisado, são relevantes os trabalhos de Walter (2000) e Sparrow (2009), além de Joll (1964).

Já nas produções nacionais, temos Alves (2002), Toledo (2004), Guimarães (2009) e Oliveira (2012), que são os trabalhos mais expressivos ao tratarem da ação direta com a preocupação de demonstrar o lugar e contexto de origem do princípio, seus primeiros pensadores, além de discutirem umas das questões mais fundamentais para esta dissertação: o que significa a ação direta. Entretanto, não tratam de especificar profundamente esse significado e a problematizam dentro dos limites em que seus trabalhos atuam. Alia-se a esses textos os trabalhos de Campos (1988), no qual a autora mostra, assim como Toledo (2004), que a ação direta não era uma prática somente anarquista. Pelo que apuramos, as outras obras buscam revelar a ação direta mais em seu entendimento comum – boicotes, greves e sabotagem –, como uma prática entre os trabalhadores para alcançar seus objetivos. Nessa direção, é possível mencionar Azevedo (2002) e Christina Lopreato (1997). Como vemos, há uma escassez de trabalhos que buscam mostrar como esse princípio anarquista permeou o imaginário daqueles que dele faziam uso.

Com relação ao sindicalismo revolucionário que também reivindicou o uso da ação direta dentro do movimento operário brasileiro, as discussões historiográficas no cenário brasileiro não apresentam um consenso sobre sua origem ou mesmo terminologia. Saindo do complexo contexto de organização do operariado, durante a segunda metade do século XIX, o sindicalismo revolucionário tem sido compreendido como corrente autônoma em relação ao anarquismo, ou visto por outro viés, que o compreende como filiado a uma tradição anarquista. Alguns trabalhos também identificam o sindicalismo revolucionário como anarcossindicalismo, dessa maneira, a dissertação se depara com uma questão conceitual. Um trabalho onde encontramos essa terminologia é *Anarquismo e anarcossindicalismo: teoria e prática no movimento operário brasileiro (1906-1922)* (2002), de Paulo Alves.

CAPÍTULO I

Ação direta: origem e delineamentos teóricos

Surgida da esperança na ação autônoma do operariado que seria capaz de mudar sua realidade para a obtenção de melhores condições de vida, a ação direta, quando estabelecida dentro do movimento operário por obra e ação de libertários, emergiu como a única forma viável, por parte deste grupo, para a emancipação do trabalhador. Para buscar compreender o significado desse princípio e como ele foi mobilizado no contexto social do Brasil, a partir do ano de 1906 até 1919, pelos socialistas libertários ligados aos sindicalistas revolucionários atuantes dentro do movimento operário brasileiro, se faz necessário uma grande odisséia pela história do anarquismo, esmiuçando aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do momento em que ela surge e dos lugares por onde ela foi reivindicada para que o trabalhador, a partir dele mesmo, defendesse seus interesses. Neste capítulo, levantaremos alguns pontos chave para a compreensão da ação direta que, mesmo entre os anarquistas, como também em outros grupos políticos, causou algumas divergências (WOODCOCK, 1981, NICOLAS, 2000; SPARROW, 2012). Acredito que parte dessa divergência remete à questão das ações violentas postas em ação pelos anarquistas individualistas³⁰, pois, após os

³⁰ Nessa dissertação, quando necessário, utilizarei os termos *anarquismo insurrecionalista* e *anarquismo de massa*, como sugere Corrêa, para distinguir as diferenças entre as correntes anarquistas, visto que alguns trabalhos, como o de Walter e Woodcock, trazem diferentes termos para distinguir as correntes anarquistas. Os anarquistas *individualistas* também se confundem no rótulo dos insurrecionalistas, aqueles agiam de forma independente praticando a propaganda anarquista pelo ato. As mortes de diferentes autoridades políticas na Europa foram creditadas aos militantes individualistas. Os anarquistas

diferentes ataques que levaram à morte vários dirigentes políticos na Europa e a duríssima repressão que se seguiu, práticas de caráter violento por parte dos anarquistas passaram a ser questionadas dentro do próprio movimento libertário.

1.1 O ambiente para o surgimento

Estabelecer uma análise que reflita o surgimento da ação direta como algo que diz sobre a ação autônoma do operariado em resolver suas questões torna-se possível partindo da demarcação de um contexto histórico no qual é legítimo apontar as condicionantes para o entendimento do seu aparecimento e sua compreensão. Podemos entrever o início da sua trajetória partindo de um pronunciamento que vem do seio da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), creditado a Karl Marx³¹, e que diz o seguinte: “A emancipação dos operários tem de ser obra da própria classe operária”. A partir desse pronunciamento de Marx, podemos sugerir que a condição do operariado não se encontrava nada fácil nos campos político e econômico durante aquela época, no que se referia em esperar por alguma mudança qualitativa por intermédio dos representantes políticos. Essa sugestão se reforça pela circunstância de que esse pronunciamento vem de dentro da AIT que, na segunda metade do século XIX, agrupava as tendências socialistas e significava a busca pela organização da luta dos trabalhadores em âmbito internacional, reconhecendo que muitas das calamidades às quais o operariado de um determinado país estava submetido outro grupo de operário em outro país também poderia estar passando pela mesma situação. Em decorrência disso, grupos de militantes e trabalhadores chegaram à conclusão da necessidade de unificação na luta do trabalhador. Na AIT, foram dadas as bases para o encaminhamento da organização e militância do movimento operário. Em 1868, Mikhail Bakunin aderiu à AIT no seu III Congresso, realizado em Bruxelas³². Nesse momento, o papel dos socialistas libertários junto às massas toma outros contornos na preparação da Revolução Social. A definição de um contexto histórico é interessante,

de massa são os militantes que voltaram suas energias para os movimentos de massa, como o movimento operário, em outros trabalhos eles são percebidos como *anarcocomunistas* ou *anarcossindicalistas*.

³¹ Essa formulação, entretanto, é fruto de reflexões anteriores de Marx e Friedrich Engels em relação às suas análises sobre as condições de vida legadas pelo sistema capitalista aos trabalhadores urbanos ligados à indústria.

³² Bakunin adere à Internacional a partir da seção central dela em Genebra (NETTLAU, 2014, p. 139-169).

pois faculta localizar a ação direta a partir de um momento histórico concreto, reconhecendo quem são os grupos sociais que a mobilizaram com a perspectiva de concretizar a sociedade nova cujos pilares seriam a autogestão, descentralização do poder e organização a partir da base da sociedade.

Mas o que se pode presumir de mais concreto com relação ao surgimento do princípio da ação direta, de acordo com a bibliografia atenta ao movimento anarquista e ao movimento operário bem como os primeiros textos de libertários do final do século XIX e início do século XX em que a ação direta é classificada como forma de luta do operariado, é que o princípio surge de maneira reflexiva dentro dos limites do movimento operário francês e se expande para o mundo por meio do sindicalismo revolucionário orientado pela ação direta. O substancial para esse momento foi o texto *L'action directe*, de Émile Pouget³³, em que é expressado o que ele – e o grupo de militantes do qual Pouget era membro – entendia por ação direta no movimento sindical dos trabalhadores: “A ação direta é simbolização do sindicalismo atuante”³⁴, o que não fica muito distante da formulação de Marx. Ao que tudo indica, Pouget é reconhecido como o “fundador” do princípio da ação direta por parte da bibliografia que discorre sobre o tema do anarquismo, do sindicalismo revolucionário e do movimento operário³⁵. A significância do pensamento desse anarquista francês dentro do anarquismo e sindicalismo revolucionário francês (e internacional) pode ser entendida, ao passo que suas obras eram recomendadas e vendidas aos operários a partir dos jornais libertários no Brasil³⁶. Ao lado de Pouget, temos Fernand Pelloutier, que, também, tem diferentes textos publicados em jornais ou livros que dizem respeito à forma de ação e organização

³³ A edição encontrada do texto *L'action directe*, de Pouget, foi localizada em um site da internet. A bibliografia indica que o ano de lançamento desse texto foi em 1906. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k84028z/f1.item.zoom>>. Acesso em: 30 out. 2016.

³⁴ “L'action Directe est la symbolisation du syndicalisme agissant”.

³⁵ Em nota de rodapé, Edilene Toledo (2004, p. 66) sinaliza para o fato de Pouget “inventou termo ação direta”. Ver também ALVES, Paulo. *Anarquismo e anarcossindicalismo: Teoria e prática no movimento operário brasileiro (1906-1922)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

³⁶ A *Terra Livre*, ano III, n. 60, 1908, p. 4, apresenta o livro *Bases do sindicalismo*, de Pouget; A *Voz do Trabalhador*, ano I, n. 2, ago./1912, p. 4, de Porto Alegre, trouxe, em sua edição, a recomendação deste mesmo livro. A *Plebe*, ano III, n. 2, set./1919, p. 4, trouxe uma tradução feita por Adelino Pinho de *Como faremos a revolução*, escrito por Emilio Pataud e Pouget; nessa edição do periódico encontra-se, provavelmente, a segunda parte da tradução. Era algo comum nesse período os periódicos publicarem texto com continuação em outras edições. Isso pode ter corrido devido a questões de diagramação e de conteúdo da edição, ou, também, para estimular a compra da próxima edição do periódico.

dos trabalhadores³⁷. Ambos não só teorizaram dentro do movimento operário, mas, além disso, também militaram entre os trabalhadores e como trabalhadores. Outro francês que também fez parte desse círculo ao qual Pouget e Pelloutier foram ativos participantes foi Victor Griffuelhes, autor de *L'Action syndicaliste*, publicado em 1908. Griffuelhes também foi “co-auteur de la Charte d'Amiens en 1906” (VANDERVORT, 1996, p.61) ao lado de outros contribuintes como Paul Delesalle, que entre 1897 e 1907 atuou na C.G.T e nas Bolsas de Trabalho³⁸.

Diferente é o caso de Georges Sorel, que surge como pensador controverso nessa época³⁹. Sorel não foi um militante como Pouget, Pelloutier, Griffuelhes e Delesalle, suas ideias transitam entre o pensamento acerca da ação operária e do marxismo. Contudo, foi seu pensamento sobre a ação operária que pareceu ser o essencial em suas reflexões. Em 1906, Sorel publica a primeira edição de *Reflexões sobre a violência*⁴⁰, livro que foi seu principal escrito sobre o movimento operário e o sindicalismo revolucionário. Nesse livro, o teórico Sorel desenvolveu ideias acerca da violência operária – com o intuito de justificar as ações dos operários – e sobre o mito da greve geral que orientaria o movimento dos trabalhadores.

A França onde esses homens viviam esteve inserida dentro do contexto do segundo processo de industrialização, quando, nesse instante, a Revolução Industrial se espalhava para além das fronteiras da Inglaterra e impactava nas formas de produção levando a cabo a transição da produção partindo das pequenas oficinas para os grandes estabelecimentos industriais. Em meio a isso, parte da população – entre camponeses e artesãos – se via sendo transformada em trabalhadores urbanos e assalariados imersos

³⁷ Entre tantos escritos, o mais conhecido parece ser o *Histoire des Bourses du Travail: origine, institutions, avenir*, publicado na década de 1920, após seu falecimento. Muitos de seus escritos foram publicados no periódico francês *L'Ouvrier de deux mondes*, entre 1897 e 1898. Ver em: <<http://gallica.bnf.fr/services/engine/search/sru?operation=searchRetrieve&version=1.2&startRecord=0&maximumRecords=15&page=1&query=%28gallica%20all%20%22Pelloutier%2C%20Fernand%22%29>> Acesso em: 30 out. 2016.

³⁸ BANTMAN, Constance. *Paul Delesalle*. Disponível em: <http://www.blackwellreference.com/public/tocnode?id=g9781405184649_yr2012_chunk_g97814051846491688>. Acesso em: 09 set. 2017.

³⁹ Em alguns estudos realizados, a presença de Sorel aparece como fundamental para o surgimento do sindicalismo revolucionário focado na ação autônoma do trabalhador, porém essa visão não é unânime. O livro *Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism* (pp. 149-15, 2009), de Lucien van der Walt e Michael Schmidt, traz uma discussão sobre a polêmica em torno do nome de Sorel e sua ligação com o movimento operário. Também ver o que Edilene Toledo (2004, p. 78-88) escreve sobre ele e o sindicalismo revolucionário.

⁴⁰ Nesta dissertação trabalhamos com uma edição desse livro lançada em 1993, com tradução de Orlando dos Reis.

em um processo de perdas fundamentais a sua existência, despossuídos de tudo, principalmente de sua autonomia econômica, e enfrentando uma sólida relação de conflito entre política e economia que teve início na segunda metade do século XVIII (RUDÉ, 1991). Dessa forma, o país começou a formar a sua camada social representada pelos trabalhadores urbanos e assalariados, que, filiados ao movimento operário e próximo dos militantes libertários, iriam protagonizar as formas de combate sugeridas pelo princípio da ação direta⁴¹ – como as greves, o boicote e a sabotagem.

No aspecto político e na relação com o movimento social que vinha se organizando com larga influência da esquerda – entre anarquistas e socialistas –, a III República (1870-1940) tentou manter o controle da situação, absorvendo as mobilizações das classes populares. Como bem observa Luiz Felipe C. Mundim sobre esse momento da história na França:

Nesse processo, a chamada III República absorveu e moldou as mobilizações sociais, cada vez mais próximas ao parlamentarismo e à forma institucional pela produção de um estado social. Ao mesmo tempo, formaram-se agrupamentos que procuraram radicalizar a ideia de República, ou combater a democracia liberal que encaminhava sua dominação enquanto forma de governo. Entre esses grupos, destacaram-se os que se identificavam na esquerda radical, como as diversas tendências libertárias do período (2016, p. 95-96).

Seguindo nessa mesma linha de análise, Kropotkin, em *Sindicalismo e anarquismo*⁴², relata-nos, porém em tom mais abrangente, algo que vai nessa perspectiva do trecho anterior para o período a partir de 1870 a 1910. Vejamos:

Durante os últimos 40 anos, anos nos quais os líderes políticos em diferentes países usaram os meios mais amplos o possível para tentar prevenir todas as revoltas operárias e para suprimir qualquer uma de caráter ameaçador, nós vimos as revoltas operárias se estenderem para ainda mais além, se tornando sempre mais poderosas, e os objetivos operários sendo expressados mais e mais claramente. (KROPOTKIN, 1908).

Estava ainda na lembrança dos responsáveis por manter a ordem social na República francesa do que eram capazes, com ações contestatórias, os trabalhadores

⁴¹ Ver: PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.17-1966.

⁴² Esse texto de Kropotkin, de acordo com as informações encontradas, foi publicado originalmente em 1908, no hebdomadário *Les Temps Nouveaux*, porém na consulta feita às edições do jornal daquele ano, possível a partir do site <http://gallica.bnf.fr/accueil/?mode=desktop>, não conseguimos localizar a edição em que o texto foi publicado. Com isso, optou-se em utilizar para este trabalho a versão do texto em inglês reproduzida na revista *Black Flag*, n. 210, pp. 24-24, Londres, 1997, disponível no site: <<https://libcom.org/library/syndicalism-anarchism-peter-kropotkin>>.

urbanos a partir do feito da Comuna de Paris (1871), que durou por volta de 70 dias, e foi desintegrada por meio da repressão. Com isso, sabiam eles da necessidade de encontrar meios para conter as ações de mobilização do povo⁴³.

Quando do fato da depressão econômica que atingiu tanto a França quanto outros países da Europa, entre 1885 e 1886, agravando de modo considerável as condições de vida dos trabalhadores, viu-se “evoluir os repertórios de ação em todo o continente” (MUNDIM, 2016, p. 101; PERROT, 2006, p.109-110). Dessa maneira, a instabilidade social que se abriu na Europa deu margem para que os anarquistas intensificassem a mobilização dentro do movimento operário, se esforçando e planejando formas de orientar a luta contra o capital para atingir o objetivo da transformação social, que naquele momento foi cada vez mais compreendida pelos anarquistas como o remédio para solucionar as angústias da vida da classe trabalhadora. Devemos estar atentos ao lugar onde os libertários queriam chegar com a ação direta como pensadores diretos de formas de organização econômica, política e social, a revolução era um dos principais passos para a transformação social, com isso, diretamente ou não, a ação direta estava sendo refletida ligada à essa finalidade revolucionária; assim era dentro desse recorte que eles esperavam que os trabalhadores mobilizassem o princípio anarquista. Isso é importante porque demonstra uma trajetória no princípio no plano teórico, o que, no plano prático, pode revelar desde contradições à uma maneira própria dele ser compreendido pelos trabalhadores.

A vizinha Itália, dentro das suas características, também viu a ação anarquista tomar outra proporção em sua relação com o trabalhador italiano⁴⁴. Como registrado por Carlo Romani:

(...) O anarquismo será inserido mais efetivamente dentro das organizações operárias no final dos anos de 1880 e começo dos anos de 1890 quando vão aparecer federações anarquistas como a de

⁴³ O texto biográfico sobre Jean Grave, de Constance Bantman, publicado sob o título de *Jean Grave and French Anarchism: a Relational Approach (1870s-1914)* na *International Review of Social History*, 62 (3), 451-477. Cambridge, 2017, é indicativo para termos uma noção da mobilização social ocorrida na França durante a III República. Outro texto significativo é o *Le Mouvement Libertaire sous la IIIe République* (Paris, 1930), pp. 152-153, do próprio Grave.

⁴⁴ No período em que esteve na Itália, de 1864 a 1874, Bakunin exerceu forte influência entre o grupo de militantes italianos. Lá tentou combater o pensamento de Mazzini – que dialogava com a ideia de Estado centralizado – e Garibaldi (TOLEDO, 2014, p. 98-101).

Livorno, Florença, Carrara, depois em Imola, em Cesena, e em várias outras cidades (2013, p. 20).

Todas essas cidades italianas ficavam em regiões que estavam conectadas ao processo de industrialização. Na Itália, a relação entre militantes libertários e a classe trabalhadora passa a ter laços mais definidos por volta década de 1870, algo que pode ser percebido na vida de libertários como Andrea Costa, Carlo Cafiero e Errico Malatesta, que tiveram expressivo papel de militância e propaganda libertária pró-emancipação da classe trabalhadora e revolução dentro do país italiano (MARINI, 2016). Como alertado por Gualtiero Marini, a Comuna de Paris foi o fato que deu mais lenha para a difusão do socialismo na Itália e fortaleceu o movimento reivindicativo por parte dos trabalhadores italianos. A presença de Bakunin também foi significativa naquele momento no país (MARINI, 2016; NETTLAU, 2014) ao estabelecer fortes conexões, que não deixaram de ter suas tensões, com os militantes italianos. Sua imagem parecia seguir no país a seguinte orientação, como atesta Malatesta: “Em Nápoles, Bakunin era uma espécie de mito. Ele esteve lá em 1864 e 1867, acredito, e criou uma profunda impressão”⁴⁵ (*apud* RICHARDS, 1987). Entretanto, esta percepção não foi unânime, pois, em outras regiões, “para alguns, ele era o bárbaro do Norte, sem Deus ou país, sem respeito por nada sagrado e considerado como uma ameaça para a santa civilização italiana e latina”⁴⁶ (*apud* RICHARDS, 1987).

Seguindo a análise de Paulo Alves, na Itália, o representante teórico da ação direta e filiado ao sindicalismo revolucionário foi Arturo Labriola, pois, como o autor afirma:

(...) Em países como a França, a Espanha e a Itália, o sindicalismo assumiu uma tendência mais comprometida com as correntes ideológicas anarquistas durante o século XIX e começo do XX. Nesses países, o movimento sindical teve como principais teóricos George Sorel e Arturo Labriola, que desenvolveram os princípios da ação direta e da greve geral, como instrumentos de lutas nos conflitos com o capital, com o Estado e na instauração de um novo sistema sócio-econômico (ALVES, 2002, p. 8-9).

⁴⁵ “In Naples Bakunin was a kind of myth. He had been there in 1864 and 1867 I think, and had created a deep impression.”

⁴⁶ “For some he was the barbarian from the North, without God or country, without respect for anything held sacred, and was looked upon as a threat to the saintly Italian and Latin civilization.”

Para essa visão de Alves, cabe considerarmos, antes da atuação teórica de Labriola, o próprio papel de agitador e reflexivo que Malatesta já vinham mantendo entre os grupos de trabalhadores e organizações operárias (RICHARDS, 1965).

Sinalizando para os países ibéricos, veremos em proporção ampliada o impacto dessas mobilizações articuladas pelas experiências vividas pelo operariado em cada país e pelo sentimento internacionalista que a AIT buscou desenvolver a partir de 1864 através dos congressos, de onde saíam as diretivas que deveriam orientar a organização do operariado. Na Espanha e em Portugal, o pensamento socialista libertário de Bakunin também foi marcante na orientação política dos trabalhadores, mas essa influência é sentida de modo diferente de um país para o outro. Em Portugal, o processo de organização operária parece ter sido mais evidente entre a virada do século XIX para o XX, com o sindicalismo revolucionário tomando contornos mais firmes como espaço de associação e organização operária com uma influência bakuniana (PEREIRA, 2009, pp. 117-134). Já para algumas regiões na Espanha, a partir do que afirma Terese Abelló: “O anarquismo começou a ser propagado nas terras de língua catalã após a revolução de 1868, que acabou com o reinado de Isabel II e sua história está intimamente ligada à do movimento trabalhista industrial” (2010, p. 88). Por mais ampla que fosse, geograficamente, a influência de Bakunin não procedeu de forma linear e isolada nessas regiões onde o pensamento dele se fez presente, e, ainda, esta penetração do pensamento socialista libertário de Bakunin pelos países que alcançou com sua militância também estava associada aos fatores históricos e políticos próprios (NETTLAU, 2014). Enquanto esteve vivo Bakunin foi convicto da importância na organização social para concretizar a transformação social. Ele fez das associações organizativas o instrumento para alcançar mentes na Suíça, Espanha e Itália para mobilizar e organizar a massa trabalhadora. A presença dele na AIT e nas organizações secretas⁴⁷, que, em algumas vezes, eram iniciativas dele mesmo, atestam isso.

O papel da AIT e de Bakunin antes da última década do século XIX, tomadas as devidas proporções, realmente foi significativo para o amadurecimento reflexivo e das

⁴⁷ A Aliança da Democracia Socialista é uma das mais emblemáticas associações organizativas para a compreensão da importância dada por Bakunin ao trabalho de organização. Também podemos acompanhar o —pensamento organizacional de Bakunin pelos textos escritos por ele, *Programa de uma sociedade internacional secreta da emancipação da humanidade* e o *Sociedade internacional secreta – Programa provisório convencionado pelos irmãos fundadores*. Esses dois datam de 1864.

práticas de ação direta pelo movimento operário a partir do sindicalismo revolucionário. Discorrer sobre a origem do sindicalismo revolucionário não é algo que se faz sem esforço, pois anarquistas e socialistas o reivindicavam (PEREIRA, 2009), mas como demonstrado por Gaston Leval em *Bakounine, fondateur du syndicalisme revolutionnaire*⁴⁸, é também nada fácil dizer que as ideias de Bakunin não foram presentes na organização do operariado francês por meio do sindicalismo revolucionário. Pelas palavras de Nettleau, talvez realmente em vida “Bakunin não teve qualquer influência sobre os militantes de Paris; o próprio Varlin, só estabelecia relações com James Guillaume e uns poucos belgas” (2014, p. 159), entretanto a consistência do seu pensamento sobre o papel das organizações e ações dos trabalhos não passou despercebida do movimento sindical na França.

Captar um pouco do momento europeu, cujas reflexões sobre a ação autônoma do operariado estavam sendo germinadas e espalhadas, tem sua expressão pelo fato de que o movimento internacionalista que tentava se promover também desembocaria no Brasil fincando raízes nutridas – por essas referências –, devido aos fatores políticos e econômicos brasileiros mais a influência dos impressos operários e de propaganda – dos mais diversos – e militantes europeus que vieram para o país.

Para o caso brasileiro, as discussões sobre a ação direta são mais sensíveis no começo do século XX por meio da imprensa libertária e operária através de periódicos como *O Amigo do Povo*⁴⁹, de São Paulo. Como sugere Tiago B. de Oliveira, apontando para a questão política do país, o princípio da ação direta na orientação do comportamento dos trabalhadores brasileiros ganhou espaço mediante “um contexto politicamente fechado e excludente, sem uma legislação reguladora da relação capital/trabalho ou que garantisse conquistas mínimas aos trabalhadores” (2009, p. 44). Isso que Oliveira nos revela é apenas uma parte genérica do problema, mas que nos dá uma percepção do que enfrentavam os trabalhadores no Brasil. Com isso, não é à toa que ele destaca que, já em 1903, três anos antes do Primeiro Congresso Operário Brasileiro (COB), em 1906, quando a ação direta foi estabelecida como forma de

⁴⁸ Disponível em <<http://monde-nouveau.net/spip.php?article3>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

⁴⁹ Em 1902, o jornal anuncia a disponibilidade do livro *Lo Sciopero Generale*, de Cafiero (Ano I, 25/10/1902, n.14, p. 3), e publicava escritos fragmentados de Pelloutier, (Ano I, 6/12/1902, n. 17), e em 1903 o periódico trazia como conteúdo textos de Pouget (Ano I, 11/4/1903, n. 24) e Sorel (Ano II, 1/5/1903, n. 25).

direcionar o embate do movimento operário contra o Estado, o capitalismo e a Igreja, ela já era praticada no país. Edilene Toledo foi quem também tomou parte dessa questão do momento histórico para o desenvolvimento das ideias libertárias na Primeira República (TOLEDO, 1998, p. 92), quando realizou sua pesquisa sobre o jornal libertário *O Amigo do Povo*, colaborando, a partir desta pesquisa, com a história do anarquismo no Brasil. Outro trabalho para alargar nossa visão sobre os fatores nacionais para a discussão e práticas da ação direta no país é livro *O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)*, de Silvia Lang Magnani (1982).

A partir dessa breve exposição, pode-se notar em que circunstâncias os pensadores e militantes libertários da ação direta formularam suas reflexões acerca dela após a segunda metade do século XIX. Se novamente voltarmos à França – onde supostamente tudo parece ter iniciado –, veremos que é permitido traçar o surgimento do princípio da ação direta também a partir da crítica à prática política parlamentar, ao socialismo e ao sufrágio universal; às formas de organização, como o cooperativismo e o mutualismo, criticadas por parte dos anarquistas e sindicalistas revolucionários; e, também, relacionado às formas de organização, tem-se o fato de que, para os defensores da ação direta, os sindicatos não se mostravam realmente combativos, no sentido revolucionário. As Bolsas de Trabalho francesas, por exemplo, que foram modelos para operários até em países latino-americanos, tinham o seu destaque, mas é tortuoso mensurar o que de substancial trouxeram para os trabalhadores desse lado do oceano. Consideremos um fragmento que traz referência sobre a relevância do estilo de organização dos trabalhadores franceses nos jornais anarquistas dos vizinhos italianos próximo ao final do século XIX:

As referências ao sindicalismo francês estão muito presentes. A experiência francesa é proposta por meio das correspondências que demonstram suas qualidades, ou pela reprodução de artigos de certos líderes sindicalistas como Pouget e Delesalle (ANTONIOLI, 2004, p. 193).

A partir desses elementos, principiaram-se os passos para aumentar o volume da luta dos trabalhadores, entre 1890 e 1910, com o surgimento do sindicalismo revolucionário de ação direta, estabelecido pelos anarquistas.

Faz-se necessário, para o momento, algumas considerações para a compreensão da relação entre sindicato e ação direta, na França, como também em outros locais do

mundo, bem como o início do movimento sindical⁵⁰. Essa compreensão dará mais fundamentos para podermos entender o que Pouget e outros estavam expressando quando da formulação da ação direta. Este ponto surge pelo fato de que o sindicalismo não deve ser percebido como algo que se iniciou na França – e que tenha sido exclusivamente francês – com o aparecimento da Confederação Geral do Trabalho (CGT), em 1906, mas, sim, a partir do que o contexto francês proporcionou para a formação de sindicatos revolucionários de ação direta.

De primeiro instante, partindo da tentativa de definição de sindicato, como aponta Marcel van der Linden (2013), a literatura que trata da questão não apresenta um consenso quanto a isso, contudo, parecer haver concordância de que os sindicatos sejam “organizações que capacitam os trabalhadores a defender seus interesses” (p. 245), podendo ser esses interesses variados indo de reclamações salariais, estabelecimentos de horas de trabalhos, instituição de algum tipo de auxílio ao trabalhador, a defesa contra maus-tratos no trabalho, entre outros. Muito se crê que eles tenham sido originados entre o final do século XVIII e início do século XIX⁵¹. Entretanto, o que o autor traz de fulcral em seu trabalho, e que é de interesse para o empreendimento desta dissertação, está no que ele disse sobre a fundação dos sindicatos que atende a mais de um meio para ser concretizado e cita os exemplos de sindicatos surgidos pela *imitação* de outros e aqueles formados pela *transformação* (2013, p. 246-248).

Ao fazer menção sobre os sindicatos formados por imitação, Linden afirma que nem sempre os sindicatos eram idealizados pelos próprios operários e que as iniciativas externas tinham a perspectiva política, dizendo da seguinte maneira: “algumas vezes, a iniciativa da imitação não se origina nos círculos operários, mas sim em pessoas de fora e de classe não proletária, entre eles intelectuais imbuídos de um forte senso de justiça social, que acreditam que os assalariados têm que se organizar para melhorar de vida” (*ibid.*, p. 248). Além disso, salienta que o grande trunfo do sindicato no campo de batalha é a greve (*ibid.*, p. 250). A partir dessas constatações realizadas pelo autor, é

⁵⁰ Movimento sindical, para esta dissertação, diz sobre o momento em que o sindicalismo passou a ser a maneira de associação principal estabelecida para organizar o movimento operário a partir da AIT na segunda metade do século, questionando formas de organização pelo cooperativismo e mutualismo.

⁵¹ Não é demais rememorar que esse período contempla o momento do desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra.

possível distinguir parte da heterogeneidade dos grupos sociais que estiveram envolvidos na composição da luta dos trabalhadores.

A relação entre intelectuais⁵² e as camadas urbanas dependentes de salário para conseguir manter sua própria existência e da sua família mais os camponeses foi basilar na organização do movimento operário e no estabelecimento de estratégias para alçar às vitórias no campo econômico e político. Foi essa relação que encaminhou a mobilização operária internacional para a estruturação dos sindicatos revolucionários no século XIX – não sem gerar controvérsias sobre o papel dos anarquistas no sindicato e a própria função do sindicato para a melhora de vida conjuntamente com a preparação para a sociedade futura – que, em 1906, por meio da CGT seria orientado pelo princípio da ação direta. A constituição da AIT como resposta dos trabalhadores da cidade e do campo apoiados pelos intelectuais da esquerda – amalgamados entre socialistas libertários e marxistas, em especial – embasados por suas teses e teorias de justiça social veio a dar a combustão necessária no processo.

Em 1906, a ação direta representou a radicalização do movimento operário perante o parlamentarismo e o capitalismo. Essa radicalização foi consolidada a partir do Congresso de Amiens, ocorrido entre os dias 8 e 13 de outubro, e que, assim como a AIT (SAMIS, 2015, p. 161-191), não distanciou os trabalhadores do seu papel por meio dos sindicatos. Pelo jornal francês *Les Temps Nouveaux*, de 29 de fevereiro de 1908, lemos: “[...] O sindicato se torna um desses meios, porque é, de certa forma, uma escola de organização e ação direta.”⁵³ Curioso observar que o Congresso brasileiro que

⁵² Se tomarmos alguns nomes de anarquistas, será possível notar que, entre os seus representantes, existiu aqueles que não vieram necessariamente de famílias operárias, mas nem por isso deixaram de se envolver nas lutas por questões sociais. Bakunin, Kropotkin, Pelloutier, que estão entre os principais nomes na história do anarquismo e das reflexões sobre a organização do movimento operário, foram anarquistas que não nasceram em família operária urbana ou camponesa; Malatesta, que foi inegavelmente influenciado por Bakunin na quase uma década em que o anarquista russo esteve na Itália, de 1864 a 1874, vinha de uma família de comerciantes com uma vida relativamente estável. Por outro lado, Pouget e Makhno já foram anarquistas que surgiram das camadas mais baixas da sociedade e estavam significativamente identificados com os operários. No caso de Pouget, sua situação familiar tornou-se precária após a morte de seu pai e do segundo marido de sua mãe, que era admirador dos ideais republicanos. No caso de Sorel, que não pode ser qualificado como anarquista, ele foi muito mais intelectual do que militante; ao seu modo – distante das fábricas e das ruas –, esteve em contato com o movimento operário teorizando sobre a ação do operariado no movimento. O livro *Teoria política anarquista e libertária* (2016), organizado por Wallace dos Santos Moraes e Camilla Jourdan, que reflete sobre a contribuição do anarquismo no campo da teoria política ao discutir sobre o pensamento de alguns anarquistas, faz uma breve biografia deles de maneira que é possível checar as origens desses homens.

⁵³ Edição de n. 44, 13º ano, p. 1-3. “[...] Le syndicat devient un de ces moyens, parce qu'il est en quelque sorte, une école d'organisation et d'action directe.”

orientou a luta dos trabalhadores pela via da ação direta ocorreu alguns meses antes do Congresso de Amiens, organizado pela CGT francesa, vista como o pivô no estabelecimento do sindicalismo revolucionário de ação direta na época. No entanto, cabe mais à frente analisar como o princípio foi mobilizado dentro da particularidade do contexto brasileiro com foco mais central na cidade de São Paulo. Pois, por mais que a ação direta tenha o caráter internacionalista, não convém deixar de considerar as análises que possam nos trazer compreensão dos aspectos particulares desse princípio anarquista pelos países onde ele foi reivindicado, pois, com isso, há a possibilidade também de captarmos o seu caráter transnacional, buscando uma relação entre o específico e o geral.

A tradição contestatária radical da França, que pode ser reconhecida a partir dos seguintes marcos históricos de 1789, 1848⁵⁴ e 1871 com a Comuna de Paris, que levou ao “banimento da associação na França” por parte das autoridades (MARINI, 2016, p. 19) e a não realização do Congresso daquele mesmo ano. Esses acontecimentos podem ser parte da chave interpretativa para atinarmos sobre o surgimento da ação direta. A Comuna de Paris, em 1871, foi extremamente relevante na história do operariado urbano francês pela experiência que dela resultou no âmbito da organização proletária e da tentativa de autogestão, que é um dos pilares na estruturação da sociedade anárquica. Bakunin era ainda membro da AIT e defensor da greve geral e foi um dos tantos personagens que estiveram na França naquele momento com a esperança de fazer viva a justiça social para os tão explorados trabalhadores⁵⁵. Algum tempo antes da Comuna de Paris, ele havia publicado “diversos artigos no jornal *L'Egalité*, incluindo o texto *Dupla greve de Genève*, de 1869, em que analisou as greves organizadas pela Primeira Internacional e traçou a estratégia da greve geral” (SILVA, 2016, p. 74). Os sindicatos, não isoladamente, eram uma das vias para a luta econômica, mas também política em certa medida, nas regiões francesas onde os despossuídos avançavam a partir de um

⁵⁴ O ano de 1848 como marco histórico revolucionário que foi capaz de influenciar em lutas posteriores suscita mais inquietações ao observarmos que, nesse ano, não só a França entrou novamente em convulsão, mas demais países europeus também foram levados pela avalanche de política liberal. Sob influência da Revolução Francesa em 1789, o ano de 1848 trouxe uma perspectiva de mudança política para além do território francês e abriu espaço para o disseminar das ideias socialistas que em 1871 tentou-se levar a cabo. Para mais informações sobre os eventos europeus passados em 1848, ver: HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Tradução: Maria Tereza Lopes; Marcos Penchel. (5. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵⁵ De acordo com o que revela Selmo Nascimento da Silva, “Bakunin atuou diretamente na Comuna de Lyon” (2016, p.74).

projeto social realmente identificado com os grupos que naquele instante formavam a base da sociedade da França. Entretanto, não é uma surpresa que, em menos de um ano, esse projeto tenha sido drasticamente dissolvido pela repressão política militar.

É evidente que a Comuna de Paris não inspirou sozinha as mobilizações que se seguiram, de grupos de trabalhadores do campo ou da cidade, dentro ou fora da França, deve-se somar a ela outras lutas de grupos subalternos anteriores que também lutavam para a obtenção dos seus interesses (RUDE, 1991; van der LINDEN, 2012) mais a experiência política e expectativas do momento. Porém, a marca que ela deixou para a história das mobilizações de caráter popular é do mais alto valor à história do anarquismo⁵⁶ e da formação do sindicalismo revolucionário de ação direta. O seu desmantelamento pelas autoridades teve como consequência na luta política o caminho pela via política representativa compreendida na ação dos políticos como representantes do povo no Parlamento e na preservação do Estado, condição aceita pela esquerda socialista marxista que começou a encarar a entrada no Parlamento como o caminho possível para a emancipação das classes populares⁵⁷. A Comuna também foi um divisor de águas na história do movimento anarquista, socialista e operário também porque a repressão brutal que resultou na morte de muitos combatentes levou os trabalhadores e militantes a terem que construir novas formas de luta. Após o início tenso por volta dos anos 1870 da III República, as autoridades da França tentaram manter sob seu controle as associações trabalhistas pelo estabelecimento de regulamentações, concedendo permissão para a formação de sindicatos profissionais, um pouco semelhante com as cooperativas e o mutualismo já estabelecido por alguns grupos de trabalhadores dentro e fora da França. A lei Waldeck-Rousseau, em 1884, foi um exemplo desse tipo de ação do governo francês.

Distantes da influência revolucionária que viria a crescer a partir de 1906 com a CGT, os sindicatos não romperam com o princípio de individualização proporcionado pela via institucional, e foram admitidos como um mecanismo republicano de reequilíbrio pacífico da assimetria entre os assalariados e seus empregadores, papel que o mutualismo e o cooperativismo já desempenhavam de alguma forma (MUNDIM, 2016, p. 97).

⁵⁶ A importância da Comuna de Paris para os movimentos políticos e sociais seguintes pode ser sentida no jornal *A Terra Livre* (ano I, n. 6, 24/03/1906) e (ano I, n. 29, 18/03/1907).

⁵⁷ Esse grupo também pode ser identificado pelo termo *possibilistas*, por aceitar a via política parlamentar como luta política.

Entre 1890 e 1910, a mobilização começou a tomar novas formas, algo perceptível mesmo dentro de uma visão transnacional. A França e outras partes da Europa enfrentaram a Depressão, que caiu com todo seu peso na vida do trabalhador urbano e do campo; somando-se a isso, houve as transformações dentro do processo produtivo. Da parte dos franceses que tinham lá seu histórico de organização sindical desde o período da AIT, e que contou com a contribuição do pensamento sobre a greve geral de Bakunin levado para dentro da CGT que elevou ao ápice a luta do movimento operário, tanto para os próprios operários quanto para seus inimigos que temiam perder seus cargos como políticos e como possuidores dos meios de produção, o momento tinha sua justificativa para uma intensa mobilização com perspectiva revolucionária.

As outras formas de organização como o *cooperativismo* e o *mutualismo* passaram então a ser questionados pelos militantes e trabalhadores próximos do socialismo libertário e ligados ao sindicalismo revolucionário, pois começaram a compreender que estas formas de organização representavam, como seus modelos na Inglaterra e na Alemanha aliados à social-democracia, armas ineficazes para a real mudança necessária que a classe trabalhadora precisava, por terem um aspecto classista e reformista, o que poderia trazer limites para o processo de unificação da luta dos trabalhadores. Uma brochura, *Sindicalismo e ação direta*⁵⁸, do sindicalismo revolucionário português, datada em 15 de abril de 1911, exemplifica, de forma vigorosa, esses questionamentos e principalmente com foco nas organizações inglesas e alemãs. Com o seguinte fragmento retirado dessa publicação operária militante portuguesa, poderemos vislumbrar melhor o tom das críticas ao cooperativismo e ao mutualismo:

(...) Todavia, o papel das cooperativas pode ainda ser importante nas lutas do trabalho contra o capital, já auxiliando materialmente, grevistas, (em generos, por exemplo) já colocando aqueles que pelo industrialismo sejam perseguidos.

Para isso, porem, é preciso imprimir-lhe um caráter mais social, porque o que teem é netamente comercial e capitalista, não se distinguindo em nada das formulas uzadas pela burguesia. (1911, p. 8)

⁵⁸ Esse documento é parte do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Ele será fundamental para o capítulo em que discutirei sobre o caráter transnacional da ação direta. Trata-se de uma brochura do Comitê da Propaganda Sindicalista do Porto.

Nas páginas seguintes, a crítica continua, porém, relacionada à ação eleitoral que tira do operariado a energia revolucionária:

A organização alemã, preconizada principalmente pelos sociaes-democratas, é uma organização partidarista, cujos meios de luta se resumem na ação eleitoral:

Subordinada ao partido socialista-reformista, claro é que seu fim primordial é a luta parlamentar. Tendo estabelecido no seu seio o principio mutualista, acessível a todos os agremiados, ele não visa a outra cousa que não seja o aniquilamento da energia revolucionaria do proletariado afim de melhor se assegurar no seu absoluto. (1911, pp. 10-11)

O que é possível dizer é que, nesse percurso de mobilizações mais ou menos acaloradas do começo do século XX, elas tiveram a tendência de se radicalizar. Os sindicatos começaram a tomar uma atitude mais aliada à política⁵⁹ com a participação dos anarquistas, porém, sem deixar a questão econômica de lado, pois ela era um dos principais motivos para a sua constituição. O parlamentarismo era entendido somente como uma forma de manter as divisões de classes e, por isso, era desacreditado, trazendo a noção de que cada vez mais havia a necessidade da ação política do próprio operário para a mudança de sua degradante situação. O caminho de ações conflituosas que se abriu veio a ceder espaço para que novas formulações de pensamento tangenciassem a luta do trabalhador no âmbito de sua autonomia. Com isso, a organização sindical passa a ser pensada a partir de um novo olhar que não meramente econômico, mas também como forma de organização de preparar o trabalhador para a sociedade futura, e, para alguns, o sindicato também já seria uma das formas de organização dentro dessa sociedade futura. A ação direta justamente surge naquele momento envolvida de uma perspectiva teórica e prática que dialogou com o contexto do momento. Foi um pouco desse momento que esta parte do capítulo tentou trazer à luz uma breve explanação dos motivos e acontecimentos históricos que levaram ao raiar do princípio da ação direta pelos anarquistas, vendo no anarquista francês Émile Pouget o seu principal teórico. Até aqui, creio que foi possível captar uma pequena parcela do movimento sindical antecedente ao ano de 1906⁶⁰, e esse ano pode ser compreendido

⁵⁹ A afirmação política anarquista dentro dos sindicatos a ponto de tentar constituir sindicatos anarquistas é elementar para entender sua especificidade em relação ao sindicalismo revolucionário que estava a favor da neutralidade política do sindicato. Ver: *op. cit.*, 2004.

⁶⁰ Esse marco temporal é flexível e remete à particularidade do contexto brasileiro com o Congresso Operário Brasileiro, pois é justo observar que a orientação para radicalização se deu dentro de processos dinâmicos e particulares nos lugares onde ela foi seguida.

como o momento efetivo da proposta para os operários aderirem à orientação do sindicalismo revolucionário de ação direta. A seguir, serão expostas algumas ideias em torno do que significa ou que se quer dizer por ação direta; isso se dará a partir de alguns de seus pensadores.

1.2 O que queriam dizer os teóricos quando formularam o princípio da ação direta

Após passar por parte dos acontecimentos históricos que envolveram o surgimento da ação direta, de agora em diante, a perspectiva aqui é dar encaminhamento ao entendimento de seu surgimento, captando as ideias de alguns militantes teóricos a respeito à dela para, depois, refletir sobre como foi ela praticada dentro do movimento operário brasileiro em 1906 e 1919.

1.2.1 Prelúdio

A história do anarquismo no Brasil, a partir do final do século XIX, começou a ser tomada pela historiografia por meio das modificações na história social do trabalho, a qual permitiu perceber o impacto do pensamento anarquista dentro do movimento operário brasileiro. Houve a notável presença dos anarquistas italianos, especialmente em São Paulo, que, na época, estabeleceram forte trabalho de propaganda libertária, adentrando os espaços das organizações operárias e trabalhando na imprensa, como no caso do italiano Oreste Ristori, que dirigiu o jornal *La Battaglia*. Ele viajou para a América vindo do vilarejo de San Miniato, na Toscana, em 1874. Ristori esteve por muitas regiões antes de desembarcar em Buenos Aires e, depois, em São Paulo, em 1904, mesmo ano quando já começa a circular o *La Battaglia*. Assim, desde a década de 1980, vem se constituindo aos poucos um conjunto de trabalhos voltados ao anarquismo no Brasil, quase sempre entrelaçado ao movimento operário.

Em algum aspecto, tem ficado à parte desse conjunto de trabalhos uma preocupação maior com o conteúdo teórico/político do pensamento anarquista, pois a percepção é que o anarquismo, nessa relação com o movimento operário, vem sendo demonstrado muito mais como uma das correntes de esquerdas que estavam em

mobilização com o conjunto de trabalhadores entre os séculos XIX e XX; com isso, sendo evidenciado, em grande medida, mais o lado da prática/política do anarquismo, muito primordial aos libertários. De acordo com Clayton Perón de Godoy, a historiografia que desde a década de 1970 escreve sobre o anarquismo adotou duas tendências:

A primeira delas caracterizou-se pela tentativa de explicar a predominância e o tipo de influência do anarquismo como ideologia no movimento operário da Primeira República. Nessa tarefa, foram enfatizados como elementos explicativos os fatores *estruturais* da sociedade e foi privilegiada a dimensão *estratégica* de suas relações com outros atores sociopolíticos. A segunda tendência assumiu como empreitada uma postura mais interpretativa, pretendendo compreender a experiência anarquista em si mesma. Lançou luz sobre os elementos culturais do anarquismo e focalizou a sua relação com as classes populares (GODOY, 2013, p. 14-15).

A contrapartida pode ser evidenciada tomando-se nas mãos a dissertação *Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)* (2009), de Adonile Ancelmo Guimarães, na qual o autor, perspicazmente, faz uma abordagem sobre o anarquismo ponderando a sua presença no campo teórico político – muitas vezes delimitado pelos referenciais da política liberal – e estabelecendo seus traços teóricos com seus autores, teóricos e militantes, algo que está em direta consonância com o proposto nesta dissertação. Entretanto, Guimarães apresenta uma questão da qual não é possível compartilhar por completo quando ele busca construir um marco real ou simbólico de origem para a ação direta, pois, em seu trabalho, o autor traz o entendimento de que a ação direta é possível ser identificada antes do próprio movimento anarquista existir, ou seja, a partir das ideias sobre autonomia expressadas por Proudhon (2013, p. 46).

Escrever uma história do anarquismo tendo como objeto de análise o princípio da ação direta é realizar uma produção historiográfica ligada à contribuição do pensamento anarquista ao campo da teoria e prática política⁶¹. Pois é totalmente evidente que, quando Pouget e outros escreveram sobre a ação direta, também estavam refletindo sobre a esfera política. Paulatinamente o tema sobre o anarquismo vem

⁶¹ Ver: CHÂTEL, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. *História das ideias políticas*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

obtendo terreno dentro da academia, desse modo, cabe às novas pesquisas que surgirem valorizarem a presença do anarquismo no Brasil em sua relação com os trabalhadores, também perscrutando os seus fundamentos políticos/teóricos, não focando, assim, excessivamente no trabalho de mobilização efetuado pelos militantes anarquistas dentro das organizações operárias do Brasil. Equilibrar as perspectivas das pesquisas sobre o anarquismo é fundamental para um entendimento significativo em relação a ele no campo da teoria política, visto que suas ideias, em muitos casos, foram erroneamente interpretadas ou transmitidas de modo negativo, como Woodcock (1981) em alguns momentos passa uma ideia do anarquismo como algo sem ideias precisas ou consistência política (CORRÊA, 2012). Com isso, as ideias anarquistas chegam ao presente deturpadas e mal compreendidas, perdendo todo o seu papel como contribuinte para prática política.

1.3 As reflexões sobre a ação direta

Podemos dizer que os textos sobre a ação direta se localizam em duas categorias distintas: uma é composta por textos de militantes; enquanto a outra categoria é formada por trabalhos de caráter acadêmico, mas ambas podem complementar uma a outra para formar uma análise da ação direta. Nesta parte do capítulo, tentaremos articular esses tipos de escritos para compreender o significado da ação direta. Como analisou Guimarães (2013) em seu trabalho, a ação direta, entre os séculos XIX e o século XX, é inteligível fora das vias “legais” do fazer política, se colocada ao lado dos modos convencionais da prática política ligada à representação popular por intermédio de políticos que compõem o partido, o Parlamento e o Estado identificados como uma expressão da sociedade. Como alerta Guimarães:

... a ação direta plenamente moderna surge, como uma luta genérica, ora como resistência, ora revolucionária, tanto contra o Estado quanto contra o capitalismo e, nesse sentido, os operários foram, muitas vezes, os principais sujeitos destas ações de resistência, revolta e revolução que atualmente chama-se ação direta. Essa segunda ancoragem (é nesta que se assenta esta pesquisa) fornece um aditivo fundamental que é a crítica e a recusa à tática de representação burguesa, de rejeição ao parlamentarismo e que, num certo momento, marcou a bifurcação no interior do movimento socialista revolucionário, entre marxismo e anarquismo, a recusa à tática partidária e eleitoral. A partir daí, as ideias e práticas de ação direta estiveram intimamente ligadas aos anarquismos (GUIMARÃES, 2013, p. 46).

Além da intrínseca relação com a autonomia do operariado, vendo-o como sujeito de sua própria história e, por isso, o único ser capaz de alterar sua realidade⁶².

Quando nos voltamos para um texto do início do século XX, como *L'action directe*, de Émile Pouget, primeiro texto em que é feita uma apresentação de qual seria o significado da ação direta, facilmente podemos compreender as questões expostas por Guimarães e o vínculo da ação direta com o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Observemos, a partir das palavras de Pouget, o que ele entendia como princípio da ação direta, ao formulá-lo em conjunto com outros libertários:

Ação direta é a simbolização do sindicalismo atuante. Esta fórmula é representante da batalha contra a exploração e opressão. Ela proclama com clareza o amigo em si, o significado da direção, do esforço da classe trabalhadora no assalto livre, e sem descanso ao capitalismo.

A noção da ação direta é de tal clareza, com uma clareza óbvia, que define e reflete sua declaração adequada. Isso significa que a classe trabalhadora, em reação constante no ambiente atual, não espera nada de homens, poder ou forças externas a ela, mas, sim ela cria suas próprias condições de luta e desenha os meios de ação. Isso significa que, contra a atual sociedade que sabe que o cidadão está agora a vestir-se de produtor. Este reconhecimento social agregado, é modelado em seu sistema de produção, e pretende abordar diretamente o modo de produção capitalista de transformar, eliminar o chefe e conquistar, assim a soberania da oficina - uma condição essencial para a apreciação da verdadeira liberdade.⁶³

É esse reconhecimento da capacidade da autonomia da classe operária que levaria à negação do parlamentarismo identificado como algo abstrato na vida dos trabalhadores, e, por esse motivo, mas não só, não seria capaz de satisfazer às

⁶² Mesmo se tratando de uma atuação operária do século XIX, não se pode deixar cair ao alcance de que a luta moderna operária inicia-se em conjunto com desenvolvimento industrial na Inglaterra como analisaram Rude e Thompson.

⁶³ “L’Action directe est la sybolisation du syndicalisme agissant. Cette formule est representative de la bataille livrée à l’Exploitation et à l’Oppression. Elle proclame, avec une netteté qu’elle pote em soi, le sens et l’orientation de l’effort de la classe ouvrière dans l’assaut livre par ele, et sans répit, au Capitalisme”. “L’Action Directe este une notion d’une telle claret, d’une si évidente limpitude, qu’elle se définit et s’explique par son proper énoncé. Elle signifie que la Classe Ouvrière, em réction constante le milieu actuel, n’attend rien des hommes, des puissance ou des forces extérieures à elle, mais qu’elle crée ses propres conditions de lutte et puise em sois es moyens d’action. Elle signifie que, contre la société actuelle qui ne connaît que le *citoyen*, se dress désormais le *producteur*. Celui-ci ayant reconnu qu’un agrégat social est modelé sur son système de production, entend s’attaquer directement au mode de production capitalist pour le transformer, en éliminer le patron et conquérir ainsi as souveraineté à l’atelier – condition essentielle pour jouir de la liberté réelle”

necessidades da classe operária. Outro fator de crítica e de descrença em relação ao parlamentarismo por Pouget diz respeito ao fato de que esse modo de estabelecer a organização e ação política está em conexão com ideias de autoridade, que é algo veementemente atacado pelos anarquistas que são completamente ligados ao princípio da liberdade – em diversos âmbitos. Desse modo,

Desta negação do democratismo, enganoso e hipócrita, e a última forma de cristalização da autoridade, deriva todo o método sindicalista de ação direta, assim, ela aparece como nada mais do que a realização do princípio da liberdade, como realização nas massas: sem fórmula em resumo, vagas e nebulosas, mas em conceitos claros e práticos, a militância gerada é exigida pelo tempo da necessidade; é a destruição do espírito de submissão e resignação, que avilta os indivíduos, tornando-os escravos voluntários - e isto não é o florescimento do espírito de revolta -, elemento de fertilização da sociedade humana.⁶⁴

Em São Paulo, *O Amigo do Povo* permite que tenhamos uma impressão do papel desempenhado pelos anarquistas nos sindicatos franceses e como a ação direta visava à autonomia política do operariado.

Os políticos do socialismo francês sentiram o perigo que da actividade dos anarquistas dentro dos sindicatos resulta para as suas aspirações: ao poder, e por isso abriram contra elles uma campanha, cujo o efeito tem sido antes satisfatorio para nós. Muitos anarquistas, até hoje desconfiados do sindicalismo, lançaram-se decididamente no movimento operario, convencidos de que não se ataca quem é impotente ou fraco.

Efetivamente - é certo que mais uma boa lição da experiencia, do que pelos esforços dos nossos camaradas – o proletariado francês organizado enveredou, com passo firme pela fecunda via da acção directa, afastando-se cada vez mais dos logros da política e dos pântanos do parlamentarismo, prescindindo cada vez mais dos serviços desinteressados (oh de políticos serviçais e carinhosos...⁶⁵

⁶⁴ “De cette negation du democratisme, mensonger, et hypocrite, et forme ultime de cristallisation, de l’Autorité, découle tout cela méthode syndicaliste L’Action Directe apparaît ainsi comme n’étant rien autre que la matérialisation du principe de liberté, sa réalisation dans les masses: non plus en formule abstraites, vagues et nébuleuses, mais en notions claires et pratiques, génératrices de la combativité qu’exigent les nécessités de l’heure; c’est la ruine de l’esprit de soumission et de résignation, qui aveugle les individus, fait d’eux des esclaves volontaires, - et c’est la floraison de l’esprit de révolte, élément fécondant des sociétés humaines.”

⁶⁵ Ano II, 16/5/1903, n. 26.

De acordo com esse trecho, vindo das páginas do periódico, e a passagem acima, advinda do escrito de Pouget, é notória a perspectiva política antiparlamentarista da ação direta, ou seja, a ênfase no abandono da representatividade política. O fragmento do jornal libertário traz um outro ponto importante que rondou constantemente as discussões dos militantes sobre os modos de organização operária, que é a tensão entre alguns anarquistas e o sindicato que também diz respeito aos sindicalistas revolucionários.

Na França, as organizações associativas dos trabalhadores foram animadas com as Bolsas do Trabalho, que tiveram nas ações de Pelloutier um dos seus principais coordenadores e foram posteriormente vinculadas à CGT francesa. Elas eram formas organizativas dos próprios trabalhadores para defenderem seus interesses. O papel das Bolsas do Trabalho e de Pelloutier foi tão significativo (na defesa dos trabalhadores) para aquele momento que Jacques Julliard vê a ação direta principiar dentro dessas organizações constituídas antes da virada para o século XX e da constituição da CGT francesa. Julliard, autor de *Fernand Pelloutier et les origines du syndicalisme d'action directe* (1971), entende que a concepção da ação direta está em conexão com a presença do anarquista Pelloutier nas Bolsas do Trabalho (GUIMARÃES, 2009). As Bolsas do Trabalho na França efetuaram diversas funções, para assegurar ao trabalhador francês, refém do capitalismo, melhores condições de vida. As Bolsas do Trabalho serviram de exemplo para a criação de Bolsas do Trabalho fora da França, por exemplo, na vizinha Itália (TOLEDO, 2004) e na Argentina.

As associações operárias para o pensamento anarquista seriam associações de resistência que deveriam superar a organização no partido político socialista ou qualquer outra associação contrária à ação direta. Na teorização da ação direta esse vai ser um dos pontos de distanciamento entre anarquistas e socialistas. Replicada uma acusação de que anarquistas são apenas individualistas burgueses e confinadores da ação direta nas massas, Luigi Fabbri, anarquista italiano, deixa-nos apurar à qual perspectiva da ação direta ele era partidário. De acordo com o publicado no dia 29 de abril de 1916, no *Guerra Sociale*⁶⁶, ano II, vemos que Fabbri defende a ação direta

⁶⁶ Devido às condições de conservação do periódico, não foi permitido reconhecer o número lançado naquele dia.

contra a conquista do poder público e pela maneira como ele entende o papel do Estado na sociedade.

Alceste de Ambris, sindicalista revolucionário italiano, figura de destaque na Itália e no Brasil na mobilização operária, também expôs suas reflexões acerca das organizações associativas para a classe trabalhadora no opúsculo *L'Azione Diretta*, de 1907. A partir de uma passagem do texto, notemos o que De Ambris diz sobre esse tipo de organização operária ligada à ação direta:

Assim, em suas formas de resistência, cooperação e solidariedade contidas estritamente dentro do escopo e os objetivos específicos da classe proletária, o sindicato operário nos aparece como um órgão necessário e suficiente e para conduzir ao triunfo definitivo da luta anticapitalista, sem negligenciar os ganhos imediatos a serem alcançados através da ação direta dos trabalhadores organizados, com o objetivo de melhorar sua condição e exercício para a maior batalha do amanhã, o que resultará na greve geral a ser expropriada pela burguesia (1907, p. 24).⁶⁷

Dentro do discurso sindicalista revolucionário De Ambris não é difícil notar a confiança que ele tem no sindicato como meio de luta do operariado, e como ele marca os limites do sindicato “dentro do escopo e os objetivos específicos da classe proletária”. Isso é de forte significado para traçar a identidade entre sindicalismo revolucionário e anarquismo, devido ao fato de o pensamento anarquista ter uma perspectiva de libertação da humanidade por meio das lutas sociais, não ficando, dessa maneira, restrito à militância e à classe trabalhadora.

O militante anarquista Malatesta, também italiano, foi outro que refletiu e escreveu sobre essas questões, antes mesmo que os franceses e De Ambris, em seu texto intitulado *Ends and Means*, o insurrecionalista Malatesta mostra a importância da ação direta sob uma perspectiva massa, dando a nós caminhos para compreender que, em sua visão, ela ultrapassa os limites da classe operária.

Mas, se, em vez disso, disso não esquecer qual é objetivo final e encorajar as forças populares, bem como incitar a ação direta e insurreição, muito pouco pode ser alcançado no momento, mas ter

⁶⁷ “Così nelle sue forme dela resistenza, dela cooperazione e dela mutualità contenute rigidamente entro l'ambito e le specifiche finalità dela classe proletaria, il Sindicato Operario ci appare come um organo necessario e sufficiente e condurre fino al definitivo trionfo la lotta anticapitalistica, pur non trascurando le immediate conquiste da conseguirsi mediante l'azione diretta dei lavoratori organizzati, al duplice scopo di migliorare la propria condizione e di esercitarsi per la più grande battaglia del domani, la quale si concreterà nello sciopero generale espropriare dela borghesia.”

realizado isso é um passo adiante na preparação moral da massa das pessoas e na conquista de um clima social mais favorável (*apud* RICHARDS, 1965, p. 70).⁶⁸

Mas os entendimentos com relação à ação direta não se fazem sem termos como pano de fundo um ambiente no qual as discussões sobre ela apresentam divergências. Os debates mais inflamados na compreensão da ação direta estão envoltos na questão sobre a violência, tema sobre o qual o próprio Pouget também reflete e que Sorel será uma das principais referências das discussões que dizem sobre a ação violenta da classe operária. As análises de Sorel sobre a questão da violência fazem parte na maneira como esse pensador francês via o movimento histórico, a ponto que, para ele, a violência é propulsora de transformações sociais. Vejamos isso através de suas palavras:

As reflexões que submeto aos leitos do Movimento socialista, sobre a violência, foram inspiradas por algumas observações muito simples, relativas a fatos muito evidentes, que têm um papel cada vez mais notável na história das classes contemporâneas.

Há muito tempo, fiquei espantado de ver que o desenvolvimento normal implica um importante cortejo de violências; alguns cientistas sociais procuram encobrir um fenômeno percebido por qualquer pessoa que consente em olhar o que se passa à sua volta (SOREL, 1993, p. 43).

Outros pensadores e trabalhos que buscaram definições para o nosso objeto de pesquisa surgiram desde que Pouget escreveu *L'action directe*. Entre as libertárias, temos a russa Emma Goldman e a livre-pensadora estadunidense Voltairine de Cleyre, ambas contemporâneas a Pouget, além de alguns outros textos publicados por autores que surgiram posteriormente, como Rob Sparrow, que, na primeira década do século XXI, escreveu *Política anarquista e ação direta* (2009). Nicolas Walter (2000) trata da diferenciação entre ação direta e desobediência civil, ao abordar questões referentes à ação direta: “se confunde amiúde ação direta com a propaganda pelo ato e sobretudo com desobediência civil” (p.70). Ao trazer essa distinção, Walter toca em um dos pontos chave que dão sentido ao princípio da ação direta, que é a negação do sistema político e judiciário estabelecido.

⁶⁸ “But if instead, one does not forget one’s final objectives, and encourages the popular forces, as well as inciting to direct action and insurrection, very little may be achieved at the time, but one has made a step forward in the moral preparation of the mass of the people, and in the achievement of a more favourable social climate.”

O ponto em comum que se pode reconhecer nos escritos sobre a ação direta é o fato de ela valorizar as atitudes das pessoas oprimidas. Essa concordância pode ser notada tanto entre os autores do século XIX como entre os autores dos séculos XX e XXI⁶⁹. A perspectiva desta dissertação não busca por completo todos os pormenores que dão o significado da ação direta, mas, a partir do entendimento de seu contexto histórico de surgimento e tomando-se dos escritos sobre ela, tenta identificar quais são os elementos fundamentais que a compõem dentro da sua lógica teórica e prática. Já que há uma pluralidade de pensamentos que foram formulados em relação ao princípio da ação direta, objetivamos analisar o que os escritos sobre a ação direta trazem de comum para que possamos entendê-la – em sua conexão com o movimento operário e os militantes – e encontrar o real sentido que o princípio traz. Contudo, tenho a percepção de que esse real sentido está dentro de espaço demarcado, porém não fechado. O cuidado, aqui, é para não cair no engano de ver toda forma de resistência que os grupos oprimidos encontraram para solucionar seus problemas ou defender seus interesses por eles mesmos configurados na ação direta com o sentido anárquico do termo, pois, “na realidade, a técnica de ação direta foi desenvolvida no movimento sindicalista francês” (WALTER, 2000, p. 70).

As formulações sobre a ação direta estiveram ligadas à luta de classes, conectadas com a expansão da Revolução Industrial e do capitalismo, que fez com que a luta pela defesa de interesses entre a burguesia e a classe operária se agravasse, principalmente porque no âmbito político – que tinha forte vínculo com o econômico – da segunda metade do século XIX e começo do século XX as possibilidades de ascensão ao conjunto de trabalhadores organizados em redes associativas ou fora delas eram poucas ou quase nenhuma. Mesmo os socialistas, que conseguiram algum espaço no parlamento, pouco conseguiam aprofundar as pautas referentes às reivindicações de melhorias de condição de trabalho e de vida dos operários (SOREL, 1993); com isso, não só o trabalhador, mas também sua família, carecia de outros modos de ação política que se adequassem à sua realidade. Já que a via representativa era muito deficiente, as reflexões e análises históricas daquele tempo seguiam no rumo de encontrar as alternativas qualitativas para a melhoria das condições de vida da classe operária. A

⁶⁹ Como o anarquismo ainda está em voga no presente, a ação direta também acompanha essa existência atual, com isso, ainda hoje temos pessoas preocupadas em discutir sobre a ação direta, como é o caso do artigo de Rob Sparrow (2009).

batalha diária contra o patrão tinha que ser estabelecida no campo econômico, dentro e fora da fábrica, assim como no campo político, visto que, para os anarquistas e sindicalistas revolucionários, a existência e a permanência do Estado era uma das causas principais para a existência das desigualdades atuantes na sociedade, ou seja, era a presença das instituições do Estado que permitiam o enriquecimento econômico do empregador e legava às famílias da classe operária à carestia da vida. Essa realidade se fazia em todos os continentes, ao fazer que o operário recorresse a novas formas de mobilização na luta econômica e política. As notícias sobre os abusos sofridos pelos trabalhadores e os valores dos maus salários circulavam aos quatro cantos pela imprensa e por cartas, e isso é um dos motivos pela unificação na luta da classe trabalhadora (SAMIS, 2015).

A problemática da luta de classes em sua conexão com a política que pressionava as famílias operárias refletiu-se mesmo na Itália, país onde o movimento operário entre os séculos XIX e XX teve expressiva participação do Partido Socialista Italiano na organização do proletariado (GIANINAZZI, 2006; TOLEDO, 2004) e que contou com a contradição de alguns membros do sindicalismo revolucionário, ao passo que, em algum momento no campo político, eles deram o seu apoio a representantes socialistas não libertários, como investigado por Gianpiero Landi (2012) em *Armando Borghi protagonista e critico del sindacalismo anarchico*. Nesse texto biográfico sobre o anarquista italiano Armando Borghi⁷⁰, é possível notar a descrença dos militantes na ação eleitoral como forma de resolver a lacuna existente entre as classes e a contradição daqueles sindicalistas revolucionários.

Um forte e recorrente motivo de contraste com os sindicalistas revolucionários, bolonheses, e não somente, no entanto, é representado pela aceitação por muitos deles da participação nas eleições. A grande controvérsia eclodiu em 1910, em Bolonha, com o resultado da escolha feita por alguns dos principais expoentes dos sindicatos locais, particularmente Niccolai e Pondrelli, em participar na eleição geral para apoiar o candidato socialista Ugo Lenzi e a apresentação pela por parte do grupo liderado por outro líder sindical, Mazzoldi, contra essa aplicação protesta Pataccini, pelo compromisso com a greve de Parma. Borghi, forte defensor da abstenção eleitoral, realiza naquela ocasião uma obra intensa de propaganda e denúncia, pelo comportamento contraditório e vergonhoso de sindicalistas que arrastam o proletariado em uma batalha que não tem nada a ver com seus interesses de classe (LANDIOS, 2012, p. 25).

⁷⁰ No período em que esteve na França, Armando Borghi fez contato com Pouget, entre outros militantes e pensadores.

O princípio da ação direta, ao ser refletido por seus pensadores, muda a orientação da luta dos trabalhadores e a intenção das práticas de mobilização que já existiam nas mãos do operariado e possibilita o emprego de novos. Os anarquistas ligados ao sindicalismo revolucionário de ação direta, e em certa medida a Bakunin, ao estabelecerem o incentivo à ação econômica e política autônoma dos trabalhadores sugeriam que ela os levaria à transformação social. Esta seria a única forma possível para os anarquistas darem novos rumos à vida da classe de trabalhadores, já que a perspectiva de um processo de transformação social é substituir um modo de organização social por outro projeto de sociedade. Em relação à transformação social, um debate que se abre é sobre uma questão teórica referente ao fato se ela aconteceria vinda de uma transformação súbita, muito defendida pelos insurrecionalistas, ou se essa transformação surgiria de dentro de um processo de transformações graduais. Durante o século XIX e após a Comuna de Paris, esse tipo de discussão foi fundamental dentro da esquerda, e a alternativa para uma transformação dentro de um processo gradual foi um dos principais motivos para a aceitação dos marxistas pela tentativa de adentrar as instituições políticas formais, fortalecendo a constituição dos partidos socialistas. O que propunham Pouget, Pelloutier, Arturo Labriola, Emma Goldman, Voltairine de Cleyre com o princípio da ação direta era uma maneira de se fazer prevalecer a justiça social com a constituição de uma sociedade anárquica. Dessa maneira, pareciam os anarquistas compreender que não bastava a classe operária simplesmente lutar por melhorias imediatas, já que elas poderiam manter os trabalhadores distantes do campo das decisões políticas. Entre muitos debates alguns até reconheciam o valor das conquistas imediatas, contudo, a melhoria definitiva da vida da classe operária só viria quando fosse abolida a relação de salário, quando os meios de produção estivessem nas mãos dos próprios trabalhadores, quando a produção fosse distribuída de acordo a vigorar o bem-estar e não aos interesses privados da burguesia, quando a sociedade de classes estivesse completamente suplantada por uma sociedade horizontal e autogerida.

Entre militantes e intelectuais brasileiros não foi possível localizar algum texto de cunho teórico sobre a ação direta ou que se proponha a defini-la. O professor José Oiticica⁷¹, expressivo militante brasileiro dentro anarquismo que, ao lado de Astrojildo

⁷¹ José Oiticica colaborou com diversos jornais ligados ao diálogo com a classe operária, no Rio de Janeiro e em São Paulo, escrevendo diversos artigos. Na década de 1920, esteve à frente do jornal libertário denominado *Ação Direta*, que, entre o momento de suspensão das publicações e a continuação, rodou até a década de 1950.

Pereira, no ano de 1918, tentou preparar “uma insurreição armada em favor da criação de um soviete na Capital Federal com ramificações em Magé e o apoio de tecelões, metalúrgicos e outras categorias da capital” (SAMIS, p. 97, 2007) e deixou seu escrito sobre a ação direta, como os textos de Pouget e De Ambris, por exemplo. Em um artigo denominado *A ação direta na Índia*⁷², publicado em janeiro de 1955, no jornal libertário *Ação Direta*, o professor relata sobre um processo de organização econômica – que envolvia distribuição e doações de terras – ocorrido na Índia, organizado pela própria base da sociedade. No fim do artigo, Oiticica conclui com as seguintes palavras: “Como se vê, a pura *ação direta*. São os próprios trabalhadores que resolvem os seus problemas. Nenhuma intervenção do Estado, de patrões ou de partidos políticos”. Mesmo apesar da distância temporal entre os escritos, podemos observar que a conclusão trazida por Oiticica não foge às ideias elaboradas no início do século XX. Tentemos captar isso com Voltairine de Cleyre, em *Ação direta*⁷³.

Toda pessoa que planejou fazer qualquer coisa, e foi e fez, ou pôs seu plano em execução antes de outros, e ganhou a cooperação e colaboração de outras pessoas, sem apelar para autoridades, pedir licença ou agradá-los, foi um praticante da ação direta.

Todas as experiências de cooperação são essencialmente ação direta. Todo indivíduo que em sua vida teve uma diferença com qualquer outra pessoa, e diretamente procurou outras pessoas para envolvê-las na luta, através de um plano pacífico ou não, colocou a ação direta em prática. Greves e boicotes são exemplos de tal ação; muitas pessoas ainda lembram da ação das donas de casa de New York que boicotaram os açougueiros, o que acabou provocando a queda do preço da carne; ou do boicote à manteiga, como uma resposta direta aos fabricantes de manteiga.⁷⁴

Vemos que os textos de Voltairine de Cleyre e Oiticica, apesar do espaço que os separa, não discordam quanto à relevância da autonomia. Ela, no trecho anterior, além de enfatizar o não alinhamento com as autoridades como uma característica da ação direta, também abre caminhos para o entendimento da prática da ação direta em uma perspectiva que avança, de modo tênue, para fora das relações de trabalho, mas ainda

⁷² Este artigo foi publicado anos posteriores no livro *José Oiticica – ação direta (meio século de pregação libertária)* (1970), que apresenta uma série de textos de Oiticica ao longo de sua presença na imprensa libertária brasileira. A coletânea foi organizada por Roberto das Neves.

⁷³ Texto disponível em: https://facadaleitemoca.files.wordpress.com/2015/11/acao_direta_voltairine_de_cleyre.pdf. Acesso em: 31 out. 2016.

⁷⁴ *Ibidem*.

dentro da classe operária⁷⁵. Contudo, na perspectiva de Cleyre, são necessários alguns cuidados, um deles remete ao fato de que ela vê todas as experiências de cooperação *como essencialmente* ação direta, e isso pode levar à outra problemática contida em seu pensamento sobre o princípio da ação direta. Ao longo do texto, ela demonstra compreender a ação direta em toda ação autônoma⁷⁶, incluindo períodos antes da existência do próprio movimento anarquista e movimento operário. Observemos a assertiva dessa livre-pensadora sobre o que se busca elucidar:

Outro exemplo de ação direta no começo da história colonial, desta vez de nenhuma forma pacífica, foi o evento conhecido como a Rebelião de Bacon. Todos nossos historiadores certamente defendem a ação dos rebeldes naquela ocasião, porque os rebeldes estavam certos. Mesmo no caso da ação direta violenta contra a autoridade legalmente constituída.⁷⁷

Tomando o emblemático período de vinte anos, entre 1890 e 1910, quando surge o objeto de pesquisa que é motivo para esta dissertação, podemos considerá-lo como um determinado contexto que, para nós, representa o momento de maior envolvimento da classe operária com a política de esquerda e de radicalização na mobilização do movimento operário influenciado pelos anarquistas ligados ao sindicalismo revolucionário defensor do princípio da ação direta como forma de chegar à obtenção de melhorias na vida dos trabalhadores e à transformação social; dessa forma, é possível notar que a prática da ação direta pode apresentar objetivos bem específicos também.

De acordo com o que são as práticas da ação direta, como exemplificado por Cleyre a partir da alusão às greves e boicotes, temos algo que a bibliografia que já abordou em suas linhas e o nosso objeto de estudo não deslegitima, ou seja, não há grandes conflitos em relação a isso, pois, de modo geral, a ação direta sempre remete a greve, boicote, sabotagem, ocupação, piquetes e outras formas de ações autônomas dos trabalhadores (SPARROW, 2009; TOLEDO, 2004; JOLL, 1964; SCMIDT, van der

⁷⁵ Neste ponto é justo percebermos, como sugere van der Linden (2013), que os trabalhadores não atuam somente dentro dos locais de trabalhos e como seres isolados, mas é lícito captá-los em uma luta na qual a rede familiar é fundamental na resistência. Sobre as donas de casa de Nova York, situadas por Cleyre, a imaginação aventa dizer que eram potenciais companheiras de trabalhadores, que, junto deles, sentiam os mesmos insultos do capitalismo em suas vidas. Assim, ela também teve que se mobilizar para a obtenção de ganhos.

⁷⁶ Como já expresse anteriormente neste trabalho, há a compreensão de que a ação direta surge em contexto específico e que nem toda forma de ação autônoma pode ser de fato relacionada à ação direta.

⁷⁷ *Ibidem*.

WALT, 2009; GODOY, 2013; OLIVEIRA, 2009; WALTER, 1969; GUIMARÃES, 2009; ALVES, 2002). Mesmo que Woodcock tenha avaliado que “o significado prático da ação direta tem variado de geração para geração e de uma para outra forma de anarquismo” (1981, p. 27), é cabido remeter à evidência de que todas essas manifestações que representam a prática da ação direta eram fortemente difundidas entre grupos de trabalhadores mesmo antes do período que vai de 1890 a 1910.

Linden (2013), ao realizar um estudo sob o prisma de uma história global do trabalho analisando as formas de resistência no universo do trabalho, exemplifica várias maneiras de resistência estabelecida pelos trabalhadores, incluído o ato da greve, que é “uma forma muito importante de luta usada por todas as categorias de trabalhadores subalternos” (p. 199) e não necessariamente precisa de um sindicato para ser utilizada pelos trabalhadores. O trabalho ainda sugere que “os trabalhadores podem recorrer à sabotagem” (p. 202). De modo geral, essas ações representam o momento grave na relação de trabalho e na situação presente da vida do conjunto de trabalhadores, que as colocam em prática no instante em que julgam necessário para pressionar o patrão na defesa de seus interesses, tornando-se seres rebeldes por consciência em relação ao sistema que tenta dominá-los.

Com isso, a contribuição dos anarquistas aderentes às organizações sindicais revolucionárias entre os séculos XIX e XX para com o movimento operário na França e de todo o mundo não era a de ter inventado as organizações sindicais e os métodos de luta, mas de *ressignificá-los para dentro do campo da luta política*, tentando fazer que trabalhadores deixassem de lutar somente pelas dimensões econômicas da vida, dessa maneira, a ação direta se tornaria uma tática de caráter revolucionário para a consecução dos objetivos econômicos e políticos. Pode-se presumir que o que queriam os pensadores com a utilização da ação direta – entendida pelas greves, pelos boicotes, pela sabotagem e mais – entre a classe operária era a tentativa de solucionar a questão da subordinação à qual estava detida a classe operária pelo não acesso aos meios de produção, de forma a organizar a dinâmica do processo produtivo. Isso significa dizer que os anarquistas reivindicavam uma característica anterior no processo produtivo, que era quando havia autonomia na produção por parte das próprias pessoas que despendiam da sua força de trabalho. Todavia, isso não é o mesmo que reafirmar que o anarquismo é um pensamento voltado aos camponeses sem fortalecer laços fortes com os

trabalhadores das regiões industriais e urbanizadas (CORRÊA, SILVA, 2015; SCHMIDT, van der WALT, 2009). O vigor da interpretação só se dará de maneira completa se olharmos para a ação direta e enxergarmos o projeto de sociedade autônoma que a anarquia promete, sem promulgar uma organização social baseada em classes que remetem à hierarquização que pode favorecer mais a uns do que outros, ou uns em detrimento de outros.

A ideia da greve geral revolucionária, não por menos, qualificou o uso da greve como forma de reivindicação econômica e política, mas no âmbito da busca pela independência, uma independência na qual, tomada as devidas proporções, podemos entender que já fazia parte da vida de muitos trabalhadores assalariados antes do processo que implicou em significativo no êxodo de camponeses do campo para a cidade e transformando todo o sistema de produção e atividade do trabalho, deixando que o processo produtivo fosse administrado por pequenos grupos detentores dos meios de produção.

A constatação de que as greves e os sindicatos são anteriores aos anos de 1890 e 1910 destaca o fato da interação entre prática e teoria no pensamento anarquista com a ação direta, além de demonstrar como a prática pode anteceder a teoria. Se retomarmos o caso controverso de Sorel em sua ligação com o movimento operário francês, facilmente pode-se concluir que ele não foi o inventor da greve geral revolucionária, e que seu pensamento também não antecedeu à constituição da organização sindical revolucionária, pois, nesse caso dos sindicatos revolucionários, os méritos poderiam ser dados a Bakunin, após ele ter adentrado na AIT, e aos socialistas libertários Pelloutier e Pouget. Mas pode ser indicativo para a observação de como o pensamento teórico de Sorel estava sendo constituído em cima de uma prática já realizada muito antes pelos trabalhadores. O contributo do pensamento de Sorel para as ações de organização e mobilização do movimento operário não precisam ser descartadas por completo, entretanto sua contribuição também não pode representar toda a autenticidade que lhe é dada em alguns casos.

A concepção de greve na segunda metade do século XIX passou a ser considerada pelos que teorizavam sobre a marca da revolução social a partir da ideia da greve geral revolucionária que seria preparada dentro (ou fora) das organizações sindicais de orientação revolucionária, tendo o protagonismo dos trabalhadores nessas

ações com a utilização da ação direta. A greve geral revolucionária para os pensadores da ação direta e a autonomia do operariado seria então os primeiros passos para a catástrofe geral do sistema capitalismo e do Estado. O princípio faria parte da educação revolucionária dos operários, que, a cada greve, avançariam para a formação de uma greve geral revolucionária que traria a transformação social. Em *Reflexões sobre a violência*, Sorel traz um pouco dessa questão que diz sobre a dimensão da preparação do conjunto de operários para a transformação por meio dos sindicatos. Vejamos isso conforme disse o próprio autor francês:

Os sindicatos revolucionários raciocinam sobre a ação socialista precisamente da mesma maneira que os escritores militares raciocinam sobre a guerra; eles encerram todo o socialismo na greve geral; vêem toda a combinação como necessariamente destinada a chegar a esse fato; vêem em cada greve uma imitação reduzida, um ensino, uma preparação para a grande reviravolta final (SOREL, 1993, p. 101).

Do mesmo modo que Sorel não criou a greve e os sindicatos, Bakunin, Pouget, Pelloutier, Labriola, Malatesta, Cleyre, Goldman também assim não fizeram, o que é possível indicar, nesse caso, é que esses militantes pensadores, e por vezes também trabalhadores, ao refletirem sobre a greve e os sindicatos, partindo de uma análise da sociedade na qual estavam compondo, reelaboraram essas práticas dentro de uma crítica relacionada à situação política do momento e o impacto dela da vida dos operários. Pois como ressalta Guimarães:

A ação direta é, do ponto de vista teórico, uma crítica interna aos socialismos que acatam a tática da representação como estratégia política e uma crítica externa ao Estado, aos poderes instituídos. Representa uma recusa às regras formais de uma democracia liberal, constituindo-se no agir autônomo dos indivíduos e grupos, tendo em vista que passou a ser denominada ação direta a partir do final do século XIX, no contexto de lutas movidas pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários franceses (GUIMARÃES, 2009, p. 49).

Então, para a compreensão do princípio da ação direta, é também justo verificar que ele surge de uma análise da realidade e da experiência, por isso a ação direta é a forma de uma resposta às más condições de vida a que estava submetida a classe operária em uma relação de conflito de classes. Mantendo atenção ainda à questão teórica do princípio da ação direta, é valiosíssimo frisar que ela advém de uma consideração de que a história da sociedade futura seria construída de baixo para cima. Já que as elites daquele momento, como construtoras de uma sociedade livre e

igualitária, não recebiam crédito algum de seus críticos, por outro lado, elas eram acusadas pela permanência da precarização da vida da classe trabalhadora assalariada. Assim, a única forma pela qual os trabalhadores que dependiam de salários – para manter suas famílias – poderiam se defender era partindo de sua própria atitude de forma independente.

Os anarquistas buscaram de forma coerente realizar seus objetivos revolucionários e viram no operariado e em outras classes dominadas a força capaz de realizar tais objetivos, porém, para que realmente esses objetivos se realizassem, era necessário o estabelecimento de estratégias que se identificassem com alguns princípios libertários, sendo esses capazes de exercer influência na conduta dos oprimidos no sentido de que eles também reconhecessem o valor de sua autonomia econômica e política para transformar sua vida de modo seguro. Era necessário permanente estímulo na criação de sujeitos revolucionários que se reconhecessem em diferentes pontos para formação de um grupo social capaz de realizar a revolução social (CORRÊA, SILVA, 2015). O princípio da ação direta seria fundamental para a criação desses sujeitos revolucionários, visto que ela tem em seu entendimento questões voltadas a uma conduta ética e moral que envolvia discussões sobre a violência como ação legítima – dentro de um acordo social – para o alcance dos objetivos desejados (GUIMARÃES, 2009, p. 95-127).

Outro fator importante dentro do aspecto teórico que envolve o surgimento do termo e suas práticas pode ser apresentado na ocorrência de que alguns dos que refletiram sobre a ação direta não estavam ao lado dos trabalhadores apenas como militantes anarquistas, muitos deles também eram operários que dependiam do salário ganho para manter sua vida. Isso demonstra novamente que a ação direta não está delimitada somente aos aspectos da análise da realidade, mas também tangencia o campo da experiência na exploração do trabalho. O socialista libertário Malatesta, uma das principais referências dentro do anarquismo italiano, por exemplo, apesar de ter nascido em uma família de comerciantes relativamente estável economicamente, devido a “contratempos, em parte de ordem política, fizeram-no viver de biscates, dentre eles os ofícios de mecânico e eletricitista” (CORRÊA, 2016, p. 190). Pouget foi outro que também exercia atividades econômicas que não lhe permitia acumular capital, assim viveu sua vida como trabalhador, militante e livre-pensador.

As reflexões desses anarquistas – e ao mesmo tempo trabalhadores – fez com que eles identificassem uma estreita relação entre a economia e política, pois eles tinham total relação com o sistema produtivo, agindo não como consumidores dentro desse sistema, mas também como vendedores de sua mão de obra por salário. Assim, torna-se possível compreender que a ação direta não foi teorizada fora das próprias experiências das relações de trabalho de alguns anarquistas e sindicalistas revolucionários; em conjunto, o que se evidencia é que ela é, em outra instância, uma consequência dessas experiências das relações de trabalho quando vista pela ótica da exploração da mão de obra para a obtenção de lucro, provocando, com isso, uma organização social que separa os grupos que compõem determinada sociedade por classes, por exemplo, a classe burguesa e a classe operária. E foi no campo da experiência política representativa, com as decepções do pouco avanço econômico dentro do sistema capitalista, e também com o socialismo, que a ação direta também se fortaleceu como opção política aos libertários e sindicalistas revolucionários.

Aos anarquistas as mudanças políticas estavam atreladas à dinâmica da economia que era movimentada pelo anseio do lucro. Com isso, podemos trazer à reflexão que a análise social materialista seria uma base para a orientação da ação direta na luta dos trabalhadores para melhores condições de vida. Aliando isso ao fato de que não só Pouget, mas também outros anarquistas foram seres assalariados – que dependeram primeiramente desse recurso para manter a vida –, chega-se à conclusão de que a existência dos laços entre experiência, prática e teoria para a formulação do princípio da ação direta são fundamentais para o seu entendimento.

Até aqui, nesta parte do capítulo, tentou-se levantar alguns pontos sobre o contexto histórico de surgimento do princípio da ação direta, o qual concluiu-se que ele pode ser definido a partir do momento histórico concreto da AIT, quando se seguiu a orientação de que a emancipação dos trabalhadores seria obra de sua própria ação de forma autônoma. A partir disso, surge um contraponto em relação à reflexão de Guimarães (2009), que captou parte da genealogia da ação direta desde Proudhon, quando o libertário francês escreveu sobre aspectos da autonomia dos trabalhadores. Por mais que Guimarães exponha as complexidades em se definir um momento para o surgimento da ação direta, creio que a presença de Bakunin na AIT e as experiências associativas dos franceses mais a experiência da Comuna de Paris são relevantes para a

compreensão do entendimento do que queriam dizer os seus formuladores. Com isso, ações autônomas de grupos de trabalhadores antes desse momento, quando se seguiu uma reorganização das organizações operárias para fins revolucionários, devem ser reconhecidas dentro de sua autonomia ligada ao seu contexto que propiciou tais ações, mas não vinculada à definição de ação direta, pois quando ela surgiu esteve envolvida por características de orientação revolucionária baseada na autonomia do operariado⁷⁸.

Quanto ao surgimento do termo - ação direta - escrito, pelo apontado pela bibliografia (GUIMARÃES, 2009; TOLEDO, 2004; NICOLAS, 1968) e tendo como fontes a brochura *L'action directe*, de Pouget, e o livro *Reflexões sobre a violência*, de Sorel⁷⁹, que foi publicado pela primeira vez próximo da publicação de Pouget, *L'action directe*. Contudo, ainda parece o mais seguro afirmar que ele apareceu escrito entre 1890 e 1907, e surgiu na forma de orientação prática para organizar os trabalhadores em torno das associações de resistência. Antes da década de 1890, o debate pode ser observado na década anterior, 1880, por meio das Bolsas de Trabalho na França, onde a presença de Fernand Pelloutier foi fundamental como apontado por Julliard (1971). O ano de 1906 foi o marco para o nascimento do princípio da ação direta como orientador na luta do movimento operário em âmbito internacional para melhorar a condição de vida dos operários⁸⁰. Com a CGT francesa, o processo de radicalização na luta proletária era instituído formalmente, e nesse espaço Pouget tornou-se uma das principais referências. Desse modo, parte de toda a exposição feita por Pouget em *L'action directe* remete, no fundo, ao conjunto de discussões realizadas entre ele,

⁷⁸ Se tomarmos, por exemplo, o movimento de quebras das máquinas ocorrido nos primeiros do século XIX, na Inglaterra, conhecido como ludismo, vemos que os protestos dos trabalhadores que fizeram parte desse acontecimento não tinham uma perspectiva revolucionária e a maior parte de sua queixa era contra a presença das máquinas no processo produtivo. O cartismo, outro movimento de protesto de trabalhadores ocorrido na Inglaterra, no século XIX, também não tinha em suas pautas a busca pela revolução social, pelo contrário, eram próximos de uma política parlamentar (MARTINHO, 2011). O movimento de trabalhadores começou a tomar forma com a abertura AIT, além de ter estado submetido ao nível internacional, tinha tomado contornos de uma luta revolucionária.

⁷⁹ Em seu escrito, Sorel não define a ação direta pela grafia, entretanto, sua reflexão em relação à autonomia do operário foi importante para influenciar homens voltados ao sindicalismo revolucionário como Malatesta. O impacto de fato de Sorel no movimento operário é questionável, porém, no plano teórico, não é possível descartar seu pensamento por completo, já que militantes estavam em contato direto com as ideias do teórico francês.

⁸⁰ Como mencionado anteriormente, 1906 foi quando a COB também promulgou para o movimento operário brasileiro a luta orientada pelo princípio da ação da direta. A percepção é de que, nesse ano, tanto a França como outros países radicalizaram a mobilização do movimento operário, orientando-o pela ação direta.

Pelloutier, Pierre Monatte e outros militantes franceses e não franceses ligados às mobilizações operárias. Pois, na primeira parte da brochura, Pouget discute o que “*eles* querem dizer por ação direta”, assim o crédito à formulação do princípio tem que ser dado em conjunto, porém localizar todos os nomes que compõem esse conjunto não é algo tão simples. Assim, o aparecimento do termo escrito pode ser entendido por meio de reflexões e ações coletivas dos trabalhadores e militantes libertários.

Também houve a tentativa de realizar alguns apontamentos quanto ao plano da formulação teórica que retoma os escritos de diferentes militantes na transição do século XIX para o XX. Nesse ponto, a busca foi por tentar identificar algumas ideias comuns que estão por detrás da formulação teórica da ação direta e que lhe dão sentido e significado concreto a ela como prática. Com isso, foi possível verificar que o princípio remete à autonomia do operário e à negação da ação política no plano *formal* (GUIMARÃES, 2009). Com relação à teorização da sua prática, o fundamental foi o teor de radicalidade embutido nas ações reivindicatórias que já faziam parte do repertório de ações dos trabalhadores, fato que levou os trabalhadores para dentro da luta no campo político. Outros dois aspectos em relação à formulação teórica do princípio é seu vínculo com a luta de classes e a perspectiva materialista, porém, para os anarquistas, o combate de classes era parte de uma melhora para a humanidade. Vimos também que a teoria e a prática da ação direta não podem ser distanciadas das experiências dos militantes operários no campo das relações de trabalho a partir da ótica da exploração.

Gostaríamos ainda de mencionar que as discussões teóricas da ação direta ocorreram em um ambiente internacional mais amplo, e que nossa atenção ao ambiente francês foi uma escolha mediante ao relevante papel que os militantes franceses tiveram, quando refletiram sobre as táticas de ação do operariado, e que tiveram grande repercussão mundial. Partindo desse meio estrangeiro, vale ressaltar que a ação direta foi uma discussão que de início estava circunscrita ao mundo europeu, e, que, devido ao grande movimento operário internacional que se tentou forma extrapolou essa geografia. Com isso, no próximo capítulo, observaremos como a ação direta se fez presente em São Paulo e outras regiões do Brasil.

CAPÍTULO II

Ação direta em São Paulo

Após compreendido que a ação direta é dada pela ação autônoma – em nível político e econômico – do trabalhador e que suas práticas são a greve, a greve geral, a sabotagem e o boicote, em conjunto com outras formas autônomas de combate, como discutido no capítulo anterior, buscar-se-á aqui evidenciar como essas práticas estiveram presentes em escala mundial dentro de um movimento transnacional que buscou a emancipação da classe trabalhadora para sua grande vitória em todos os cantos

do mundo, que estabeleceria o novo raio da humanidade caracterizado por um alto grau de autogestão e colaboração entre todos os trabalhadores do mundo. Nesse capítulo, tentar-se-á esboçar um panorama da circulação da ação direta entre os anos de 1906 a 1919. Para tanto, neste capítulo, temos como ponto de partida São Paulo e, no terceiro capítulo, o percurso pelo restante do Brasil e do mundo. A forma como busca-se pôr luz sobre a circulação dessas atividades que dão sentido à ação direta será por meio das publicações que fizeram parte do universo da luta operária. A atenção especial será mantida nas seções dos jornais libertários e operários que buscaram noticiar as mobilizações acontecidas nos arredores do estado e na própria cidade de São Paulo.

2.1 A prática da ação direta em São Paulo (1906-1919)

Nesta parte do capítulo, a intenção é focalizar como foram mobilizadas as práticas da ação direta no contexto do movimento operário brasileiro de São Paulo. O que se deseja compreender é como foi, nesse período entre 1906 e 1919, a relação da ação direta – no movimento operário brasileiro – com a revolução social, com as demandas da vida cotidiana e como sua prática foi transmitida aos trabalhadores, já que parte deles não tinha contato com o anarquismo e ideias do sindicalismo revolucionário e, com isso, o princípio devia ser apresentado a eles na forma de propaganda libertária ou sindical, de maneira que o operariado pudesse reconhecer o potencial da ação direta tanto para conquistar suas reivindicações imediatas como para se chegar à transformação social. Dessa forma, parte-se do entendimento de que a condição social, econômica e política específica do Brasil na Primeira República pode ter feito com que os operários reivindicassem a ação direta dentro de próprios interesses específicos que não necessariamente dissessem respeito à revolução social.

O papel do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906 apresenta-se como fundamental ao estabelecer a ação direta como tática na luta operária no Brasil. Entretanto, de forma bem localizada, já existia uma certa mobilização organizacional e reivindicativa de trabalhadores no país que vinha dando o tom do que viria a ser caracterizado como movimento operário brasileiro, tendo sua significância para a organização que se buscava para o ano de 1906⁸¹. O Congresso organizado pela COB identifica um novo momento para o operariado no Brasil, mas o Congresso, ao definir a ação direta no campo da luta econômica e política dos trabalhadores, não reflete diretamente que tal determinação tenha recebido admiração fácil de todos os trabalhadores. De qualquer forma, parece ser o Congresso, por meio de seus representantes, o primeiro a se apresentar como o principal transmissor da ação direta ao proletariado da cidade de São Paulo.

Ao pôr em ação o plano de organização do movimento operário, libertários e sindicalistas revolucionários tiveram que atuar entre uma classe operária heterogênea,

⁸¹ *Germinal* (SP), ano I, 1/3/1902, n. 2, já trazia informações sobre a propaganda anarquista junto aos trabalhadores. A opção para esse capítulo foi de trabalhador em primordial com os jornais de São Paulo, mas como surge a necessidade de pensar o movimento operário em suas conexões, julgou-se justo incorporar, quando necessário, neste capítulo, periódicos de outras regiões que tiveram grande agitação operária, como veremos no próximo capítulo.

que se formava em São Paulo, com sujeitos históricos tão diferentes compondo o movimento operário brasileiro que deveria ser combativo.

Os trabalhadores urbanos e rurais dependentes de salário, ou seja, inseridos dentro das novas dinâmicas de produção, no início do século XX, em São Paulo, eram compostos por imigrantes vindos da Europa e da Ásia, nacionais brancos e negros e os africanos recentemente vivendo “sem a escravidão”. Muitos deles, sobretudo nas fábricas têxteis, eram mulheres e crianças. Todos esses com diferentes culturas – religiões, pensamentos, hábitos de trabalho, ações políticas, etnias etc. – compondo o conjunto de trabalhadores e famílias pobres entre 1906 e 1919, no Brasil. Isso fez os jornais estarem permeados de artigos sobre a propaganda e pedagogia anarquista para unificá-los em uma causa comum. A propaganda e a prática pedagógica já eram práticas do movimento anarquista, algo que revela o seu entendimento sobre a realidade do conjunto social do qual participava e fazia com que os militantes tivessem que levar suas ideias revolucionárias aos grupos explorados socialmente e economicamente.

As experiências de resistência de cada qual esteve de acordo com o tipo de relação de trabalho com que cada sujeito teve contato. As experiências de resistências dos negros do século XIX se deram, em sua maior parte, da proximidade que tiveram com o sistema escravista no país, o que provocou o nascimento de muitos negros já como escravo⁸², não pertencendo nem mesmo à sua mãe; houve também as experiências daqueles que lutaram nas revoltas que marcaram a história do país, fosse no Império ou na República. Para os negros que, nos primeiros anos do século XX, viveram a experiência das novas relações de trabalho dentro das oficinas e das fábricas, eles estavam vivenciando um novo momento do processo produtivo e dessas relações de trabalho no Brasil, porém, para alguns, as experiências de resistência no trabalho não eram uma novidade; o fato era que elas tinham surgido dentro de uma realidade da dinâmica do trabalho escravo sem o conteúdo teórico proposto pelos libertários e sindicalistas revolucionários.

⁸² No século XIX, as alternativas para o fim da escravidão não conseguiam cumprir um papel efetivo para assegurar a liberdade dos negros, assim, ainda próximo do final do século XIX, havia muitos negros nascendo como escravos. O processo abolicionista no Brasil durante o século XIX demorou para assegurar, pelo menos na via legal, a liberdade dos escravos, impedindo que estes passassem a viver como trabalhadores livres que receberiam pagamento pelo serviço prestado. Sobre o processo abolicionista no Brasil que permitiria a entrada dos escravos no mundo do trabalho livre, ver: MANOLO, Florentino. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Os imigrantes vindos de diferentes regiões da Europa vinham de uma diversificada experiência nas relações de trabalho do sistema produtivo. Estes vieram, em sua maioria, do campo, poucos casos das cidades, imersos em relações de trabalho que também requeriam diferentes formas de resistência. Contudo, o fato de nunca terem sido escravos é algo elementar para as suas experiências de resistência, o que me leva a sugerir que os imigrantes, pelo contato com a liberdade – oposta à escravidão –, estiveram mais próximos das ideias revolucionárias, porém não significa que podemos sugerir que por eles estarem mais próximos de uma literatura revolucionária podem ter sido mais rebeldes, propensos às atitudes reivindicativas, que outros conjuntos de trabalhadores. Parte desses imigrantes vinha de uma realidade produtiva com relativa autonomia, pois muitas famílias que no Brasil chegaram entre os séculos XIX e XX eram de camponeses e artesãos, em sua maioria; alguns outros, poucos, possuíam outras qualificações profissionais já relacionadas com o trabalho industrial.

Foi no espaço de chão de fábrica que entre negros e brancos trabalhadores livres – pelo menos formalmente – iriam se encontrar e viver de modo geral sob as mesmas condições de trabalho, no sentido de pouca remuneração pela atividade exercida, de insalubridade no local de trabalho, de desrespeito do empregador, da falta de regulamentação trabalhista por parte do Estado, as muitas horas de trabalho. Com culturas de resistência e associativas diferentes eles passariam a formar a cultura de resistência operária no país naquele momento (BATALHA, 2000).

É entre esses grupos de trabalhadores, muito mais complexo, que a ação direta foi mobilizada no processo de formação do movimento operário brasileiro em sua luta contra a carestia da vida e demais opressões sofridas pelo capitalismo e Estado. Dizer sobre o envolvimento de cada um com a revolução e a ação direta significa o mesmo que tentar tanger ao impossível. Entretanto, pelo que as páginas dos jornais nos mostram, podemos afirmar que eles não estiveram calados perante à situação em que viviam. Além do papel dos jornais, também são os homens por detrás deles que foram os principais responsáveis pela difusão da ação direta no movimento operário de São Paulo. Esses homens, que podem ser vistos pelo adjetivo de militantes trabalhadores⁸³,

⁸³ Essa categoria de indivíduo social surge para tentar compreender, entre os trabalhadores em geral, aqueles que são possíveis de notar como atuantes na organização do movimento operário no Brasil e na transmissão das ideias libertárias e do sindicalismo revolucionário que buscavam orientar o movimento em nível transnacional. O adjetivo de trabalhador ao militante é para caracterizar o fato de que os

foram aqueles que, como anarquistas e sindicalistas revolucionários, tomaram a dianteira na história do movimento operário da Primeira República no Brasil, com o intuito de organizar o operariado emergente para que os próprios trabalhadores decidissem sobre o rumo da sua história. Os militantes trabalhadores compõem um grupo singular no meio operário, pela sua ação de transmitir as ideias que orientariam o movimento operário a nível internacional.

Mesmo influenciado por diferentes grupos políticos (BIONDI, 2011), o movimento operário brasileiro teve o pensamento anarquista e o sindicalismo revolucionário de ação direta como as principais referências teórico-políticas para o período analisado. O anarquismo e outras formas de socialismo chegaram no Brasil no século XIX por meio de impressos em formatos variados e pelos próprios imigrantes libertários e socialistas vindos da Europa, em primordial da Itália, tendo alguns já vindo com alguma experiência de militância ou, pelo menos, contato com ideias revolucionárias.

A cidade de São Paulo teve a presença de personagens como Oreste Ristori, Alcestre de Ambris, Edmond Rossoni, Angelo Bandoni, Giulio Soreli e Gigi Damiani (SANTOS, 2016; BIONDI, 2012; TOLEDO, 2004; ROMANI, 2002). Esses, juntos a outros militantes, lutaram incansavelmente ao lado do operariado brasileiro – formando a diversificada classe operária no Brasil –, fosse na organização dos trabalhadores, nas redações dos jornais libertários, realizando excursões com o intuito de preparar palestras ou conferências que aconteciam pelo estado de São Paulo e onde aproveitava-se para falar sobre a importância da autonomia operária, da organização entre o proletariado, da propaganda libertária, da luta de classes e outros temas de relevância para o movimento. Esses momentos de fala eram ministrados tanto por militantes estrangeiros quanto por brasileiros. Com as ações que exerciam os militantes trabalhadores, tornaram-se os principais apoiadores da ação direta em São Paulo e em várias cidades do estado.

Em 15 de março de 1902, o periódico *Germinal*, publicado em São Paulo, avisava sobre uma conferência marcada para o dia seguinte. O tema abordado era *La*

militantes nem sempre são homens de fora do operariado. No capítulo anterior, tocou-se nesse ponto ao falarmos brevemente das experiências de trabalho de Pouget e Malatesta (p. 36-38) para a reflexão das ações que deveriam orientar o movimento operário. Entretanto, em alguns momentos, o texto pode apresentar o militante sem estar acompanhado do adjetivo trabalhador.

*lotta di classi*⁸⁴ e seria ministrado por Angelo Bandoni. Na mesma página⁸⁵, tem-se um comunicado sobre o preparativo de uma execução de propaganda por algumas cidades do interior. Essa prática de realizar reuniões, pelo estado de São Paulo, desse caráter fez parte da vida dos militantes ao longo das duas primeiras do século XX, como mostram alguns jornais⁸⁶. Em 1917, ainda era possível observar por São Paulo reuniões com a presença de militantes trabalhadores, como aconteceu na Liga Operária da Vila Mariana, quando aproveitou-se o momento para falar sobre a luta orientada pela ação direta. A fala desse encontro foi organizada por Edgar Leuenroth.

A liga da Vila Marinna realizou mais uma reunião de propaganda na sexta-feira da semana transacta, a ella acorrendo regular assistência, que se mostrou interessada pela palestra do companheiro Edgard, que discorreu sobre a luta operária orientada pela acção directa.⁸⁷

O apoio à ação direta dado por Edgar Leuenroth, por exemplo, pode ser observado nos anos de 1906 e 1908 por meio de sua presença no Primeiro Congresso Operário Brasileiro e no Segundo Congresso Estadual de São Paulo. Em ambos os Congressos ele participou das discussões que estabeleceram a ação direta como tática na luta operária no Brasil. Nesses congressos, Giulio Sorelli estava ao lado de Leuenroth. Em 1906, eles foram representantes da “Federação de São Paulo”⁸⁸; no ano de 1908, Sorelli foi delegado da “Liga Operária”⁸⁹ de Amparo com João Barboza, enquanto Leuenroth e Lorenzo Monaco foram os delegados pela “União dos Gráficos”⁹⁰. No congresso em São Paulo, Monaco, Leuenroth e Sorelli estão entre os que discutiram sobre a neutralidade das organizações operárias diante da política representativa⁹¹ através da moção que tratava diretamente da ação direta.

⁸⁴ Ano I, n. 3, p. 4.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ Ver em alguns periódicos informes sobre excursões dos militantes: *Amigo do Povo* (SP), ano III, 11/6/1904, n. 55; *A Lucta Proletaria* (SP), ano III, 8/2/1908, n. 4; *La Battaglia* (SP), ano V, 30/5/1909, n. 217; *Guerra Sociale* (SP), ano I, 13/11/1915, n. 43 e ano II, 30/7/1916, n. 29.

⁸⁷ *A Plebe* (SP), ano I, 1/7/1917, n. 12. Para as citações diretas, optou-se por manter a grafia original das fontes.

⁸⁸ Consultado no livro *A classe operária no Brasil. Documentos (1889-1930) – Volume I: Movimento Operário* (1979), de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, p. 44.

⁸⁹ Suplemento ao n. 14 de *A Lucta Proletaria*, ano III, SP, 1/5/1908.

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Op. cit.*, (1979), p. 83-85.

Pelo notado, além da difusão por meio de jornais, folhetos, panfletos e livros, a ação direta foi sendo transmitida à classe trabalhadora também por meio dessas reuniões, nas resoluções de congressos e estatutos das organizações operárias de resistência, sempre com o objetivo de promover a autonomia dos trabalhadores perante a política dos partidos para alcançar as conquistas econômicas. O Primeiro Congresso operário, em 1906, refletiu a demanda internacional traduzida pelo axioma de Marx e em muito nas ideias de Bakunin de que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. A influência dessa questão marcou tão profundamente o pensamento de libertários e sindicalistas revolucionários que mesmo Pouget, na obra de referência *L'action directe*, como demonstra o capítulo anterior, não deixa de lado essa reflexão expressada na AIT⁹². Valendo-se dessa posição, o Primeiro Congresso ao fechar o acordo sobre a orientação a qual deveria seguir o operariado no Brasil, já expressou, em seu primeiro tema, apoio à autonomia dos trabalhadores.

Considerando que operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

que a única base solida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda classe operaria, os de mais clara e pronta compreensão;

que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para o mais legalitários, não há lei que valha;

O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedade de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a por fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidade que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral⁹³.

Observemos como o trecho evidencia a heterogeneidade dos trabalhadores, o que leva o Congresso a buscar um ponto de interesse em comum para uni-los nas organizações operárias. Também podemos ver a referência feita à experiência dos trabalhadores “desiludidos da salvação vinda de fora”, elemento chave para tentar promover a ação direta entre eles. Mais adiante, a resolução identifica quais são os

⁹² *Op. cit.*, p. 2.

⁹³ *Op. cit.*, (1979), p. 42-58.

meios de ação que o operariado em São Paulo, como no Brasil, poderia utilizar ao lançar mão dos partidos políticos.

o Congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato da sua atividade, tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o label, as manifestações públicas, etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento⁹⁴.

Para termos uma dimensão de como esses pontos debatidos e ratificados pelo COB tiveram forte atenção daqueles que buscavam organizar o operariado em São Paulo na Primeira República, podemos analisar as resoluções tomadas no Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo realizado em 1908, dois anos após o Congresso Brasileiro. De modo geral, o direcionamento que se seguiu no Segundo Congresso em São Paulo foi muito semelhante ao que se consolidou em 1906, no Rio de Janeiro⁹⁵. Em São Paulo, no mês de maio de 1908, *A Lucta Proletaria*⁹⁶ publica como suplemento da edição nº 14 o relatório das atividades da Federação de São Paulo em um período de mais ou menos um ano e meio de atividade; essa publicação aponta para alguns resultados conquistados pela ação direta. “As oito horas de trabalho tinham sido ganhas pela ação direta de uma luta de classes”. Esse ganho remete à mobilização acontecida em 1907 na cidade iniciada pela greve dos trabalhadores em veículos. Nessa publicação também observa-se a presença da prática do boicote⁹⁷, talvez não apenas pelos trabalhadores isolados, mas em conjunto de sua família, pela força que teve no início.

No ano seguinte, o movimento operário em São Paulo vivenciou um momento diferente na mobilização e articulação operária⁹⁸. A ação direta, por meio de inúmeras greves e boicote, foi colocada em prática por diferentes categorias profissionais em São Paulo. O movimento de greve geral, tão esperado ao longo da luta operária pelos

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 74.

⁹⁶ Periódico da Federação de São Paulo.

⁹⁷ O boicote foi praticado contra os produtos da Casa Matarazzo. Referências, ver nota 9 deste capítulo ou *op. cit.*, (1979), p. 76-82.

⁹⁸ As cidades de Santos, Rio de Janeiro e Recife também tiveram grandes agitações vindas do movimento operário local e o trabalho de organização dos trabalhadores em associações sindicais busca seguir um novo rumo dentro do movimento sindical, o apoio de anarquistas, sindicalistas revolucionários e socialistas.

militantes trabalhadores que transitavam pelas correntes anarquista e sindicalista revolucionária, não vingou de fato, mas algumas categorias conseguiram gozar de alguma vitória. Da palavra os trabalhadores colocaram-se em ação pela pauta de reivindicação das oito horas de trabalho, que estava sendo discutida anteriormente; foi o que trouxe o movimento para cima, ao lado da luta por melhores salários.

Os esforços do movimento operário daquele momento demonstraram uma das faces do movimento operário em São Paulo no que diz sobre as particularidades entre militantes trabalhadores e outra parte do operariado da cidade. Como analisado por alguns trabalhos historiográficos, como os de Silvia Magnani (1982) e Giuseppina Sferra (1987), esse movimento de 1907 não fugiu à crítica por parte dos militantes, que mesmo considerando o caráter educativo que a greve possui, não deixaram de notar o caráter reformista das reivindicações que levaram os trabalhadores a mobilizarem as práticas de ação direta. Essa crítica suscitava a interpretação de que as conquistas possíveis naquele momento de fato não resultariam em resolver o problema maior da classe operária, que era a existência do sistema capitalista interferindo na produção e relação de trabalho.

Desse espaço existente entre militantes e operariado possível de ser visto nos momentos de mobilização resultou em diferentes críticas, que não vêm revelar perfeitamente que uns são mais revolucionários que outros, mas vem por outro caminho, trazendo a percepção de que mesmo com a existência de um fator comum – econômico – capaz de reuni-los em uma luta comum, os resultados buscados não se assemelhavam por completo entre eles. Dessa maneira, surge a reflexão de que a ação direta poderia ser tomada dentro de determinados resultados particulares esperados pela própria classe trabalhadora, não que esses fossem realmente alcançados, pois as greves poderiam acabar em vitória ou derrota, e algumas vezes com vitórias parciais, como parte das reivindicações atendidas. Com isso, as conquistas imediatas se encaixariam de dentro desses resultados esperados, de modo que outros tipos de objetivos não tivessem urgência para que houvesse algum tipo de mobilização naquele instante. Ou, ainda, a iniciativa de luta pela via da ação direta limitada às pautas do campo econômico por parte de alguns trabalhadores poderia significar o entendimento completo que tiveram dela, por isso seus esforços em mobilizá-la poderiam ir até o alcance de suas reivindicações econômicas.

Para os trabalhadores, permanecer muito tempo em greve consistia em implicações sérias no ambiente familiar, pois, quando o operariado está em greve, o mesmo salário do qual ele se queixa e o leva a mobilizar-se é o salário que, às duras penas, sustentar a família. Por causa disso, não era algo simples manter-se em mobilização constante ou por longo período sem ter uma fonte de renda que possibilitasse a sobrevivência familiar.

Após o período entre 1906 e 1908, o movimento operário brasileiro entrou em um momento de baixa atividade, mas, ainda assim, a ação direta continuou a ser mobilizada (FERREIRA, 1978, p. 107). Em 1909, o jornal *La Battaglia*, de São Paulo, informa sobre o boicote contra os produtos da Antartica⁹⁹. Em novembro e dezembro de 1910, são os tecelões¹⁰⁰ da fábrica Bergman Rowarik & C. e os marinheiros¹⁰¹ que se mobilizaram por meio da greve. Em 1913, são as páginas do *Germinal*¹⁰² que nos dão notícias sobre a movimentação operária. Para o ano de 1912, temos a informação por meio do *La Barricata*¹⁰³ de mais uma agitação no bairro Água Branca por questões salariais, o que levou trabalhadores à prática de ação direta. Como algumas reivindicações obtidas em 1907 retrocederam posteriormente, ou acordos firmados para 1908 não foram levados aos fatos pelos empregadores, houve motivo para novas mobilizações. Apesar dos esforços de militantes libertários e sindicalistas revolucionários para manter o operariado mobilizado incessantemente, isso não aconteceu. Isso pode ter sido possível também pelo fato de que a ação direta não foi aceita sem atritos e nem de maneira unívoca pela classe operária no Brasil, já que entre os operários, até mesmo a Igreja, esteve presente com seu espírito de resiliência que tanto incomodou os militantes¹⁰⁴. Nos períodos de baixa mobilização operária, como nos anos iniciais da Primeira Guerra Mundial, as práticas da ação direta tornam-se raras, já que elas estavam condicionadas às ações do movimento operário.

⁹⁹ Ano VI, 10/10/1909, n. 232.

¹⁰⁰ Ano VII, 20/11/1910, n. 281.

¹⁰¹ Ano VII, 4/12/1910, n. 283.

¹⁰² Ano I, 10/05/1913, n. 7. A mobilização à qual o periódico se refere nessa edição era dos colonos nas fazendas, o que identifica que a ação direta no estado de São Paulo não era algo totalmente dos trabalhadores urbanos.

¹⁰³ Ano VIII, 31/10/1912, n. 375.

¹⁰⁴ *Guerra Sociale* (SP), ano II, 29/4/1916, n. 27.

Como a ação direta só era possível com a mobilização da classe operária e/ou da família operária nos momentos de refluxo do movimento, ela também consequentemente seguia esse caminho. Em 1912, o periódico *La Barricata*, em São Paulo, publicou um texto interessante, assinado por L. Bernard, que faz refletir muito sobre a dinâmica que o movimento operário poderia estabelecer nos momentos mais dinamizados por meio de suas ações de combate direto, ou instantes em que a luta era dada por caminhos mais conservadores. No artigo *Verso la Libertà*, o autor expressa algumas ideias acerca do significado da anarquia de ela não ser uma profecia religiosa e de como os operários, em um processo de conscientização, iriam querer cada vez mais a libertação da ideia de autoridade para resolverem a questão social, oscilariam entre o reformismo e a ação direta até que realmente reconhecessem qual seria o caminho mais eficiente a tomar.

Enquanto o mundo do trabalho tiver a consciência de sentir o jugo que levanta aos ombros, não ficará calmo, será inquieto por não ser capaz de resolver este problema social e por ora tentará o reformismo ou a ação direta, na sua impotência para ver qual dos dois mais é o mais efetivo.¹⁰⁵

Assim, pode ser que, de acordo com o momento vivido pelo movimento operário, a ação direta passasse por momentos de fluxo e refluxo, algo que diz sobre o volume de sua prática e que talvez possibilitasse maior espaço às práticas de caráter reformista, visto que o conjunto da população trabalhadora não formou uma unidade de pensamento e ação coesos, dando margem para que, se parte dos trabalhadores estivesse a favor da luta política, eles entrariam nesse campo de batalha a fim de conquistarem suas reivindicações¹⁰⁶. Dessa forma, sugerimos que seria possível que alguns trabalhadores praticassem a ação direta e, paralelamente, a via reformista.

O refluxo nas mobilizações operárias tem que ser visto também em conjunto com outros fatores, como a repressão policial e política que tiveram grande influência nos momentos em que as manifestações operárias se aquietavam. A repressão dava

¹⁰⁵ Ano VIII, 15/7/1912, n. 369. “Finchè il mondo operaio avrà la coscienza di sentire il giorgio che porta sulle spalle, non sarà tranquillo, sarà inquieto di non poter risolvere questo problema sociale e tentará a volta a volta ora il reformismo ora azione diretta, nella sua impotenzadi comprendere quale dei due maggi é il piu efficace.”

¹⁰⁶ Em 27 de março de 1910, o *La Battaglia* (SP), na edição 253, ano VI, publica um texto sugestivo para a questão abordada. Seu conteúdo é uma crítica à população em geral e trabalhadora de Ibitinga, em São Paulo, que acreditava em práticas reformistas.

poucas chances de mobilização e fazia a militância recorrer a outras formas de ação para manter-se ativa. Os momentos com pouca agitação operária eram preenchidos pelos militantes trabalhadores, que estavam em contato com o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, com intensificação na propaganda impressa ou nos encontros para discursar aos trabalhadores sobre os problemas sociais e a necessidade de organização para formar uma luta consistente, ações que por vezes também poderiam ficar abafadas porque a repressão ao atuar tentava conter o movimento operário em todas as suas bases humanas e materiais.

Outro motivo que poderia levar a ação direta a um refluxo caracterizado pela sua baixa difusão e aplicação era a dificuldade em manter as impressões das edições dos jornais. A não possibilidade em fazer rodar os jornais poderia refletir na baixa propaganda da ação direta e divulgação das informações sobre o movimento operário no Brasil e no mundo, visto que jornais também tinham a característica de comunicar a situação dos diferentes movimentos operários. Para se manterem, os jornais arrecadavam recursos com publicidade e promoção de eventos, com assinatura das vendas, doações de militantes, trabalhadores e simpatizantes. A precariedade dos jornais por vezes desembocava em campanhas de pedido de socorro financeiro aos próprios periódicos, como ocorreu com a edição 4 do periódico *Guerra Sociale*, que fez um apelo pela manutenção do jornal devido a seu valor como espaço de propaganda libertária aos trabalhadores¹⁰⁷. À medida que os jornais não circulavam, a ação direta ficava em déficit de veículo de propaganda.

E associado à essa oposição tem-se o fato da luta constante dos militantes em mobilizar e organizar o operariado, muitas vezes visto como apático frente à importante luta que tinha a encerrar, o que poderia ter levado a ação direta não ter sido tomada pelo movimento operário no Brasil como esperavam os militantes libertários e sindicalistas revolucionários, que também entre si tinham seus conflitos sobre o próprio papel das organizações sindicais, espaço onde queriam que os trabalhadores se organizassem orientados pelo espírito da autonomia. A crítica em direção à inércia operária e à autocrítica dos militantes era abertamente discutida nos jornais. No dia 24 de outubro de 1914, o *La Propaganda Libertaria* publica um artigo que é uma resposta indireta à uma

¹⁰⁷ Ano I, 23/10/1915, n. 4.

publicação passada¹⁰⁸ a respeito da capacidade de ação de um comitê, apontando para o pouco envolvimento dos militantes e a deficiência do povo que concorre aos comícios operários.

Poucos foram os camaradas que tomaram a sério a agitação que teve início em princípio de Agosto, e por muito que se esforçassem não lograram esse poucos obter a solidariedade dos demais camaradas, que, como todos, sofrem as consequências negras deste momento, e são conscientes, são revoltados e mil outras cousas.

[...] o povo que concorre aos comícios não é consciente e capaz de fazer valer seus direitos, não tendo nenhuma diretiva, a não ser a fome que traz consigo.¹⁰⁹

Anos antes, em 1909, pelas palavras de Alessandro Cerchiai, podemos notar como parte do operariado era observado e alvo de críticas devido à sua inércia.

Em todos os centros de trabalho tornou-se na moda dizer que o proletariado tem que conquistar com sua própria força a liberdade e os próprios benefícios. A afirmação é absolutamente verdadeira, mas, infelizmente, dizer não é fazer, e ao proletariado é deixado apenas o consolo de acreditar que ele faz sozinho, enquanto, talvez de uma maneira mais hipócrita que antes, é domesticado à obediência, guiado daí por seu pastor por uma estrada que pode levá-lo ao caminho inverso da sua emancipação.¹¹⁰

Era em meio a esse proletariado que a ação direta deveria penetrar e ser mobilizada. Em 1915, através de um texto de Gigi Damiani, sentimos a atenção que os militantes davam para a questão do espírito de combate dos trabalhadores. “[...] Estas são apenas observações precipitadas, que chamaram a atenção de um debate profundo e para nos encorajar a sair desse estado de apatia, cheio de propostas, mas renunciando a todas as ações.”¹¹¹

¹⁰⁸ A publicação referida é a edição 13 do jornal, ano II, 3/10/1914, com o artigo *Per la Guerra Civile*.

¹⁰⁹ Ano I, n. 15.

¹¹⁰ *La Battaglia* (SP), ano V, 20/07/1909, n. 219. “I tutti i centri operai è diventato di moda di dire che il proletariato deve conquistare con le sie próprio forze la lbertá ed il próprio benessere. L’affermazione è assolutamente vera, ma disgraziatamente dire non far e al proletariato gli viene soltanto lasciato la consolazione di credere ch’egli fa da se, mentre, forse in uno modo più ipocrita di prima, è addomesticato all’obbedienza, guiadota dai suoi pastoris u uma strada che lo può condurre dappertutto fuori che verso la sua emancipazione.”

¹¹¹ *Guerra Sociale* (SP), ano I, 27/11/1915, n. 8. “[...] Queste non sono che note affrettate, messe giú per sollecitera uma profícua discussione e per incitare ad uscire da questo stato di apatia, ricco di proposte, ma renitente ad ogni azione.”

Deparamo-nos com isso adiante, com o fato de que a ação direta no Brasil da Primeira República fez parte das práticas de luta dos trabalhadores, mas pode não ter logrado o êxito buscado pelo grupo de trabalhadores que também podem ser caracterizados como militantes – demonstrando que a experiência “comum” de exploração no processo produtivo capitalista não era um ingrediente verdadeiramente capaz de mobilizar toda a classe trabalhadora brasileira para buscar seus objetivos. Assim, o que temos da ação direta em São Paulo, seguindo o rastro na história da luta dos trabalhadores, é que houve momentos de pico da sua prática, principalmente por meio das greves, porém isso não significou uma adesão total aos movimentos grevistas e nem vitórias generalizadas.

Vemos nesse grupo social composto por trabalhadores, militantes, intelectuais – de agentes que nos confunde por encarnar parte ou todos esses qualificativos – que a ação direta foi mobilizada de maneira complexa de se analisar, pelo motivo de que as pessoas que a mobilizaram assim fizeram em respostas às circunstâncias do momento e de acordo com seus interesses e interpretação da situação. A impressão que se tem é que ela não penetrou por toda a classe operária brasileira, a qual, pela crítica dos militantes em determinados momentos, permanecia em estado de letargia. Outra percepção é que a ação direta, por algumas vezes, foi colocada em prática ao lado de outras que eram parte da crítica dos anarquistas e sindicalistas revolucionários quando formularam a ideia de autonomia operária para a solução de suas reivindicações. E a ligação que se poderia ter entre ação direta e revolução social ficou muito mais nas aspirações dos militantes do que próximo de uma luta real por parte dos trabalhadores, que, de modo geral, quase sempre mobilizou a ação direta em decorrência das questões de trabalho.

2.2 Os opositores e a repressão para liquidar a ação direta

Como mencionado anteriormente, a repressão fez parte da maneira pela qual a ação direta sofreu a tentativa de ser barrada pelos seus opositores, como os empregadores, governo/políticos conservadores e a polícia política. Associados para defender os interesses dos grupos aos quais representavam, esse núcleo articulado tentou o quanto pôde barrar a mobilização dos trabalhadores, com a promoção do medo e o discurso contra a participação dos militantes anarquistas e sindicalistas

revolucionários nas organizações operárias. É característico o papel da repressão policial como maior instrumento para frear os trabalhos em sua luta autônoma, de forma que ela surge como um dos fatores explicativos, ao lado do surgimento do Partido Comunista, em 1922, para entender a desarticulação dos militantes que promoviam a propagação da ação direta dentro do movimento operário (AZEVEDO, 2000).

Mas a repressão exercida pela polícia foi mais uma ferramenta junto com a pressão exercida pela posição política conservadora para fechar o movimento dos trabalhadores em São Paulo. Em 1915, o *Guerra Sociale*, com um texto de Florentino Carvalho, elucida essa situação causada também pela oposição política ao método de ação direta.

[...] Haja vistas ao trabalho maléfico realizado pelos partidos republicanos e socialistas da Franca, Alemanha, Italia, Hespanha e Argentina e aos numerosos sindicatos operarios de Norte-America etc., onde os politiqueiros e os corporativistas, opõem uma seria resistencia à propaganda das doutrinas emancipadoras e aos metodos de acção direta e revolucionaria, constituindo, com grande parte do operariado, um dos principaes organismos de conservação do regime burguez.¹¹²

Pelo escopo geográfico que Carvalho trouxe, vemos a dimensão da oposição política, que poderia levar à repressão contra o movimento operário, e, quando o autor finaliza com “etc.”, podemos enquadrar a mesma situação para a cidade de São Paulo. Outro foco que o excerto traz é o da questão emancipatória que levaria a um processo revolucionário, algo que tornava a greve e a greve geral uma trama para o núcleo de oposição articulado nas diferentes posições econômicas, políticas e sociais. A repressão às muitas ações de mobilização do operariado vem em decorrência da tentativa da oposição à autonomia operária em acabar com as greves, para que elas não alcancem os contornos definidos de emancipação. No campo de conflito de interesses, as práticas de ação direta tinham seus opositores entre as correntes socialistas que apoiavam a ação política, como pode ser notado, mas, no campo da contradição que as disputas causavam, houve conservadores desse tipo que tentaram, à sua maneira, levar as práticas de ação direta para o seu lado, a fim de controlar e orientar a luta dos trabalhadores de acordo com objetivos próprios. No ano seguinte, novamente Florentino

¹¹² Ano I, 13/11/1915, n. 6.

de Carvalho, no *Guerra Sociale*, com um texto intitulado *Os maus pastores*, expõe a ação dúbia dos socialistas favoráveis à ação política em relação às greves¹¹³.

A acção directa é empregada pelos socialistas legatarios contra outros políticos, em tempo de eleições; contra os sindicalistas e os anarquistas, que combatem a luta política; enfim aplicam esse processo contra todo o mundo a não ser contra o Estado, contra as instituições burguesa; com estas são muito amáveis muito gentis, fazem-lhe a corte e pretendem, não destruí-las, mas conquista-las com o maior numero possível de votos.¹¹⁴

Ou seja, é facilmente possível de notar que a ação direta nas mãos dos “socialistas legatários” estava encarregada de cumprir outra função que não se alinhava com a proposta dos libertários e sindicalistas revolucionários, pois, como mostra a crítica do autor, a mobilização desses socialistas dentro do movimento operário não estava estabelecida com o intuito de romper com os elementos fundamentais da agonia do proletariado, como a falta de autonomia para defender suas necessidades.

A oposição poderia ser feita de forma autodeclarada. Um exemplo disso é dado pelo periódico *La Barricata*, que, na seção *Corrispondenze*, publicou um comunicado da Federação do Trabalho de Belo Horizonte, redigido pelo secretário-geral Donato Donati, após a realização de um comício, e que assim dizia o seguinte em relação à posição política dessa Federação:

Para desvanecer qualquer duvida cumpre-nos declarar que esta sociedade nada, absolutamente, tem que ver com o comicio operario realizado ante-hontem na Praça do Mercado.

[...]

Enfim, nós somos reformistas e os comiciantes são revolucionarios, nós acceitamos os caminhos políticos, elles só admittem a acção directa. Não pode ser o maior antagonismo entre nós e elles.¹¹⁵

¹¹³ A relação dos socialistas com as greves foi relatada em 22 de fevereiro de 1908 pelo jornal *A Lucta Proletaria* (SP), na edição 6, ano III, por meio do grupo que compunha a redação do jornal socialista *Avanti!*, quando os redatores do jornal socialista conceberam como positivas as greves do ano de 1907 que tiveram como organizadores anarquistas e sindicalistas revolucionários. Essa mesma publicação compôs parte do livro *A classe operária no Brasil* (vol. I) (1979). Em 30 de maio de 1903, com a publicação da edição 27 do jornal *Amigo do Povo*, ano II, já era também possível pelos jornais identificar como as práticas da ação direta em São Paulo não estavam no domínio total dos militantes mais radicais. Nessa data, o periódico relata sobre o apoio de socialistas à prática de greve, algo que não escapou de críticas.

¹¹⁴ Ano II, 15/07/1916, n. 22.

¹¹⁵ 21/2/1913, ano IX, n. 386.

No comício falou a respeito da ação direta Joaquim de Mattos, Januario Germano e Aquilino Cendão. Esse é um exemplo ocorrido em Minas Gerais que também mostra como a oposição estava em diferentes locais.

O objetivo de neutralizar e barrar a mobilização do movimento operário suscita de fatores diversos envolvendo economia e política. Os opositores às práticas do movimento operário em 1907 sentiram que ele tinha sua expressão própria com as greves e outras táticas que os trabalhadores tinham em seu repertório. Mesmo de forma tortuosa, os trabalhadores obtinham, em determinados momentos, suas vitórias que serviam de lição a outros trabalhadores, podendo dar mais animo à mobilização. As vitórias conquistadas podiam ser dadas em cima do governo, o que provavelmente provocaria a articulação na elaboração de leis em favor do operariado¹¹⁶. Caso essas vitórias fossem em detrimento dos empregadores, elas tinham a chance de significar aumento salarial, diminuição no tempo de trabalho, suspensão de multas, por exemplo.

No conflito de luta de classes na cidade de São Paulo, o princípio anarquista da ação direta emergiu como a principal tática para aqueles dentro do movimento operário que reconheceram, em algum momento, a impossibilidade de o governo acatar as reivindicações dos trabalhadores. A confiança na política representativa está elevada a zero para os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, lembrando que essa falta de confiança foi sentida em âmbito internacional e incorporada pela AIT. Após os entraves entre Bakunin e Marx, os anarquistas cada vez mais buscavam orientar o movimento operário para fora da ação política, como consolidado posteriormente pelo sindicalismo revolucionário. No Brasil, os militantes pela troca de informação e experiência entenderam o recado e fizeram questão de disseminá-lo entre o operariado, porém não agiram sem encontrar oposições ao seu pensamento de todos os lados.

Os jornais libertários e operários que seguiam essa linha de pensamento, ao trazerem em suas seções artigos sobre a política parlamentar, sempre faziam questão de

¹¹⁶ Próximo ao contexto de intensa mobilização operária que tomou conta da cidade de São Paulo em 1917, na edição 45, de 10 de abril, ano III, foi publicado pelo *Guerra Sociale* dois excertos de publicações saídas nos jornais *O Combate* e no *A Gazeta* que remetem à consequência causada pelas práticas de ação direta na legislação a partir da movimentação de alguns políticos para pensar uma regulamentação para o trabalho dos menores. O resultado dessa ação foi duvidoso, porém demonstra como a ação popular impactava naquele momento a política do país. O subtítulo da manchete *Porque acreditamos somente na agitação popular, na ação direta* mostra a confiança dos homens por trás do *Guerra Sociale* nas camadas populares de posse da ação direta.

se mostrarem céticos a essa forma de organização política, e a escrita dos textos era permeada por um forte toque satírico¹¹⁷. Dessa forma, a ação direta, que vinha para favorecer o operariado em sua situação econômica, adentrava ao campo da política com a mesma perspectiva de que somente a autonomia dos indivíduos seria capaz de realmente trazer transformações consistentes aos grupos sociais desfavorecidos e excluídos do progresso. Essa ação autônoma no campo político invertia a lógica política daquele momento no sentido de descentralizar o poder concentrado nas mãos do Estado. Para os militantes, uma das principais causas ao combate à política dava-se pelo fato de que, para eles, o Estado era aliado do capital; com isso, para solucionar a questão social e dar qualidade à vida dos oprimidos, era necessário romper com qualquer elemento que desse oportunidade para que o capitalismo continuasse vigente. Foi de posse dessa perspectiva que o teor revolucionário da ação direta ia cada vez mais tomando forma e provocando a reação das forças em oposição à descentralização do poder. Devido a isso, o que se viu nos primeiros vinte anos do século XX em São Paulo foram diferentes formas de perseguições aos militantes e trabalhadores, mesmo que o movimento na cidade não deixasse realmente transparecer uma intenção revolucionária com as greves, boicotes e sabotagens. O discurso anarquista, principalmente, era muito forte nesse quesito e fazia que governo e polícia objetivassem dar fim dele, para que, de fato, não penetrasse na mente e ambição operária.

As leis de expulsão que começaram a ser promulgadas em 1907 e que fizeram pauta contra os militantes estrangeiros até o início da década de 1920 (MARAM, 1979) foram umas das medidas na aliança do Estado com o capital mais a polícia no Brasil nesse período. A expulsão dos militantes foi uma tentativa de barrar as greves que atrapalhavam a livre dinâmica do capital. O biênio de 1912 e 1913 teve, na lei de expulsão, a nítida tarefa de conter o movimento de greves de 1912, que possivelmente se articulava para uma greve geral nas lavouras de café¹¹⁸. Os militantes estrangeiros apoiadores das táticas de ação direta foram os principais alvos dessas medidas. Oreste

¹¹⁷ No ano de 1902, dois jornais de característica libertária *Germinal* (ano I, 10/fevereiro, n. 1) e *Amigo do Povo* (ano I, 19/abril, n. 1) trouxeram publicações contra a política parlamentar. Essa posição continuava sendo mantida em anos posteriores e pode ser identificada no texto *Gli anarchici e la legalita* publicado no *La Propaganda Libertaria*, ano I, 16/5/1914, n. 11, escrito que marca a oposição entre ambos.

¹¹⁸ LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Leis Adolfo Gordo*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEIS%20ADOLFO%20GORDO.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

Ristori, anarquista convicto, foi um dos que tanto tentaram escapar dessa forma de repressão. Ele foi perseguido tanto no Brasil como na Argentina. A repressão internacional dos governos promoveu diferentes laços entre eles para a troca de informações, combater ações e o trânsito dos militantes no movimento operário.

A repressão contra os trabalhares e militantes parecia não ter fim, pelo seu tom indiscriminado, chegando até à casa (BIONDI, 2011, p. 319) dos trabalhadores¹¹⁹, com a possibilidade de desestruturar a família operaria. Agindo contra essas personagens, o Estado e empregadores tentavam impedir que a ação direta por meio do movimento operário fosse barrada com a repressão, algo que conseguiram em certos graus com relativo sucesso. O maior impacto foi sentido nas sedes das associações de resistência, principal instrumento no dia a dia para mobilizar e organizar os trabalhadores, que em diferentes casos foram empasteladas pela polícia. As associações de resistência, quando ligadas aos anarquistas e sindicalistas revolucionários, eram também um centro de apoio e de disseminação da ação direta na cidade de São Paulo. Assim, a polícia agia onde fosse possível para lesar as estruturas do movimento operário.

As associações formadas pelos operários eram o centro de articulação do movimento operário. Foi nesses espaços que, muitas vezes, as greves, boicotes, sabotagens e outras formas de ação eram organizados por meio dos membros associados. Em algumas associações funcionavam no mesmo endereço, facilitando o trabalho dos órgãos de repressão em desbaratar os caminhos de divulgação da ação direta. A vida associativa dos trabalhadores também teve seus momentos de refluxo. O ano de 1917 foi um dos períodos significativos na constituição de novas organizações operárias, que, tempos depois, foram fechadas por ordens da polícia política. Daquele ano, o movimento operário em São Paulo e de outras regiões viveu uma intensa mobilização de resultados que, mais uma vez, oscilaram entre vitórias e perdas. As reivindicações econômicas puxaram a ação direta para o campo de batalha e, com isso, a já tão conhecida repressão foi colocada em prática. Pôr abaixo os trabalhadores e suas táticas de ação direta não era fundamental somente à ordem pública, mas primordialmente de interesse aos negócios do capitalismo. As exigências do movimento operário tinham seus “prejuízos” econômicos aos empregadores e, de modo geral, na

¹¹⁹ A Plebe (SP), 21/7/1917, ano I, nº 6.

economia nacional devido à forma como o capitalismo agia. Então, um movimento operário consistente poderia fazer que indústrias estrangeiras não se atraíssem por regiões onde o movimento operário fosse forte, pois este poderia interferir diretamente nos lucros delas (VIOTTI, 1990).

A ação direta promovida nas associações de resistência deu um protagonismo ao movimento operário brasileiro no campo da luta de classes, que, se de fato não rompeu com o capitalismo, pelo menos o deixou em sinal de alerta nos anos de 1907, 1912, 1913 e entre 1917 a 1919, quando as mobilizações operárias em São Paulo tomaram significativas proporções (FERREIRA, 1978; MARAM, 1979) que tiveram como barreira a aliança entre capitalismo, Estado e polícia. Entre as táticas de ação direta, as greves parecem ser o principal alvo dessa aliança, pois muitos foram os grevistas apresentados das áreas policiais.

2.3 Sindicatos de ação direta entre anarquistas, sindicalistas revolucionários e o movimento operário

Em São Paulo, a forma de ação dos sindicatos esteve ligada à sua orientação política e a orientação que se tentava dar aos sindicatos da cidade foi mediada pelo conflito entre as posições moderadas e radicais dos militantes, mas também entre anarquistas e sindicalistas revolucionários. Os conservadores queriam influenciar os sindicatos para manter o controle sobre dos trabalhadores. Do outro lado, estavam os anarquistas e sindicalistas revolucionários que vislumbravam uma nova sociedade na qual os sindicatos exerceriam um papel de destaque, porém esse papel de destaque era visto de maneira diferente entre ambos. Houve também os socialistas que, em certos instantes de agitação, se mobilizavam e ocupavam os mesmos espaços que anarquistas e sindicalistas revolucionários, como nos comícios e conferências¹²⁰, entretanto mantinham sua posição em favor da ação política à frente no seu pensamento. A grande mobilização de 1917 foi o momento quando essa aproximação esteve mais viva¹²¹.

¹²⁰ Em 11 de setembro de 1915, na edição I, ano I, do jornal *Guerra Sociale*, é anunciada uma conferência com Angelo Bandoni, Florentino Carvalho e Monicelli. Nesse quadro, os dois primeiros estavam ligados às ideias libertárias enquanto o último seguia uma linha socialista partidária.

¹²¹ Na edição 46, ano III, o *Guerra Sociale* de 1º de maio de 1917 informou sobre o comício organizado em comum acordo entre anarquistas e socialistas.

De 1906 a 1919, foram, em justa medida, os anarquistas e os sindicalistas revolucionários as referências que proporcionaram a atuação dos trabalhadores em sindicatos de ação direta. Pela historiografia muito se tentou demonstrar que essas correntes no Brasil no final do século XIX e os primeiros anos do século XX eram coisa dos italianos, assim eles aparecem como a principal influência dos sindicatos na história do movimento operário brasileiro¹²². Não podemos deixar de reconhecer o impacto que os libertários italianos tiveram dentro do movimento operário brasileiro, porém não se pode deixar de observar que as referências teóricas do anarquismo e sindicalismo revolucionário no país eram mais complexas, devido ao fluxo de ideias e pessoas e a orientação do sindicalismo revolucionário impulsionador da ação direta, que emerge da CGT francesa, que, nos anos de 1906 a 1920, foi expressivo na orientação da luta operária no Brasil, como se pode observar na citação abaixo:

A sociedade de resistencia mais perfeita e a mais completa, embora não sem defeitos, é o <syndicalismo> francez, adherente à Confederação Geral do Trabalho. (...) <Não aceita a politica parlamentar>, fazendo, porém, luta política (contra o Estado, contra o governo, desde o ministro da policia, mas especialmente contra o militarismo), pois o poder político é defensor do capitalismo. Mas essa luta (assim como economica) é pela <ação directa> operaria, e não indirecta por meio dos deputados no parlamento.¹²³

Temos que os sindicatos de ação direta no Brasil, nos aspectos políticos e práticos, tiveram com recurso humano italianos, portugueses, espanhóis e brasileiros, e, no campo teórico, os franceses. Para o estado de São Paulo, constata-se para cidade de Santos a presença de portugueses e espanhóis, nas regiões do interior estavam os italianos e, na cidade de São Paulo, houve o contato de italianos com espanhóis. No Distrito Federal, por exemplo, era marcante a presença de portugueses e brasileiros (MARAM, 1979).

¹²² De acordo com o artigo *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências* (1998), de Claudio Batalha, no qual ele identifica três vertentes historiográficas a respeito da classe operária da Brasil, os *brasiliantistas* – ligados a análises sociológicas – foram os principais responsáveis por identificar a preponderância dos imigrantes italianos e anarquistas dentro do movimento operário brasileiro. Ver também BITTENCOURT, Ícaro. *O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teóricos-metodológicos e historiográficos*. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 20, n. 01, jan./jun. 2007, 141-151.

¹²³ *Folha do Povo* (RJ) 18/7/1920, ano I, n. 12. Esse fragmento é continuação de um texto que parece ter sido publicado em série, no *Folha do Povo*, pelo observado, na edição do ano I, n. 11, set./1920, p. 4, é possível localizar a parte anterior a esta citada acima, na edição seguinte, do ano I, n. 13, set./1920, p. 4, uma outra parte dando continuidade, o texto aparece com a indicação do nome de Neno Vasco.

Pelas páginas dos jornais, na cidade de São Paulo, que, em alguns casos, eram editados pelos próprios sindicatos ou por outras organizações que buscavam envolver os trabalhadores, como o *Lucta Proletaria* da Federação Operária de São Paulo, era um caminho para orientar e fazer propaganda entre os trabalhadores e a sociedade, vemos, por meio de indicações de livros e publicações de textos de origens diversas, as influências dos pensamentos de militantes do anarquismo e sindicalismo revolucionário como Bakunin, Cafiero, Malatesta, Pouget, Pelloutier, Victor Griffuelhes. Todos de alguma forma foram responsáveis pela formação das ideias que deram origem à ação direta e que também viriam orientar o movimento operário no Brasil.

De acordo com alguns jornais aleatórios, temos que os anos de 1902, 1903, 1904, 1908, 1910, 1911, 1912, 1913, 1914 foram aqueles em que eles publicaram trechos de textos daqueles militantes, discursos ou indicaram alguma obra com caráter teórico ou propagandístico escrita por eles¹²⁴. Fazendo um breve comparativo sobre qual deles apareceu com mais frequência nesses periódicos, entendendo que esse comparativo é apenas um esboço não definitivo, mas importante para a observação do suporte teórico que respaldou o sindicato de ação direta e a passagem das práticas como a greve para campo da reflexão sobre a autonomia da classe trabalhadora. Pouget é o nome que surge com destaque, contudo, entre as referências aos escritos dele, não encontramos nada sobre o opúsculo *L'action directe*, mas foi possível localizar outros trabalhos referentes sempre à organização sindical e por algum caminho com relação à ação direta. Vejamos que, na primeira década do século XX, questões condizentes ao sindicato e à ação direta por meio das reflexões de Pouget surgiram no *Amigo do Povo* em 11 de abril de 1903¹²⁵, depois no dia 11 de junho de 1904¹²⁶ e em 20 de agosto de 1904¹²⁷. No primeiro momento, a atenção foi dada a um artigo, publicado no *L'Agitazione*, de Roma, em que ele expressava ideias sobre o papel político dos sindicatos e do motivo da força das ideias anarquistas no movimento operário; no ano seguinte, foram publicados trechos do *Bases do sindicalismo*. Na primeira vez era um

¹²⁴ Os jornais em São Paulo pesquisados para esta afirmativa foram: *Amigo do Povo*, com as referências em nota de rodapé na página... capítulo um; *A Lucta Proletaria*, *La Battaglia*, *La Barricata* e *La Propaganda Libertária*.

¹²⁵ Ano, I, n. 4.

¹²⁶ Ano III, n. 55.

¹²⁷ Ano III, n. 60.

texto que tratava do velho e do novo entendimento de sindicato, explicação dada pela análise do processo histórico, já a segunda tratou de uma reflexão crítica relacionada à democracia. Antes, em 17 de janeiro, o jornal na edição 42, ano II, ofertava o opúsculo *Le Syndicat*. Outras duas partes do texto *Bases do sindicalismo* foram impressas, em 1908, no periódico sindical da FOSP. A primeira parte publicada era referente ao dia de oito horas na jornada de trabalho¹²⁸; depois abordou-se o tema do patriotismo¹²⁹. Em 14 de março de 1908, *A Lucta Proletaria* trouxe uma publicação em que Pouget defende a sabotagem como ação direta. “Em *La Voix du Peuple*, órgão da Conf. G. do Trabalho, Pouget publicou um artigo, muito comentado, definindo e defendendo a sabotagem - < uma das formas de acção direta >. < A má paga, mau trabalho > eis o princípio”¹³⁰. À frente ele complementa que “De facto, a sabotagem sempre foi institivamente praticada pelos explorados”¹³¹. É interessante observar, nas reflexões de Pouget, a consciência que ele tinha de que as práticas de ação direta não eram uma novidade de seu tempo, mas que estavam sendo repensados em decorrência da dinâmica histórica.

Também é significativo notar que, antes da presença de Pouget nos jornais libertários e sindicais, o jornal *Amigo do Povo*, em 1902, já fazia referência aos italianos Cafiero e Malatesta, que tiveram seu papel ativo ao pensar na organização e mobilização das camadas sociais populares. Malatesta apareceu no jornal em 24 de maio de 1902¹³², a partir da publicação de um discurso, depois em 03 de janeiro de 1903¹³³, com uma fala fundamental que tinha relação com a ação direta e os sindicatos, e tratava de maneira semelhante à política parlamentar no movimento socialista e o sufrágio universal. Cafiero também estava presente nesse biênio, primeiro¹³⁴ a partir de seu folheto com uma abordagem sobre a greve geral e, depois¹³⁵, em outro folheto em que ele expressava ideias acerca do anarquismo e comunismo – essas referências ao pensamento de Cafiero apareceram da seção “Livros e Folhetos” do jornal *Amigo do*

¹²⁸ *A Lucta Proletaria*, ano III, 29/2/1908, n. 7.

¹²⁹ *A Lucta Proletaria*, ano III, 21/3/1908, n. 10.

¹³⁰ Ano III, n. 9.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² Ano I, n. 4.

¹³³ Ano I, n. 18.

¹³⁴ Ano I, 25/10/1902, n. 15.

¹³⁵ Ano II, 25/7/1903, n. 31.

Povo. Kropotkin, por exemplo, era outro que esteve nas páginas desse jornal; dele foi apresentado o texto *Meios de ação*.¹³⁶

Outros que tiveram textos divulgados pelos jornais foram Griffuelhes e Pierrot, ambos a partir da venda de livros. Do primeiro era indicada a leitura de *A ação sindicalista* e do segundo *Sindicalismo e revolução*¹³⁷. Elementar é a publicação do *La Battaglia* do dia 25 de junho de 1911¹³⁸, com o artigo de nome emblemático *I nostri propagandisti* (Nossos propagandistas). Nesse artigo foi reconhecido o papel de Malatesta como salutar militante e teórico, além de reforçar, como é possível ver a partir de Marini (2016), a ligação entre ele Bakunin e Cafiero outros dois militantes que foram importantes para o amadurecimento das ideias de Malatesta.

A ação direta infiltrava-se nos sindicatos e circulava por São Paulo pelos meios possíveis a partir de todas essas referências humanas e teóricas. Nos jornais ela poderia aparecer como própria aos sindicatos. “2º Ação Direta, própria do sindicato, como os seus meios próprios: qual não via de encontro a nenhuma doutrina, porque todos os indivíduos ou grupos a aceitam, em maior ou menor grau¹³⁹”, a discussão da qual esse excerto fez parte tratava do debate para o estabelecimento das bases de um acordo sindical. Ou ela poderia também ser identificada como um elemento novo na luta de classes ao movimento operário em substituição à greve parcial, como aconteceu no ano de 1917 em uma conferência organizada para julho no salão Germinal, quando G. Gilard teve a oportunidade de expor temas ligados ao movimento operário¹⁴⁰. Acreditamos que essa conferência programada para o mês de julho e que traria a discussão sobre um método novo de ação direta era uma referência à tentativa de consolidar uma greve geral, já que o contexto do momento era o de grande surgimento de greves por diferentes categorias profissionais.

A organização sindical de ação direta foi um dos principais meios de divulgar e organizar as práticas da ação direta através de greves, boicote e sabotagem, até se

¹³⁶ Ano II, 24/10/1903, n. 37.

¹³⁷ *La Battaglia*, ano VIII, 26/5/1912, n. 355.

¹³⁸ Ano VII, n. 310.

¹³⁹ *Op. cit.*, 1908.

¹⁴⁰ *Guerra Sociale*, ano III, 17/7/1917, n. 54.

possível fosse chegar à greve geral revolucionária. Mas, como estamos tentando demonstrar, a ação direta como um produto social foi apresentada aos trabalhadores por correntes que têm suas semelhanças e divergências, porém, ao refletir sobre a ação direta, não encontravam conflitos graves, a não ser quanto às greves parciais e aos objetivos buscados na mobilização. O que leva diferentes opiniões em alguns escritos é a questão da autonomia do sindicalismo revolucionário em relação ao anarquismo. Além disso, devido às opiniões que os militantes trabalhadores tinham sobre a organização social e o papel das associações de resistência dos trabalhadores na preparação da transformação radical da sociedade e mantendo-a no futuro, faz eles que venham sendo observados em alguns trabalhos como *organizacionistas* ou *antiorganizacionistas*. Eles são reconhecidos como os redatores e contribuintes dos jornais *A Plebe* e do *Guerra Sociale* ou por detrás dos jornais *A Terra Livre* e o *La Battaglia*. O primeiro teve um grupo compreendido por libertários que eram a favor da entrada de anarquistas nas organizações sindicais com o objetivo de fortalecer o movimento operário com as ideias anarquistas; o segundo tinha um grupo de militantes que viam com ressalvas a permanência de militantes anarquistas nas organizações sindicais, por entenderem que uma organização trabalhista que se assemelhasse com as instituições burguesas em nada poderia contribuir para a emancipação real dos trabalhadores (SANTOS, 2016; SFERRA, 1987). Minha questão com relação à organização do movimento operário está pautada em um aspecto mais geral, que faz com que a ideia de grupos antiorganizacionistas não surta efeito válido nesse momento, pois a posição do grupo antiorganizacionista não sugere que o movimento não deveria ser organizado; sua reflexão era como organizá-lo sem torná-lo uma estrutura engessada, além de depositarem a crença na ação individual. Oreste Ristori, que esteve à frente do periódico *La Battaglia*, foi um dos militantes que não via o sindicato com total desprezo, porém mantinha suas críticas em relação como essas organizações se estruturavam (ROMANI, 2002). Assim, independentemente da tendência seguida, a tentativa era articular um movimento sólido e combativo, algo que partiu de ambos os grupos, entretanto, cada um tinha uma perspectiva de como estabelecer esse objetivo de organizar o movimento operário brasileiro para que, a partir da sua organização, alcançassem objetivos maiores, como a revolução social.

Dessa maneira, o que se sugere é que a ação direta entre anarquistas e sindicalistas revolucionários era um discurso dentro do sindicato de ação direta, mas

que remetia às concepções de organização social distintas. Assim as práticas de greves, boicotes e sabotagens, organizadas por intermédio das organizações de resistência para os anarquistas, deveriam ser armas que não poderiam ser baixadas até que a nova aurora rompesse no amanhã. Isso aponta para um auxílio na compreensão de captar o anarquismo dentro de sua visão mais abrangente de luta social, algo que vem desde Bakunin, o que leva os anarquistas a não acreditarem na transformação social somente com a luta de classes – proletário contra a burguesia –, eles viam a necessidade de uma luta de todos aqueles que sofrem opressão do capitalismo, do Estado e da Igreja, o que leva ao fato de tomarem o sindicato como apenas mais um espaço para a organização social a partir da base.

Por outro lado, os sindicalistas revolucionários viam que as greves e as reivindicações, quando conquistadas, eram partes da preparação revolucionária, fazendo que os trabalhadores fossem adquirindo experiência no campo de batalha econômico. Acrescenta-se que, para os sindicalistas revolucionários, o sindicato de ação direta vinculado aos trabalhadores bastava em si mesmo para levar adiante a revolução e mantê-la. Assim, os trabalhadores e os sindicatos eram os elementos de base e de privilégio para a causa social, e continuariam o sendo após a transformação social, no pensamento do sindicalismo revolucionário. A escolha pelo posicionamento neutro em relação à orientação política do sindicato, que deveria se manter autônomo, também marcava algo de particular no sindicato de ação direta pelos sindicalistas revolucionários, e pode ter sido fundamental para manter os trabalhadores próximos das suas organizações sindicais.

Por meio dos periódicos *La Barricata*, *Guerra Sociale* e *La Battaglia* tem-se a possibilidade de compreender como essas discussões entre militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários eram estabelecidas com o intuito de tornar a sociedade mais justa aos grupos sociais mais pobres. Gigi Damiani, que fez parte da redação do *La Barricata*, ao lado de Alexandre Cerchiai, foi um dos militantes que escreveu abordando as diferenças de concepções de organização entre anarquistas e o sindicalismo revolucionário. Na seção do jornal denominada *Deviazione e Specializzazione* (Desvio e Especialização), Damiani expôs suas opiniões acerca da sua visão como anarquista dos sindicatos revolucionários, questionando-se sobre a real possibilidade dos sindicalistas em promover um verdadeiro rompimento com aquela

ordem social vigente. Observemos as palavras de Damiani e como ele introduz com cuidado seu texto, mas definindo sua posição. “Particularizamos as observações e as críticas para tornar nosso pensamento mais claro. Começamos a partir do sindicalismo”¹⁴¹, e segue dizendo: “Mas primeiro uma confissão. Quem escreve estas notas não é a priori um oponente da associação de trabalhadores com a finalidade de conquista e resistência”¹⁴², depois vem a crítica de forma mais identificável,

[...] Portanto, não acreditamos no valor resolutivo do sindicalismo como uma entidade ativa de uma nova estrutura social: nova, não reformada, repensada, melhorada; mas porque está estabelecido em novas bases.

E como o escritor é anárquico, ele não vê no sindicalismo tal e qual isso se apresenta um coeficiente de evolução anárquica e, naturalmente, porque esse não escalda excessiva ternura. De fato até duvida que possa conduzir-se à uma revolução real e própria, isto é, capaz de quebrar o jugo das propriedades capitalizadas.¹⁴³

No *Guerra Sociale*, a seção *Pro e contro il Sindicalismo*¹⁴⁴ (Pró e contra o sindicalismo) foi o lugar possível de reconhecer esse debate entre essas correntes que buscavam dar base política às organizações de resistência e orientar os trabalhadores por meio de suas próprias ações enérgicas. Em 1917, precisamente no dia 24 de março, o jornal publica mais um texto que fez parte do dilema que envolvia a concepção de anarquistas e sindicalistas revolucionários sobre os sindicatos. A seguir, veremos a crítica sobre o alto valor dado ao sindicalismo revolucionário por alguns.

[...] havia combinado, à marjem da concepção estapafúrdia, de que tudo depende da organização operaria, que sem esta nada podemos conseguir e que o sindicalismo chamado revolucionário reúne em si evidentes probabilidades dum ezito seguro no advento grandiloquente e belo da Revolução Social, havendo até os que pretendem que o sindicalismo por si só se besta...¹⁴⁵

¹⁴¹ Ano VIII, 17/11/1912, n. 377. “Particolarizziamo le osservazioni e la critica per rendere più chiaro il pensiero nostro. Cominciamo dal sindacalismo.”

¹⁴² “Peró prima una confessione. Chi scrive queste cartelle non è a priori un avversario dell' associazionismo operaio a scopo di conquista e di resistenza.”

¹⁴³ “E siccome chi scrive é anarchio, non vede nel sindacalismo tale e quale esso cisi presenta un coefficiente di evoluzione anarchica e, naturalmente, perciò, verso di esso non escalda eccessive tenerezze. Anzi dubita pure che possa condurci ad un rivoluzione ver e propria, cioè capace di spezzare il giogo della proprietà capitalizzata.”

¹⁴⁴ Seção encontrada nas seguintes edições: Ano I, 04/12/1915, n. 9; ano I, 11/12/1915, n. 10; ano II, 8/1/1916, n. 12, nesta última edição, a seção trouxe uma discussão entre Florentino Carvalho e Bandoni.

¹⁴⁵ Ano III, n. 43.

E, mais adiante, o diálogo com o tema aponta: “Surgio depois uma nova espécie de sindicalismo. Sindicalismo libertario. [...] Tão sério como o problema que temos a destrinchar.”¹⁴⁶

Pelo *La Battaglia* conseguimos captar um texto que trouxe mais um embate entre esses dois grupos de militantes, que em momentos convergiam e em outros divergiam. Nele, segue um ponto de vista do sindicalista em relação aos anarquistas.

Dos sindicalistas ouvimos os melhores julgamentos sobre o dogmatismo abstencionista dos anarquistas. Coisas para rir ... nada mais. Mesmo aqueles que não homenageiam essas inconsistências votarão.

Os sindicalistas são extremamente engraçados. Para eles, condenamos o eleitorismo a priori, ou seja, sem motivo suficiente. Nunca mais do que nunca foi dito com tanta segurança. Toda a história do parlamentarismo, em todo o país sem exceção, é provar: nenhum parlamento no mundo já fez os interesses das pessoas...¹⁴⁷

Com atenção à essa complexidade de pensamentos em torno do sindicato de ação direta, que deveria ser um dos meios pelo qual os trabalhadores iriam se organizar, pode ser possível observar os aspectos de caráter reformista contido das pautas reivindicativas que eram criticados por parte de alguns militantes ao não se satisfazerem completamente com as vitórias econômicas e parciais dos trabalhadores.

No campo prático da batalha dos trabalhadores contra o capitalismo e Estado, a ação direta, quando mobilizada pelo movimento operário em São Paulo, esteve bem mais próxima do que pregavam os sindicalistas revolucionários, que viam como bem mais positivo as vitórias econômicas do que os anarquistas. As pautas de reivindicações dos trabalhadores são expoente nesse caso. Por meio dos jornais¹⁴⁸, que noticiavam com

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ Ano VII, 21/10/1910, n. 277. “Dai sindacalisti abbiamo sentito le più matte sentenze sul dogmatismo astensionista degli anarchici. Roba da ridere... nient'altro. Gli anarchici nemmeno per pagar a tributo queste incongruenze andranno a votare.

I sindacalisti diventano oltremodo buffi. Per essi condanniamo l'elezionismo a priori, cioè senza ragione sufficiente. Mai buggerata più grande è stata detta con tanta sicumera. Tutta la storia del parlamentarismo, in tutta la nazione senza eccezione, c'è per provarlo: nessun parlamento del mondo ha mai fatto gli interessi del popolo...”

¹⁴⁸ Essas são algumas edições de jornais que, ao longo do período pesquisado, informaram sobre as reivindicações dos trabalhadores no campo econômico e que resultaram em alguma prática de ação direta que, de modo geral, era a greve ou ela combina com o boicote: *Amigo do Povo* (SP) 1/5/1902, ano I, n. 2; 11/1/1903, ano II, n. 30. *A Lucta Proletaria* (SP) 1/7/1906, ano I, n. 2; 17/1/1908, ano III, n. 1. *A Terra Livre* (RJ) 5/7/1908, ano III, n. 62. *La Battaglia* (SP) 4/7/1909, ano VI, n. 221; 10/10/1909, ano VI, n. 232; 2/3/1910, ano VI, n. 250; 8/1/1911, ano VII, n. 288. *A Guerra*

frequência a dinâmica da luta operária e os objetivos buscados pelo operariado, vemos que as reivindicações que davam forma à mobilização no campo da ação, por parte dos trabalhadores, eram em sua maioria, de caráter econômico. As vitórias conquistadas no movimento de 1907 não estavam longe desse caráter. Dez anos depois, o jornal *Guerra Sociale*, na edição de nº 55, ano III, publica, em 26 de julho, a pauta de reivindicações do grande movimento de 1917, que entre junho e julho tomou de assalto a cidade paulistana. Novamente, nada de muito novo vemos em comparação aos objetivos de anos anteriores que levaram os trabalhadores a entrarem em greve ou agirem por alguma outra tática de ação direta.

Por mais incessantemente que os anarquistas – alguns deles militantes trabalhadores – tenham sido e se esforçado dentre dos sindicatos para mobilizar os trabalhadores direto à uma luta revolucionária por meio do combate econômico, os trabalhadores, por sua vez, encarando a circunstância da sua realidade, parece ter escolhido – ou, naquele momento, não fosse possível outra via – mobilizar-se pelas táticas de ação direta somente a fim de obter os melhoramentos imediatos. As atitudes ou aptidão revolucionária quase não se viu no movimento, os trabalhadores ausentes dos sindicatos ou não militantes eram alvo de crítica nas páginas dos jornais como apáticos e reformistas.

Entretanto, levando em consideração sempre o fato de que a ação direta, quando formulada, remeteu à ação autônoma do operariado, pois foi também a ênfase nesse fator que deu contornos mais definidos ao movimento operário desde 1864, essa característica não foi perdida pelos trabalhadores, que, em São Paulo, no começo do século XX lutaram dentro do sindicato de ação direta. Os sindicatos de ação direta da cidade tiveram e exerceram seu protagonismo dentro do movimento operário sem deixar de lado a importância da presença dos trabalhadores nas decisões sobre a direção e ações que o movimento deveria tomar, pois os trabalhadores como parte da base social eram os mais interessados em mudanças significativas e, por isso, tinham que agir em meio a qualquer situação. Assim, partes das vitórias conseguidas vinham da própria ação autônoma do proletariado a partir das táticas de ação direta, nos fazendo crer que o

Social (RJ) 3/9/1911, ano I, n. 5; 23/11/1911, ano, n. 9. *La Barricata* (SP) 8/9/1912, ano VIII, n. 368; 31/10/1912, ano VIII, n. 375; 2/3/1913, ano IX, n. 387. *A Voz do Trabalhador* (RJ) 15/5/1914, ano VII, n. 55; 20/8/1914, VII, n. 61. *Guerra Sociale* (SP) 20/5/1916, ano II, n. 18; 22/6/1917, ano III, n. 52; 17/7/1917, ano III, n. 54; *Folha do Povo* (Sta. Maria/RS) 21/7/1920, ano I, n. 13.

movimento operário em São Paulo mobilizou o princípio anarquista dentro de seus reais fundamentos pela autonomia e dentro da luta econômica dos trabalhadores. Se nos voltarmos novamente ao que diz Pouget sobre a revolução em *L'action directe*, podemos ver que a ação direta não é a principal responsável pela transformação social.

Este trabalho preparatório do futuro não é graças à ação direta, em nada contraditório com a luta diária. A superioridade tática da ação direta é precisamente sua plasticidade incomparável: as organizações que vivenciam sua prática têm o cuidado de não se limitarem à espera, na pose herética, da transformação social.¹⁴⁹

Pouget ainda demonstra que a luta cotidiana tinha significativa relevância para a revolução, mas nós também ressaltamos que nem por isso a ação direta perde sua face revolucionária. Assim, mesmo que na visão de alguns militantes as vitórias do movimento em São Paulo fossem de caráter reformistas, os sindicatos de ação direta ligados aos anarquistas e aos sindicalistas revolucionários de certa maneira de fizeram com que os trabalhadores mobilizassem as táticas de ação direta dentro do que alguns teóricos propuseram.

Em São Paulo, pelo ano de 1919, uma combinação de greve geral e algo muito próximo de uma insurreição armada, pela presença de um arsenal de fogo entre armas e bombas, estava sendo ensaiada, mas não chegou a ser realmente colocada em prática, assim não podemos concluir quais eram os reais propósitos e o que se tramava entre um grupo seletivo de militantes trabalhadores e, quem sabe, outros trabalhadores que podem ter aceitado participar da ação. A tentativa frustrada de levante ocorrida naquele 1919 terminou com um incidente, em uma casa no bairro operário do Brás, causado pela explosão de uma bomba (CAMPOS, 1988, p. 74) que provavelmente seria utilizada em busca de lograr uma ação de caráter revolucionária em São Paulo.

[...] Damiani explicou: “O movimento deveria começar em São Paulo, mas uma noite... um camarada que transportava uma bomba se dirigiu a uma casa... que guardava outras armas e todo um arsenal de que nos serviríamos, quando, não se sabe como a bomba explodiu, matando quatro pessoas... Foi um verdadeiro desastre para os companheiros que encontram com a morte e para a organização do movimento em curso. Aquela explosão mostrou às autoridades onde e como nos estávamos preparando. De fato, a polícia, alerta, iniciou uma

¹⁴⁹ “Cette oeuvre préparatoire de l'avenir, n'est grâce à l'Action Directe, nullement contradictoire avec la lutte quotidienne. La supériorité tactique de l'Action Directe est justement son incomparable plasticité: les organisations que vivifie sa pratique n'ont gardé de se confiner dans l'attente, en pose hiératique, de la transformation sociale.”

campanha de perseguição e prisão que acabou com tudo (*apud* DULLES, 1977, p. 98).

Como indicado por Gigi Damiani, o “movimento em curso”, que estava vinculado ao movimento operário e ao movimento anarquista, estava preparando uma “vasta revolução”, que de São Paulo deveria se estender a outras regiões. Por todo o histórico militante de Damiani, pode-se tender a cair na crença de que um movimento generalizado estava organizado, contudo, face a um movimento tão complexo, é necessário ouvir uma quantidade expressiva vozes operárias para tentar compreender quem eram os apoiadores dessa batalha e seus objetivos. Para compreender o que se preparava e o que se queria dessa mobilização, é necessário ouvir mais vozes operárias, mesmo que nas entrelinhas, como talvez a de José Prol, dono da casa onde a bomba explodiu e que foi fatalmente atingido; com isso, teríamos mais suporte para a compreensão da relação dos trabalhadores com a causa revolucionária em São Paulo.

A militância nacional e imigrante contribuiu para organizar sindicatos de ação direta e divulgar suas bases práticas mobilizando o quanto pode o operariado no país, seguindo a referência teórica (e também prática) francesa no que diz respeito às associações de resistência relacionadas com o sindicalismo revolucionário de ação direta. A alusão a essas questões é pelo fato de que elas podem nos auxiliar na compreensão de como o movimento operário em São Paulo esteve estruturado em suas características sociais e políticas aliadas às referências de resistência que seus agentes possuíam ao formar esse movimento. Junto a isso, não se pode esquecer que, no Brasil, a presença do anarquismo na luta do operariado também foi uma resposta dos militantes trabalhadores à uma realidade concreta na qual, na cidade de São Paulo, entre 1906 e 1917, haviam condições favoráveis para que a presença do anarquismo se estabelecesse junto ao movimento operário. Nesse conjunto de militantes trabalhadores, temos a presença dos portugueses Neno Vasco e Mota Assunção, mais os brasileiros Edgard Leuenoth, Domingos Passos, Astrojildo Pereira, além de outros nomes que os documentos possíveis de acessar não permitiram revelar. Como demonstrado a partir de Pouget, eles também escreviam sobre o pensamento e a ação anarquista, não sendo somente militantes e pensadores da classe operária como eram Sorel, Marx e Engels, por exemplo. Diferentemente desses últimos, aqueles eram homens que sabiam o que era viver da venda da força de trabalho dentro de um sistema caracterizado pela exploração, que tinha por objetivo o lucro provocador da desigualdade entre os homens.

Por isso, o princípio da ação direta é um diálogo de dentro do próprio movimento operário que reflete sua ação para objetivos para além do econômico, como pode ser observado pelo fragmento mencionado acima.

Essas exposições permitem reconhecer em que espaço a ação direta no Brasil foi mobilizada, pois falar de movimento operário e movimento anarquista não implica em falar de algo estanque (BITTENCOURT, 2007), e que ainda houve trabalhadores que não adentraram às organizações operárias ou às redações dos jornais libertários. Vemos essa não filiação às organizações trabalhistas por parte de alguns trabalhadores também como de acordo com o pensamento anarquista, já que, entre os anarquistas, haviam aqueles que não eram totalmente favoráveis às organizações sindicais, por exemplo, porém essa questão deve ser mais bem analisada.

2.4 A ação direção nas mentes dos militantes e nas mãos do operariado em São Paulo

Partindo do fato de que a ação direta é algo que vem do próprio operariado militante refletindo sua prática no processo de mobilização para alcançar seus objetivos, que podem estar para além das vitórias ligadas ao âmbito econômico¹⁵⁰ da vida, a ação direta, na prática, está representada nas ações reivindicatórias dos trabalhadores como greves, sabotagem e boicotes – em primordial, além de outras práticas ligadas à ação autônoma dos operários –; e, também pela ação política dos trabalhadores sem o intermédio dos representantes políticos formais e sua negação ao Estado.

Por meio dos periódicos libertários, podemos evidenciar que as práticas da ação direta foram reivindicadas em todos os níveis, as organizações e os indicativos de greves eram noticiados com frequência, demonstrando que os trabalhadores, de acordo com as possibilidades que tinham, estiveram em posição ativa para defender seus interesses contra os opressores. O volume e constância dessas ações não ocorriam de forma linear, de modo que, em alguns períodos, as mobilizações se arrefeciam em um momento de poucas atividades, porém isso não significava que a militância estava inerte. Entretanto, o momento de apogeu em relação ao volume das mobilizações

¹⁵⁰ Em 13 de junho de 1908, na edição de número 61, ano III, o periódico anarquista *A Terra Livre* publicou uma circular da COB referente à organização de uma greve geral que teve como pauta de reivindicação o fim da guerra.

ocorreu em 1907, 1912 e entre 1917 e 1920 as greves surgiram de forma impressionante, intensificando as mobilizações do movimento operário brasileiro e anarquista (CAMPOS, 1988; FERREIRA, 1978).

Essa imprensa libertária e operária foi significativa ao relatar em suas páginas acontecimentos do passado brasileiro – em conexão internacional – que viabilizam um entendimento do contexto social brasileiro, ambiente no qual a ação direta estava envolvida. Porém, não se pode pôr de lado o fato de que essa imprensa refletia uma visão de mundo em particular, e os conteúdos nela impressos foram expressão de uma visão militante e crítica. Assim, a tentativa de compreender com que sentido o princípio da ação direta foi mobilizado no período dinâmico de organização do movimento operário brasileiro, tendo como fonte os veículos de comunicação dos círculos libertários, requer a atenção que Maria Nazareth Ferreira ressalta ao comentar sobre o cuidado em olhar para esses veículos, considerando o devido valor ao que poderiam ter de tendencioso e de imparcial (1978, p. 87). Desse modo, há a necessidade de compreender que, em alguns momentos, a ação direta apareceu nas páginas dos jornais com o tom mais propagandístico¹⁵¹ para orientar a luta dos trabalhadores do que demonstrando que as mobilizações tinham caráter revolucionário, porém esse tom propagandístico que os militantes davam a ela reflete uma preparação pedagógica para o momento revolucionário. No periódico *A Plebe*, esse ponto pode ser evidente se conferirmos o fragmento seguinte: “Se não chegou a conseguir libertar as crenças da escravidão dos ergástulos do trabalho, porque isso só era feito pela acção directa dos trabalhadores rebellados contra esse hediondo crime da burguesia rapace”¹⁵². No restante do trecho, a propaganda da ação direta como via libertadora da condição exploratória do trabalho é acentuada com a presença dos libertários na mobilização, e “serviu, entretanto, a vivaz campanha recentemente realizada pelos libertários para determinar uma certa predisposição no sentido da atividade no seio da classe obreira desta capital”¹⁵³.

¹⁵¹ A propaganda do pensamento e das ações anarquistas era parte da estratégia dos militantes. Ela era tão fundamental ao movimento anarquista que se reflete nos nomes dos próprios periódicos, por exemplo, o *La Propaganda Libertaria* e o *Guerra Sociale: periódico libertário di propaganda rivoluzionaria*.

¹⁵² Ano I, 9/6/1917, n. 1.

¹⁵³ *Ibidem*.

O conjunto do operariado brasileiro era muito complexo, complementado pelo motivo de que muitos trabalhadores não estavam organizados em associações de resistência, e se remetermos à reflexão de Claudio Batalha em seu artigo *Identidade de classe no Brasil (1888-1920): atipicidade ou legitimidade?* (1992), veremos que o trabalhador no Brasil daquela época era bem diferente do que o estabelecido em algumas formulações teóricas acerca do típico operário. Mesmo em 1920 os jornais traziam, ainda, falas no sentido da necessidade dos trabalhadores se organizarem por meio de associações. Um texto assinado por Neno Vasco intitulado *Sindicalismo Revolucionario* busca demonstrar os benefícios da organização da luta dos trabalhadores.

Quanto a organização, se suas vantagens na diminuição do esforço e na multiplicação dos resultados, na <defesa da liberdade> a valer, na emancipação das consciências, são o facto mais abundantemente provado que conhecemos em matéria social.¹⁵⁴

Isso evidencia que o objeto de estudo teve seu caráter de propaganda aos operários no Brasil. Se somarmos esse fator ao da complexidade do conjunto do operariado, pode-se presumir duas coisas: ao mesmo tempo, a ação direta pode ter ficado limitada ao conjunto de trabalhadores organizados por meio da alternativa do sindicalismo revolucionário, e havia a possibilidade de que trabalhadores sem vínculos com os sindicatos, a partir do contato e respectivo entendimento sobre a prática autônoma anarquista, participassem de mobilizações que envolvessem a ação direta (OLIVEIRA, 2009, p. 46); sendo assim esses dois grupos poderiam ser os principais mobilizadores da ação direta naquele contexto.

Por meio da observação dos problemas econômicos e políticos que atingiram a classe trabalhadora foi permitido reconhecer que a ação direta, em muitos casos, quando mobilizada, esteve ligada às queixas dos empregados aos empregadores, com a reivindicação de melhores salários e a regulamentação da jornada de oito horas ao dia no local de trabalho. Contudo, para alguns momentos, podemos visualizar que as práticas de ação direta nas mãos dos trabalhadores foram mobilizadas de maneira a alargar o campo de luta e das reivindicações da classe operária. Caso como esse é visto

¹⁵⁴ *Folha do Povo* (RJ), ano I, 11/9/1920, n. 11. Não é possível dizer ao certo se o texto realmente foi escrito por Neno Vasco ou se é uma reprodução.

no *Amigo do Povo*¹⁵⁵, quando o jornal noticia, em primeira página, a greve iniciada pelos carroceiros e que logo após teve a adesão dos carregadores. A reclamação foi contra a municipalidade pelos “privilégios concedidos a uma companhia <<A Expressa>>, altamente protegida”¹⁵⁶. Essa mobilização foi “discutida na câmara, onde um do deputado disse se tratava de revoltosos a mão armada!”¹⁵⁷.

Em 20 de dezembro de 1912, o jornal *La Barricata* relata a seguinte movimentação operária por meio da ação direta em outra cidade do estado de São Paulo: “Em Batatais, os trabalhadores entraram em greve, porque a prefeitura agravou tanto a população de tributos que já não sabem como viver. Os políticos empurraram um pouco a sua avidez devoradora”¹⁵⁸. Além do fato de podermos ver a ação direta, nesse caso, ser mobilizada pelos trabalhadores fora do campo delimitado pela fronteira da luta entre empregados e empregadores, outro fato que chamou a atenção foi que “a população, em sua maior parte, censura a conduta dos grevistas”¹⁵⁹. Isso demonstra uma barreira entre a prática e parte da sociedade em geral, que, em particular neste caso, receberia os benefícios da mobilização caso o resultado conquistado pelos trabalhadores fosse positivo.

Essa mobilização da ação direta, de forma mais abrangente, não foge de como ela era concebida no pensamento de alguns militantes que tinham fortes vínculos com o movimento operário. Essa percepção dos militantes pode ser notada pela publicação de 26 de agosto de 1917 de um texto de Gigi Damiani no *Guerra Sociale*, quando ele traz uma definição de ação direta que, de alguma forma, não está distante do que pensaram outros militantes e teóricos. “A ação direta não significa apenas greve, resistência, independência de *camarille* políticos; isso também implica que os trabalhadores devem sempre e em qualquer caso lidar diretamente com seus próprios interesses”¹⁶⁰. Com

¹⁵⁵ Op. cit., 1903.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Ibidem*.

¹⁵⁸ Ano VIII, n. 380. “In Batataes gli operai si sono messi in sciopero, perché quel municipio ha tanto gravato la popolazione di tasse che essa non sa più come vivere. I politici hanno spinto un po' troppo la loro avidità divoratrice.”

¹⁵⁹ *Ibidem*. “La popolazione, in massima parte, censura la condotta degli scioperanti.”

¹⁶⁰ Ano III, n. 57. “L'azione diretta, non sottintende soltanto lo sciopero, la resistenza, l'indipendenza dalle camarille politiche; sottintende anche che i lavoratori devono sempre ed in ogni caso trattare direttamente dei propri interessi.”

isso, podemos concluir que os trabalhadores, ao aplicarem as práticas de ação direta para defenderem suas posições referentes aos impostos ou concessões políticas a outros setores da atividade econômica, demonstram estarem conscientes da arma que têm em mãos.

No *La Battaglia* de 22 de maio de 1911, temos a informação da organização de um boicote a partir da seguinte chamada *Boicottiamo I Clericali*¹⁶¹ (Boicotemos aos clericais). Notemos como nesse leque mais amplo do campo de luta os trabalhadores poderiam empregar mais de uma das práticas de ação direta. Esse boicote ao clero surge como uma novidade que tira a mobilização dessa prática de ação direta do ambiente econômico, mas que não faz perder seu sentido quando colocado o fato de que, como expressou Damiani, a ação direta tem que estar de acordo com os interesses da classe operária. De acordo com Magnani (1982, p. 211), o boicote era uma forma de ação que poderia atingir diferentes níveis da economia, por exemplo: “poderia ser comercial”, “poderia afetar a produção” ou poderia ser recomendado “também o boicote de mão-de-obra, isto é, os operários recusar-se-iam a trabalhar para determinadas companhias”, mas, como demonstrado em São Paulo, os trabalhadores tentaram escapar a essa demarcação.

Caso interessante é quando aparece a tentativa de impedir alguma contratação de mão de obra. Um exemplo pode ser visto no *Amigo do Povo* na edição 12, ano I, impresso em 20 de setembro de 1902. O fato ocorrido confunde-se entre sabotagem e boicote, mas vai em consonância ao que Magnani estabelece e mostra, em um caso particular, a astúcia de um trabalhador para com a situação dele e em relação com o movimento operário.

Emili Azzi, bem conhecido em São Paulo, agora contra-mestre e chapeleiro em Sorocaba, convidou-me a ir... trabalhar naquela cidade...

[...]. Apenas chegado, o tal contra-mestre, que sempre me acompanhou, guardou-me cuidadosamente em sua casa, dando-me de almocar. Às onze horas levou-me para a fábrica... Quando entrei, vi as máquinas da secção em que eu devia trabalhar completamente abandonadas... Apesar das suspeitas, em todo caso comecei a trabalhar, ou antes, a fazer *sabbotage*, até que consegui interrogar alguns companheiros, que me disseram haver greve naquela secção, greve que ameaçava estender-se a toda fábrica.

¹⁶¹ Ano VII, n. 298.

Esse relato foi enviado ao jornal por Cesare Marchetti e carregava o título de *Traidor... A' Força*. Devido à situação na qual Cesare foi envolvido, ele voltou a São Paulo e, ao que tudo indica, no dia seguinte.

Com um pouco mais de atenção ao relato de Cesare, vemos o caráter não homogêneo na mobilização da ação direta pelos trabalhadores, pois o relato permite ver que, até aquele momento, somente a seção para a qual ele foi contratado para trabalhar estava paralisada, com a ameaça de uma greve geral se estender por toda a fábrica. Isso implica no fato de que a coesão entre trabalhadores de uma mesma fábrica não foi algo estabelecido naturalmente na experiência de trabalho no mesmo local, pois, conforme observado anteriormente, a paralisação ali ocorreu primeiro por parte de um determinado setor até que atingisse outro¹⁶².

O caso de Cesare é emblemático por dois pontos dignos de destaque: um é o fato dele parecer não ser os nomes mais comuns que se via com frequência nos jornais, o que pode indicar que ele surge como as muitas vozes que o historiador gostaria de ouvir mais, de modo que isso varie e amplie as suas fontes para dar-lhe a possibilidade de sair das generalizações, e, mais um ponto forte, é que Cesare descreve sua ação (não que isso deixe de levantar suspeitas); outro ponto, vem a ser o fato de como ele age sozinho nesse caso, independentemente da filiação à alguma associação de resistência.

Outro motivo que levou os trabalhadores a mobilizarem-se de forma autônoma foi pela defesa dos menores das fábricas. No dia 19 de setembro 1909, *La Battaglia*¹⁶³ noticiava uma agitação das oficinas de vidro, na região da Água Branca, em proteção à uma jovem funcionária. “As oficinas de vidro da Água Branca declararam a greve não para exigir uma redução nas horas de trabalho ou um aumento nos salários, mas para fazer respeitar as crianças empregadas naquela fábrica”¹⁶⁴. Assim, notamos como havia um leque amplo de motivações para que o operariado utilizasse a tática da ação direta.

¹⁶² Por outros caminhos, é possível notar mais como foi essa coesão no estabelecimento de greves em Magnani (1982).

¹⁶³ Ano VI, n. 229.

¹⁶⁴ Ano VI, n. 229. “I vetrai di Agua Branca hanno dichiarato lo sciopero, non per chiedere una diminuzione di ore di lavoro o un aumento di salario, ma per far rispettare i fanciulli impiegati nella fabbrica.”

Podemos reconhecer que a ação direta, ao ter sido mobilizada por uma parte dos operários, em São Paulo, esteve dentro nas perspectivas criadas pelos militantes, porém o espaço vago ficou em dar mais consistência à mobilização a ponto de que a expectativa revolucionária fosse concretizada, já que a ação direta, para alguns, deveria possibilitar a chegada de uma nova sociedade na qual a classe trabalhadora e outros grupos representantes das camadas populares pudessem agir como protagonistas dos direcionamentos dados em conjunto a essa sociedade.

Vale ressaltar que, como houve uma grande tentativa de criar e organizar associações operárias para articular as mobilizações, algo que fez parte de um processo de militância, ou mesmo da necessidade de lutar em defesa da vida, que se desenvolveu de acordo com o momento, algumas das ações do operariado foram promovidas a partir de comissões ou delegação formadas pelos trabalhadores, com isso, foram discutidas e definidas fora do ambiente dos sindicatos. Assim vemos que, para alguns casos, o emprego da mobilização operária era independente dos sindicatos e militantes, mas, sim, estava relacionado a como os trabalhadores encaravam suas necessidades e realidade. Pois acreditamos que o processo de reivindicação promovido pelos trabalhadores é algo que remete, em primeira instância, à relação deles com suas condições de trabalho e à maneira como eles a entende.

O valor teórico dado às práticas já utilizadas pelos trabalhadores permitiu a eles poderem ver nelas uma possibilidade maior nos objetivos a serem alcançados, como a transformação social, contudo esses objetivos só poderiam ser buscados caso eles realmente tocassem no escopo de interesse dos trabalhadores. Dessa forma, pelo que se apresentou, as greves, os boicotes e as sabotagens, quando colocados em prática pelos trabalhadores nos momentos de mais ou menos mobilização, tenderam em quase cem por cento dos casos a estarem ligadas às reivindicações da vida imediata. Mesmo quando não ligada diretamente à luta com os empregadores, como foi tentado ilustrar nesta parte do capítulo, a tática da ação direta esteve próxima de sua situação que remetia à vida material em sua condição imediata. A questão da mobilização contra o imposto é um exemplo para isso. Para compreendermos mais quais eram as intenções do operariado com suas agitações, seria necessário ouvirmos mais vozes que fizeram parte daqueles primeiros vinte anos do século XX que foram únicos na história da Primeira República no Brasil e do movimento operário brasileiro, mas isso também

dependendo do que temos como fontes disponíveis, que em algumas situações são escassas, e da nossa perspicácia como historiadores de captar essas vozes com o material que nos resta.

2.5 A ação direta em São Paulo na greve de 1917 no contexto da radicalidade operária

Quando o ano de 1917 chegou, na realidade, ninguém poderia estar tão convicto de que o movimento operário em escala mundial radicalizaria suas mobilizações a ponto de se envolver num processo revolucionário como aconteceu na Rússia a partir de fevereiro até poucos meses antes do final daquele ano. Em São Paulo, o movimento operário reagiu de maneira magnífica, chamando a atenção de toda a sociedade para algo que até aquele momento era ignorado pelo governo e empregadores: a questão social foi colocada pelos trabalhadores na pauta do dia no momento em que as mobilizações no estado foram intensificadas. O pano de fundo para a compreensão desse momento histórico do movimento operário transnacional é formado por um vasto conjunto de elementos tanto internos quanto externos. De modo geral, podemos afirmar que a Primeira Guerra Mundial tanto ditou uma dinâmica para a economia, que estremeceu alguns setores da indústria, como deu força pujante a outros, e os respingos disso pairou sobre as importações e exportações de bens e produtos dos países.

Na economia nacional, a indústria têxtil foi um dos principais setores que se beneficiou com o impacto da Primeira Guerra na economia; alguns outros setores próximos à indústria alimentícia também obteve um bom momento. Outros setores da economia, como a construção civil, não passaram pela mesma realidade de maior atividade e abertura de vagas de trabalho (NETO, 2006). Se, por um lado, alguns empresários gozavam de bons rendimentos, por outro, o operariado vivia a desvalorização do seu rendimento e uma ala passava por uma fase de desemprego. Esse particular momento do antagonismo entre os rendimentos econômicos dos industriais e dos trabalhadores foi usado pelos militantes como ponto de partida para a realização da propaganda.

Dentro da especificidade paulistana, os acontecimentos provocados por trabalhadores e militantes em 1917 tinham suas raízes no ano anterior, pois partidos da relação entre eles o movimento operário vinham “aos poucos se recolocando e se

reorganizando; em 1916 encontramos grupos militantes bastante ativos” (CAMPOS, 1988, p. 41). Para a cidade de São Paulo, a articulação do movimento pode ser reconhecida ao observarmos ações do grupo por trás do jornal *Guerra Sociale* e da organização formada pelo Centro Libertário (BIONDI, 2011; CAMPOS, 1988; MARAM, 1979). Uma das características marcantes das mobilizações do ano de 1917 foi o nível de organização que o movimento tentou consolidar, o que impactou no uso das práticas da ação direta que foram postas em ação por diversas categorias de profissionais.

As ligas de bairro que começaram a surgir em maio do ano de 1917, em São Paulo, foram as referências para a articulação da mobilização operária. A primeira a ser constituída foi a Liga Operária da Mooca, depois vieram as Ligas Operárias do Belenzinho, da Lapa, da Água Branca, do Cambuci, do Ipiranga, da Vila Mariana, do Bom Retiro, de Santana e do Brás (CAMPOS, 1988). A greve no Cotonifício Rodolpho Crespi, em 7 de junho, que pareceu ter dado o último toque para que iniciasse uma grande mobilização operária na cidade teve apoio das Ligas Operárias da Mooca e do Belenzinho, com a decisão pela ação direta.

Em relação à ação direta em São Paulo, a particularidade é expressada no fato de que ela, através das greves, foi quem promoveu a ampliação da organização do movimento em associações. Assim, observa-se que a ação direta, naquele instante, esteve envolvida em um processo no qual ela contribuía na mobilização reivindicativa e associativa do movimento. Outros elementos igualmente foram fundamentais nesse processo associativo, como a atuação dos militantes no Comitê de Defesa Proletária (BIONDI, 2011, pp. 339-351). No clima gerado pela mobilização operária, a ação direta foi prática quase que generalizada para reivindicar as pautas no campo da relação de trabalho. Biondi (2011) mencionou, analisando o periódico socialista *Fanfulla*, que, na cidade de São Paulo, no contexto da greve geral em julho, deve ter atingido o número de 43 mil grevistas.

Nessa efervescência, a ação direta pode ser vista em diferentes práticas. Não centrada apenas nos seus aspectos mais comuns – greve e boicote –, a ação direta foi mobilizada por meio da sabotagem, com o fechamento de estabelecimentos comerciais por ordem dos operários, na expropriação de produtos de necessidade básica, nos comícios e passeatas. Naquele momento da greve geral de 1917, a questão da autonomia

operária estava em constante evidência pelo fato de que eram eles que decidiam pelas ações a serem realizadas, mesmo que o papel dos militantes fosse importante no interior das mobilizações.

Além da sua importância histórica, a greve de 1917 chama a atenção, por outro lado, porque a prática da ação direta foi mobilizada por diferentes categorias de profissionais, tanto de fábricas grandes ou menores, e o caso de fábricas cujas diferentes seções entraram em mobilização conjuntamente. A greve por solidariedade também foi algo importante para encorajar as ações entre os operários. Todas essas mobilizações articuladas por trabalhadores militantes e trabalhadores tinham como objetivo atender às necessidades dos trabalhadores. As poucas expropriações não atingiram os instrumentos de produção algo tão fundamental para libertários e sindicalistas revolucionários. As reivindicações que provocavam a ação direta operária, à primeira vista, não tinham relação com a transformação social; esta foi desenhada de maneira pouco definida nos anos seguintes e ambas foram frustradas. Devido à repressão seguida em alguns momentos, São Paulo enfrentou um cenário de guerra que representava mais a insanidade do governo e empregadores, por não darem a devida importância à questão social e pela necessidade deles de manter o controle social contendo a mobilização.

Nesse ano de 1917, a ação direta foi marcada também pela ocorrência de greves pelo interior do estado de São Paulo, com forte mobilização na capital federal e no norte e sul do país. Isso marcou a existência de uma comunicação funcional do movimento operário brasileiro, vista nas páginas dos jornais para alcançar um movimento único no país que se relacionasse com o movimento em outros países. Como o contato entre os trabalhadores já era buscada na AIT, mas tentaremos observar essa relação entre São Paulo e um movimento mais amplo no capítulo seguinte.

A Revolução Russa também teve seu papel para que houvesse uma forte propulsão da ação direta no seio operário transnacional naquele ano de 1917, pois a revolução tinha a participação dos trabalhadores a partir das greves e apoio dos anarquistas russos que eram enérgicos defensores da ação direta. A tática da ação direta na Rússia em 1917 pode ser sentida pelas greves operárias e expropriações, principalmente no campo e pela análise do Programa Anarquista constituído em março nos primeiros passos da dinâmica revolucionária russa. Esse Programa representou uma análise dos anarquistas em relação ao caminho tomado pela revolução com a formação

do Governo Provisório. Para os libertários russos, para ter sucesso, a revolução residiria “unicamente na instauração imediata e tornada pública imediatamente do regime comunista e no esforço da ação direta”¹⁶⁵. Entretanto, temos que considerar que os fatos russos não influenciaram o movimento por completo, tendo também que as informações sobre a revolução eram dadas por diferentes fontes, causando diversas interpretações sobre ela¹⁶⁶.

¹⁶⁵ O documento acessado por meio dos anexos do livro: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. Tradução de Maria P. V. Resende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

¹⁶⁶ Para o caso do Brasil e sua relação com a Revolução Russa, ver: BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CAPÍTULO III

A circulação da ação direta em um movimento transnacional

No capítulo anterior, tentou-se apresentar a maneira como a ação direta foi mobilizada pelo movimento operário brasileiro atuante em São Paulo. De agora em diante, a tentativa será de buscar a mobilização do princípio anarquista na dimensão transnacional do movimento operário. Acreditamos que os passos para buscar essa mobilização da ação direta em um cenário que explore diversas regiões do mundo requerem que caminhemos ao lado movimento anarquista e sindical, e não muito longe da história do trabalho que é analisada a partir da bandeira transnacional (LINDEN, 2013). As vicissitudes ocorridas nos processos de produção de bens e gêneros alimentícios provocaram forte impacto econômico e social na vida de um número infinito de pessoas que, por algum motivo, dependiam da sua pequena propriedade ou de terras cultivadas em conjunto, ou de sua habilidade para produção. Grande parte desse grupo em âmbito global sentiu o desenvolver do sistema capitalista da pior maneira possível, com a perda significativa de sua autonomia econômica e a construção dos muros das fábricas que, com suas máquinas, elevou imensamente a necessidade de

gerar e suprir as altas demandas do mercado. Em paralelo, viu-se o evoluir de famílias de trabalhadores dependentes de salários acompanhadas, ao mesmo tempo que se relacionavam, do surgimento de diferentes categorias de profissões com reflexos na hierarquização e no prestígio em relação ao trabalho que era parte do suporte à trama do capitalismo. A ocorrência desses fatos articulou o mundo por diversos caminhos de modo nunca antes visto. Uma das vias por onde essa articulação aconteceu foi através da mobilização operária conectada com a esquerda pelo anarquismo, socialismo e, posteriormente, com os sindicalistas revolucionários.

Como mencionado na primeira parte do trabalho, a luta entre trabalhadores e empregadores com o raiar da Revolução Industrial antecede a teorização sobre a ação direta. Entretanto, as práticas de mobilização trabalhadora já estabelecidas foram fundamentais para anarquistas e sindicalistas revolucionários ao se apoiarem na teoria e na prática das lutas de reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida. Os anarquistas foram aqueles que mais levaram ao extremo o axioma marxista que refletiu sobre a necessidade da ação operária, antes mesmo do movimento sindical também promovido pelo sindicalismo revolucionário. O mundo do trabalho presenciou, por meio do exílio de diversos militantes e da circulação de impressos em variados formatos, a promoção da ação direta na mobilização operária. Tanto no Brasil como em outros países onde anarquistas e sindicalistas revolucionários se envolveram com o proletariado houve o objetivo de consolidar uma cultura operária no seio da família dos trabalhadores que fosse associativa e combativa, também capaz de não deixar lacuna entre reivindicação, teoria e a prática, uma das principais queixas dos militantes dentro do movimento. O quanto as ideias dos militantes alcançaram as famílias trabalhadoras pelo mundo atravessa a existência das práticas da ação direta não de modo determinante, mas sugere algo para que seja possível analisar como estas foram mobilizadas pelos trabalhadores.

3.1 Indústria e surgimento do operariado

Em São Paulo, as práticas da ação direta também foram mobilizadas em outras regiões do país (SAMIS, 2004, p. 150-164). Por um bom tempo na historiografia, foram os trabalhadores de São Paulo e do Rio de Janeiro que tiveram atenção especial quando analisadas as mobilizações operárias no Brasil, porém, “tipógrafos, alfaiates, sapateiros,

pedreiros, marceneiros, padeiros estavam à frente da mobilização operária de Belém a Porto Alegre. Esses trabalhadores geralmente não eram mais artesãos independentes, mas assalariados submetidos a um patrão” (BATALHA, 2006, p. 170). Essa afirmativa é o ponto de partida para nos darmos conta de que a ação direta esteve presente em mais de uma região do país na Primeira República.

Um dos caminhos para delinear como a ação direta esteve presente e foi mobilizada no Brasil é dedicando atenção à industrialização do país, pois, na Primeira República, mesmo havendo mobilização camponesa¹⁶⁷ por meio de práticas de ação direta, em sua maior porcentagem elas foram estabelecidas mais nos centros urbanos. De maneira quantitativa, podemos perceber a preponderância do eixo São Paulo-Rio na recepção de novas indústrias e de constituição do operariado. Em torno do ano de 1907, ambas as cidades detinham 37% do operariado nacional e concentravam 46% dos capitais industriais (NETO, 2006, p. 216). A diversificação industrial lenta e gradativa iniciou ainda no período do Império, e a Bahia teve destaque por abrigar, em 1866, cinco das nove fábricas produtoras de tecidos de algodão. No ano de 1885 já era possível sentir a produção industrial de transferência para o Centro-Sul e, nesse momento, “Minas assumira primeiro lugar, mas o Distrito Federal concentrava as fábricas mais importantes” (FAUSTO, 1999, p. 286). A dinâmica industrial no país, para além das particularidades cabíveis, atentou às exigências internacionais ligadas ao investimento do capital estrangeiro para alavancar o setor industrial. Podemos apurar a presença de fábricas no início do século XX em Porto Alegre (CONSTANTINO, 1998, pp. 149-164). Desvendar algumas localidades por onde as indústrias deixaram sua marca torna-se justo para observar a ocorrência de conflitos gerados pela relação entre empregados e empregadores, que pode ter provocado a incidência da ação direta por meio de greves, boicotes e sabotagens de parte dos trabalhadores. O plano que seguimos é dado pela compreensão de que a industrialização possibilita o surgimento de um grupo de trabalhadores insatisfeito economicamente, que tem, na maioria dos casos, interesses antagônicos aos dos empregadores, fato que leva à mobilização operária na defesa de suas reivindicações. Dada essa relação conflituosa, cabe mencionar que um dos fatores que impulsionaram a industrialização no Brasil foi a implantação de baixos salários

¹⁶⁷ *La Barricata* (SP) 4/1/1913, ano IX, n. 382. Esta edição do jornal reportava a mobilização nas fazendas devido à propaganda libertária.

pagos pelos empregadores e a oferta de mão de obra disponível, portanto, ambos foram regra para o processo de industrialização no país e traziam prejuízo aos trabalhadores.

Com dados referentes à indústria têxtil em 1914 podemos constatar as regiões que tiveram presença operária nesse ramo de atividade. De acordo com estudo apresentado por Vania Cury, esse ano apresentou o seguinte panorama para a relação quantidade de fábricas de tecido (algodão, juta, linho, lã e seda) e quantidade de operários ocupados: entre os estados com menos de 10 fábricas estavam Espírito Santo, com 3 e 230 operários; Paraíba, com 1 computando 580 trabalhadores; Paraná teve 8 e 173 operários; Pernambuco vem na sequência com 9 e 3.720 operários; no Piauí viu-se também 9 fábricas e 300 operários; igual ao Rio Grande do Norte em número de fábricas e com 280 operários; fecha o grupo Sergipe com 8 e 2.979 operários. Entre os estados com entre 10 e 20 fábricas estavam Santa Catarina, com 15 e 463 operários; no Rio Grande do Sul foram 12 e 2.582 operários; o Maranhão teve 13 delas e 3.870 operários; com 10 foram os estados de Ceará, com 990 operários, e Alagoas, com 2.010 operários. Com mais de 20 fábricas estavam o Distrito Federal, com 35 e 14.035 operários; Minas Gerais vinha com 59 e 8.048 operários; Rio de Janeiro estabeleceu 27 e 7.991 operários; São Paulo liderou o período com 78 e 23.590 operários (1999, p. 93).

Dessas informações podemos dimensionar que a ação direta no Brasil teve, pelo menos, em elemento humano e nas dinâmicas que clamam por sua presença suporte para que fosse prática para além de São Paulo. Em números mais amplos de limites temporal, o setor têxtil algodoeiro apresentou, em 1853, apenas 8 fábricas com 424 operários; no ano de 1866, o número de fábricas estava elevado somente a mais uma em relação a 1853, enquanto que a quantidade do operariado quase dobrou, atingindo a marca de 795; em 1905, foi calculado 110 fábricas com 39.159 trabalhadores; dez anos depois, em 1915, o número de fábricas alcançou uma taxa de 240 estabelecimentos, chegando a 82.257 operários; no começo da década de 1920, a quantidade de fábricas era apenas de 242, mas de operários foi de 108.960 (CUNHA, 2017, p. 93). Em termos de diversificação e porcentagem dos setores industriários, em 1920, havia a predominância do setor têxtil, com 28,6%, seguido pelo setor alimentar, com 22,2%, e pelo de vestuário, calçado e artefatos de tecido, com 8,6, para esse ano, com exceção dos setores de bebidas, com 5,9%, e madeira, com 5,8%; os demais setores não

chegavam aos 5% de espaço ocupado no processo de produção de bens no país (CUNHA, 2017, p. 97).

Esses dados evidenciam a intrínseca relação entre a existência da fábrica e a formação de um grupo de operários que poderia crescer em um ritmo maior que o do estabelecimento de novas fábricas. O operariado crescente no Brasil dos primeiros anos do século XX viu-se ocupando vagas tanto dentro das fábricas como dentro das pequenas oficinas, que ainda sobreviviam como parte fundamental da produção brasileira. Dessa maneira, tem-se o conhecimento de que, nesse período, o país conviveu com a relação entre estabelecimentos de produção de baixo, médio e grande porte (PINHEIRO, 2006, p. 153-154), e estes foram ocupando espaço no país de acordo com as dinâmicas internas e o papel que a economia brasileira exercia em âmbito mundial. Por outro lado, é nítido que esses números não expressam muito no que diz respeito sobre o nível de organização e mobilização desses trabalhadores da área urbana que aumentavam em quantidade e profissões com o passar dos anos. Contudo, informações semelhantes a essas podem ter valor qualitativo também quando expressam os setores industriais que atraíam a mão de obra operária, de modo que seja permitido distinguir as diferentes profissões que exigiam uma determinada qualificação e habilidade daquele que exerce tal função; não deixemos passar que isso, no momento reivindicativo, pode ter tido influência para barganhar bons resultados. E por meio dessas observações, surge outra possibilidade, que é a de constatar quais eram as áreas que se desenvolviam no setor produtivo nacional, revelando particularidades da economia na Primeira República, como os tipos industriais que atuaram no Brasil.

Para conseguirmos observar como que dentro do movimento das relações de trabalho as práticas da ação direta foram mobilizadas pelas diferentes profissões ao redor do país nas duas primeiras décadas do século XX, cabe irmos ao encontro das mobilizações que marcaram as ações do movimento operário brasileiro nesses diversos locais onde ele esteve presente. Nesse encontro, suspeita-se que será possível deparar mais de perto com quais eram as intenções dos trabalhadores com a ação direta, quais os conflitos que ela gerou no espaço social, como se efetuou a oposição a ela em diferentes pontos do país, as prováveis lacunas entre as teorias de militantes trabalhadores e intelectuais e a prática do movimento operário, os difusores da ação direta, tanto em suporte humano quanto material. O interesse em atingir esses pontos é dado por se

tentar ascender ao entendimento das particularidades e dos caminhos seguidos pela ação direta quando ela foi mobilizada dentro do contexto nacional.

3.2 A ação direta em presença nacional

As mobilizações operárias entre 1906 e 1919 em diferentes localidades do Brasil marcaram a Primeira República, porém não podemos afirmar que elas caracterizaram objetivos e mobilizações totalmente homogêneas. Os jornais, em termos de fontes, continuam sendo nossa matéria-prima privilegiada para alcançar os objetivos propostos.

Se analisarmos jornais impressos na época, veremos que as greves foram o carro-chefe entre as práticas da ação direta mais mobilizadas pelos trabalhadores no Brasil. No estado do Rio de Janeiro e em algumas cidades, como São Paulo e Santos, formaram regiões com significativa mão de obra operária que, diante da sua realidade, encontrou na ação direta sua tática de luta. O periódico carioca *A Guerra Social* trouxe, em 03 de fevereiro de 1912, a informação de uma “grande mobilização” do operariado no Rio de Janeiro. Na seção *O Brasil Proletário*, vê-se que estiveram em greve os empregados em hotéis, os marmoristas, os carvoeiros, trabalhadoras em papelão e os padeiros; algumas das reivindicações eram sobre redução no tempo de trabalho, pagamento de salário atrasado ou aumento salarial e período de almoço¹⁶⁸. Um ano antes, esse mesmo impresso relatou a respeito da ocorrência de outra mobilização correspondente aos sapateiros que se agitavam.

O maior dos movimentos que neste momento – de timidez e covardia – se manifesta fracamente na falange produtora do Distrito Federal é o dos trabalhadores em calçados.

Os burgueses, vendo-os desorganizados e aparentemente desunidos, trataram de os espremer até deixar-los sem força.

E’este o motivo por que os camaradas, deixando aquella apatia criminosa que os fazia verdugos de si mesmo, vieram por-se á vanguarda do movimento operario carioca.¹⁶⁹

Observemos como a perspectiva em relação ao movimento operário no Rio de Janeiro oscila em pouco tempo: em 1911, o movimento era tido como apático, mas,

¹⁶⁸ Ano I, n. 11.

¹⁶⁹ Ano I, 3/7/1911, n. 5.

cinco meses depois, em 1912, ele era caracterizado como em “grande mobilização”. Esse fato aponta no sentido de que as mobilizações não estouravam sem um processo prévio, o que não significava necessariamente que ela romperia em cena. Se tomarmos a ideia de vanguarda, contraditória no ponto de vista libertário, exposta no trecho, vemos como essa questão pode ficar mais nítida.

Em 1920, no contexto da intensa onda de mobilizações que explodiu em 1917 e sacudiu a vida política do país, jornais como *Folha do Povo*, que era impresso em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, destinado ao operariado local, e *Germinal*, originário da Bahia, que tinha na direção Agripino Nazareth, ambos ligados ao movimento operário, retratavam as ações realizadas pelos operários de sua região. Atento ao movimentar do operariado do Rio Grande do Sul, o jornal *Folha do Povo* parabenizava a agitação do pessoal da linha ferroviária de Bagé. O motivo da congratulação era devido ao fato de que os trabalhadores divididos entre pessoal da locomoção, maquinistas, foguistas obtiveram vitória após uma greve que, peculiarmente, não reclamava aumento salarial e nada relacionado à jornada de trabalho: o estopim para que esse grupo ativasse a ação direta pela greve foi determinada pelo objetivo de defender companheiros de trabalho que haviam sido rebaixados de cargo por seu superior Alfredo Avila, que “nomeou para chefe daquele depósito um seu affecto”¹⁷⁰. Outras duas coisas chamam a atenção nessa mobilização: uma é pelo resultado final com o ganho da jornada de oito horas e meia e “50% de extraordinário”¹⁷¹ para os “camaradas da oficina de Bagé, que foram solidários com o pessoal do depósito”¹⁷²; a segunda pela maneira pela qual o movimento, que resultava de uma insatisfação, foi organizado até culminar em greve. “Não conformados os machinistas e anexos com esta modificação, que atirava para os trens de carga um machinista competente declararam se em grève, depois de esgotados os recursos ditos diplomaticos”¹⁷³. Percebe-se que, para alguns trabalhadores, nem sempre a ação direta como greve era determinada em primeira instância no momento da ação reivindicativa.

¹⁷⁰ Ano I, 14/7/1920, n. 3.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ *Ibidem*.

Esse jornal da região Sul também indica a presença de uma outra prática de ação direta em Santa Maria, sendo o boicote que foi promovido contra o periódico *Correio da Serra*, ligado aos empresários da cidade. Essas agitações que envolveram a ação direta pareceram seguir uma atitude mais rotineira, pelo analisado, dentro do movimento operário a partir de 1917, motivada pela maior participação das organizações operárias na articulação das mobilizações (BIONDI, 2011; SAMIS, 2004), foi a União Geral do Trabalho de Santa Maria (U.G.T.), que exerceu seu protagonismo nessas ações. O jornal *Folha do Povo*, pelo que apresenta em algumas edições¹⁷⁴, foi um dos responsáveis por difundir as reflexões sobre a ação direta por meio de escritos de Neno Vasco, a respeito do sindicalismo revolucionário de influência francesa, na seção *Folhetim*, publicada na última página. Neno Vasco, além de discorrer sobre a importância da organização entre os trabalhadores e da ação direta, trouxe outro assunto importante, já tratado por Pouget na brochura *Ação Direta*, que diz respeito à expropriação de instrumentos de produção e transportes através da greve; esses são pontos que, aparentemente, em momento algum, foram levados pelo movimento operário brasileiro em consideração por meio de ações concretas ou virtuais.

A falta de mobilizações intermediadas pela ação direta a fim de ultrapassar os limites das reivindicações imediatas reforça o entendimento de que, em sua maior parte, o movimento operário brasileiro, nas diversas partes do país, mobilizou as práticas da ação direta sem buscar ter em conta alguns elementos de ordem teórica revolucionária, com isso, ajustou a ação direta aos seus objetivos específicos, como grupo de trabalhadores. Nas páginas analisadas do periódico *Germinal*, que era dedicado ao operariado de Salvador, na Bahia, vemos ainda o mesmo cenário de perspectiva reivindicativa configurado em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul etc., cuja quantidade de greves oscilam durante as duas primeiras décadas do século XX.

Como exibido anteriormente, a indústria têxtil teve grande êxito no Brasil. Na Bahia, como exposto por Cury (1999), a existência dela era notada no ano de 1914 a partir do conjunto de 13 fábricas. Em 1919, o setor têxtil no estado baiano era “o mais importante setor manufatureiro da época” (CASTELLUCCI, 2012, p. 83) que, na vaga da greve geral daquele ano, partindo dos empregadores, condescendeu diante das

¹⁷⁴ Ano I, 11/9/1920, n. 11; ano I, 18/9/1920, n. 12; ano I, 21/9/1920, n. 13.

exigências dos tecelões, com isso “aumentaram os salários, diminuíram as horas de trabalho, ficou reconhecida a igualdade entre homens e mulheres, para efeitos de remuneração, e, de par com essas vantagens, que representam apenas uma partícula que ainda virão a conquistar, adquiriram os tecelões uma noção aproximada dos seus direitos”¹⁷⁵. Pelo visto, aquela que foi noticiada como uma greve geral dos tecelões resultou em importante conquista para os trabalhadores, porém sua parcialidade é expressada pelo que se teria de conquistar ainda, algo que, possivelmente, se completaria com a causa revolucionária não expressada no conflito. A greve durou por volta de um mês e foi firmada também pela presença da Sociedade União Geral dos Tecelões da Bahia (S.U.G.T.B). Em julho e setembro de 1919, novas greves com as mesmas pautas foram feitas em várias cidades do Recôncavo e nas fábricas têxteis da capital baiana, respectivamente com o objetivo de estender e preservar as conquistas de junho” (CASTELLUCCI, 2012, p. 83). A instabilidade em manter as conquistas era tão constante que, por vezes, a ação direta era posta em prática para garantir e reafirmar as vitórias, e no extremo houve casos em que foi necessário lutar novamente por conquistas perdidas.

O periódico baiano, na mesma edição¹⁷⁶ em que tratou da agitação dos tecelões, trouxe também meios para vermos como a ação direta foi discutida e por quem dentro do movimento operário baiano, de modo a propiciar com que vejamos quem eram seus apoiadores. A Federação dos Trabalhadores Bahianos (F.T.B.) decidiu organizar, nas sedes das associações federadas, uma série de conferências a respeito do sindicalismo. Na primeira realizada na sede da Sociedade União dos Operários de Padaria (S.U.O.P.), o conferencista foi Alvaro de Sant’Anna, que era primeiro secretário da Federação e do sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes. Nessa oportunidade, Alvaro Sant’Anna apontou para Abílio José dos Santos como a personalidade que representava a ação direta na Bahia. Foi permitido apurar que as ideias expostas por Alvaro na conferência foram publicadas no jornal até o mês de maio¹⁷⁷.

No número de 1º de maio de 1920, o *Germinal* baiano publica o artigo *O valor e o alcance da sabotagem*, também para suporte teórico e prático ao movimento. Essa

¹⁷⁵ Ano I, 19/3/1920, n. 1.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ Ver exemplos de edições em que o texto tem continuidade: ano I, 3/4/1920, n. 2 e ano I, 1/5/1920, n. 3.

prática da ação direta iniciada pelos trabalhadores norte-americanos foi evidenciada como tática que deveria ser usada em conjunto com a greve ou mesmo anteceder-lá para que o trabalhador ficasse menos vulnerável à repressão patronal. Com o desenvolver do texto, a sabotagem surge vinculada à questão da expropriação dos bens de produção, que seria um dos passos para a falência do capitalismo, pois, de acordo com o artigo, quando a sabotagem não é praticada pelo operariado, “a questão social fica prorrogada para tempos incalculavelmente remotos, visto como o grevista reconhece o direito do capital aos instrumentos de produção”. Ou seja, a greve para a obtenção de objetivos que transformassem a sociedade necessitava estar articulada às outras práticas de ação direta.

Não é somente no final da segunda década do século XX que podemos observar tais características alvitadas como reformistas do operariado ou seu ensinamento prático para a transformação social que era considerada crítica por alguns militantes. Olhando para o Rio de Janeiro, com apoio do periódico anarquista *A Terra Livre*, que era impresso nas imediações cariocas, podemos enxergar o comportamento ímpar de parte do movimento operário que pode ser visto pelos aspectos local, nacional e internacional. Esse periódico, que traz a insígnia do anarquismo em seu título na data de 17 de maio de 1908, veio com uma edição singular no que diz respeito à ação direta e o comportamento do operariado, entretanto serão sobre dois pontos que gostaríamos de nos deter. Primeiro é a conexão que o jornal faz com São Paulo por meio de uma publicação sobre um boicote na cidade paulistana à farinha, ao fósforo, aos óleos e à banha das Indústrias Matarazzo e aos chapéus produzidos pela Evangelista Cervone; mais o entendimento que o jornal dá à ação direta como um préstito ao fazer menção às ações do 1º de Maio.

O segundo trata de uma notícia sobre a “Greve do Gaz”, que *A Terra Livre* publicou sob a assinatura de Alcaiame e que continha uma aguda crítica anarquista, revelando o distanciamento que havia entre ações operárias e pensamento libertário. Uma das coisas que chama a atenção no texto é o fato de ele ilustrar que aquela greve tinha algo em particular na comparação com outras mobilizações operárias, visto que a

greve dos gazistas do Rio, não foi uma batalha, propriamente, na grande luta do trabalho e do capital, não se caracterizou

exclusivamente pela tendência de realizar uma <reivindicação proletária>, não se revestiu desse aspecto <irritante>¹⁷⁸.

Ao tomá-la pelo todo, é possível captar, na informação apresentada, que tal ação foi tomada devido à substituição de pessoal, porém isso é fato que o texto não deixa nítido. Mas ele segue chamando a atenção do historiador, pois, pelo que se sustenta, ao final da década de 1910 as greves eram mais organizadas com auxílio das organizações operárias. Vejamos o que nos diz a respeito: “E essa victoria, que nada tornava presumível, nem o preparo dos foquistas mal organizados, nem, inda menos, o reconhecido poder da Companhia, que tem escravizadas diversas administrações públicas, foi uma supreza geral”¹⁷⁹. Quanto a outras características,

No entanto, perto de trez dias, mais do triplo de operários, profissionais alguns, leigos na maioria, trabalhando sem descanso, constantemente revezados, nos deixaram completamente às escuras. Vários jornais se viram prejudicados com a falta de combustível para as máquinas de impressão; cazas de pasto, para os fornos a gaz; e todo o comercio pela falta de iluminação nos estabelecimentos...¹⁸⁰

Essa consequência à cidade acarretada pela greve foi também interpretada como ato de sabotagem, e essa interpretação pode ser justificada pela ideia de que as práticas da ação direta têm mais vigor quando postas em prática simultaneamente. A sabotagem também surge como algo que valoriza o emprego da violência na ação operária, o que parece ser uma visão ligada à influência de Sorel.

Se a sabotagem é o que ela deve ser: a forma < inteligente>, <científica> do emprego da violência, resta apenas, depois de aplicada, esperar, a vitória calmamente, na segurança, plena do bom êxito.

É o paradoso a que chegamos, de ser violenta a greve sem sabote, a clássica greve legal.¹⁸¹

Nessa notícia há mais elementos relevantes para análise, mas achamos justo trazer apenas mais um ponto que é grave para o que se tem discutido em relação a como os trabalhadores mobilizaram a ação direta e suas posições de acordo sua realidade e ideias próprias.

¹⁷⁸ Ano III, n. 60.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

¹⁸¹ *Ibidem*.

Mas isso é questão de formalidade, que revela o espírito da corporação no fundo. E justamente esse espírito nos deve tornar compreensível a perfeição de tão inesperada sabotagem. Violência, inteligente ou não, é violência, é moeda corrente na argumentação dos que dominam. Os foguistas não *se revoltaram* contra a opressão sistemática de classe, eximiram-se hábilmente a uma subtração de bem-estar, que lhes parecia intolerável. Rebelaram-se. Assim, não ezijiram desde logo, como reivindicação, o aumento de salário, o que pretenderam, entretanto, quando se viram fortes.¹⁸²

A Terra Livre, ainda nesta mesma edição, anunciava, em sua biblioteca, o livro *Bases do sindicalismo*, de Pouget, que naquele momento era uma das principais brochuras que buscava dar condições teóricas às práticas de luta dos trabalhadores. Lembremos que essa obra também circulou por São Paulo e por outros estados¹⁸³. Porém, como os trechos apresentados, há pouco sobre o movimento constituído pelos trabalhadores da companhia que prestava serviço de distribuição de gás; as ideias contidas na brochura ainda não tinham total efeito daquele momento. Pelo *A Guerra Social* vemos mais as razões para as preocupações dos militantes em relação à mobilização e organização operária:

E' preciso que se repita, ainda e sempre, a mesma frase. Que se repita e seja posta em pratica. Nada de intrujões no meio operario! É costume das associações de classe do Rio, terem sempre advogados equivocos e politicos interesseiros ajindo no seu meio.¹⁸⁴

A frase à qual faz menção nada mais é a emblemática “A emancipação dos trabalhadores tem que ser obra dos próprios trabalhadores”¹⁸⁵. Entretanto, é nítido que,

¹⁸² *Ibidem*.

¹⁸³ A referência a Pouget igualmente é vista no Rio de Janeiro pelo jornal *A Guerra Social*, de 27 de marco de 1912, ano I, n. 18, com o anúncio da venda do livro *A C.G.T.* traduzido para o português e a publicação do texto *Sindicalismo e revolução*. O mesmo jornal, em edição anterior de 13 de março de 1912, ano I, n. 16, anunciou a venda dos livros *Ação sindical (vol. I)*, de Vitor Griffurelles, *Sindicalismo e socialismo (vol. I)*, de Hubert Lagardelle, *Sindicalismo e revolução (vol. I)*, de Marc Pierrot, além do trabalho de Pouget. Na seção Biblioteca igualmente havia o livro de Pierrot. Em uma única edição encontrada do periódico *A Voz do Trabalhador*, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, dirigido por Luiz Derivi e na gerência de Gregório Rosa, jornal foi ligado ao Círculo Operário de Propaganda Impressa, anunciava a venda de *Bases do sindicalismo*, de Pouget, o livro foi anunciado no dia 11 de agosto de 1912, ano I, n. 2.

¹⁸⁴ Ano I, fev./1912, n. 12. Dada a condição do jornal, não foi possível identificar o dia da publicação, mas sabe-se que em um sábado de fevereiro.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

dentro das suas condições, eles buscaram caminhos para que empregadores e Estado ouvissem suas reivindicações e, vez e outra, lograram êxitos completos ou parciais.

Esses periódicos, como em outras partes do mundo, cumpriram diferentes funções dentro do movimento operário brasileiro e mais intimamente no limite local em que é divulgado. Eles transmitem informações do movimento operário ao operariado local, articulam a luta reivindicativa, transmitem a propaganda anarquista e sindical, como também nos faz com que reconheçamos mais os personagens históricos que foram responsáveis a partir das suas ações pela difusão da ação direta fora e dentro de São Paulo, como foi o exemplo do jornal *Germinal*, da Bahia, quando publicou a conferência de Alvaro Sant’Anna que apresentava Abilio José dos Santos como o representante da ação direta na Bahia. Os jornais são marcantes para reconhecermos esses sujeitos, e emparelhados a empreendimentos como o *Dicionário do movimento operário* (2009), de Claudio Batalha, que também tem seu vulto, vem a nós os caminhos para avançarmos no reconhecimento do grupo, que, apresentados pelos adjetivos “militantes” e “trabalhadores”, no fundo são tornados sujeitos sem rosto pela generalização dos termos, fato que sobrepõe uma névoa na particularidade dos elementos, deixando-os apenas “militantes” e “trabalhadores”, sendo que eram também homens, mulheres e crianças que davam contornos a eles. E enquanto há o perigo da não percepção dos dados ímpares, ao mesmo tempo a tática da ação direta pode ser entendida como tática sem conflitos e contradições no movimento operário. Já que desde o fato das paralisações do trabalho serem praticadas como forma de luta pelos trabalhadores, primeiro que a reflexão da ação direta ou mesmo da AIT, podemos considerar que uma análise sobre a ação direta quer um reconhecimento de quem são seus reivindicadores, mobilizadores, propagandistas, ou seja, a compreensão de grupo social e sociedade que a ela deu vida nos conflitos de trabalho e políticos.

Os reflexos disso têm sido o papel que tem tomado os textos biográficos sobre a vida e atuação de militantes¹⁸⁶, vida essa que, em alguns casos, também confundem-se

¹⁸⁶ BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá. O anarquismo sem adjetivo: a trajetória libertária de Angelo Bandoni entre propaganda e educação. *Revista Semina*, vol. 15, n. 2, 2016, p. 76-95. KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 1). SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Otílica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 1). O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) elaborou em seu site

em vida de trabalhador e pensador social. Tem havido com os trabalhos que tratam de elementos particulares meios de perceber contradições do movimento até então escondidas sob o manto do operário ideal que fatalmente se colocaria em oposição ao capital. Também é fato que muitos desses trabalhos conseguem, em sua maioria, chegar até aqueles que foram figuras-chave na articulação do movimento, seja anarquista, operário, quer sindicalista revolucionário, partindo das fontes que também podem apresentar traços que dizem sobre um comportamento mais geral em relação ao movimento, ou mesmo algo mais particular. Mas, ainda assim, esses homens que lutavam ao lado dos trabalhadores vão tendo suas vidas investigadas com a ideia de que eles estavam um passo à frente do processo de transformação social por causa da experiência que tinham dentro do sistema capitalista. Provocados pelo empregador, que não media esforços para sacrificar os operários em benefício do seu próprio lucro, os trabalhadores eram obrigados a se mobilizarem fundamentados em suas armas *legais*: a greve, o boicote e a sabotagem.

As greves tiveram um papel especial entre as práticas de luta escolhidas pelo movimento operário, mas ao boicote e à sabotagem foram dados seu devido espaço, que eram indicados junto com a greve, para tornar a mobilização mais rica em termos de força; algumas vezes, os operários decidiam por mobilizar mais de uma prática da ação direta¹⁸⁷. Como pôde ser notado, essas práticas não foram tomadas em unanimidade no movimento operário brasileiro. Parte da ressalva, além das reflexões já levantadas, está associada ao fato de que o movimento operário também esteve influenciado por correntes que viam na ação direta atitude de pouco valor na luta operária ou tinha uma visão de que voto seria a melhor arma para originar melhor condições na vida da família operária¹⁸⁸. Assim, esse movimento constituído de homens acompanhados de mulheres e crianças em muitos momentos não se redimiram diante da problemática situação em

alguns verbetes com dados biográficos de militantes que atuaram entre 1906 e 1919 no movimento operário brasileiro.

¹⁸⁷ *Voz do Povo* (RJ), 5/10/1920, ano I, n. 239, informa sobre a greve dos refinadores da Confeitaria do Anjo com aconselhamento de boicote. O motivo da mobilização era por um aumento salarial.

¹⁸⁸ No estado de Minas Gerais, houve trabalhadores que foram alvo de crítica de militantes por terem crença nas urnas eleitorais. *A Voz do Trabalhador* (RJ), 15/2/1913, ano VI, n. 25.

que viviam, excluídos da participação política e da riqueza econômica que seu trabalho fornecia a outros.

3.3 Organização e mobilização operária de operárias no movimento (trans)nacional

As greves foram acordadas entre as diferentes profissões a partir de variados objetivos a serem alcançados, mas que não ultrapassavam dos limites particulares do movimento operário brasileiro; em algumas dessas greves teve mulheres como protagonistas da mobilização. Se considerarmos a parte dos pensamentos libertário e sindicalista revolucionário de que a exploração do salário é um dos vários motivos para a agitação proletária, as mulheres operárias foram, em relação aos homens, as que mais poderiam ter justificativas para fazer das greves sua arma na luta contra a opressão. “as diferenças entre os salários dos homens adultos e o das mulheres e crianças, tendo como resultado custo operacionais mais reduzidos” (CAMPOS, 1988, p. 29) foi uma das aflições sentidas por elas. Essa questão do salário era apenas reflexo do trauma capitalista, sendo também resultado de parte do pensamento social em relação ao ser feminino que, como protagonista das modificações da sociedade, era visto em segundo plano.

Na data de 20 de setembro de 1903, o periódico *A Voz do Dever*, de Curitiba, trouxe um texto que dizia “respeito á greve, ainda não acabada, da Capital Federal”¹⁸⁹, no qual era relatada a condição salarial das mulheres, como mostra o trecho: “As mulheres, as pobres raparigas franzinas, as meninas rachiticas recebem uma ninharia”¹⁹⁰. A mobilização ocorreu na região de Bangu, em uma fábrica do setor têxtil. Vemos que a existência da mulher nas fábricas e mobilizações operárias podem datar de antes mesmo do Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, quando tentou-se dar forma ao movimento operário brasileiro a partir das resoluções do congresso. A ocorrência da assiduidade da mulher como trabalhadora assalariada foi revelada na própria resolução do congresso no *Tema 12 – Como regulamentar o trabalho feminino e*

¹⁸⁹ Este periódico não apresenta outros dados referentes a ano e número da edição, assim só temos a data de publicação.

¹⁹⁰ *Ibidem*.

a admissão de aprendizes nas fábricas e oficinas¹⁹¹. A partir desse tópico, observamos que a necessidade de organização das mulheres não foi deixada de lado das discussões.

... que a necessidade da organização sindical impõe-se entre as mulheres, uma vez que para os homens tem sido adotada com bons resultados;

o Congresso, salientando a necessidade da organização das operárias em sindicatos, convida e incita os sindicatos operários a envidar todos os esforços para organizar as mulheres e torná-las companheiras de luta...¹⁹²

Mas, no Segundo Congresso de 1913, a atenção dada às mulheres não foi discutida da mesma maneira que no anterior. O mesmo acontece no Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, em 1908. Isso traz a percepção de que o próprio tratamento dado às mulheres oscilou entre o específico e o geral, pois, muitas vezes, dentro dos discursos, elas eram vistas de modo homogêneo dentro da classe trabalhadora.

Outra mobilização operária feminina a partir da ação direta antes do início dos congressos operários ocorreu em 22 de novembro de 1902, e foi reportado pelo jornal *Amigo do Povo*, de São Paulo. Na ocasião, as operárias de tecido haviam entrado novamente em mobilização devido ao recomeço das “insolências dos contra-mestres e os caprichos dos patrões”¹⁹³. A reportagem não expressa melhor o que foram essas “insolências” e “caprichos”, mas sabe-se que a greve despertou na fábrica de tecidos que era localizada na região do Bom Retiro. Já pelos idos de 1906, mais precisamente em 1º de setembro, outro jornal da cidade de São Paulo informou sobre outra mobilização realizada por parte das mulheres. Nesse caso, *A Lucta Proletaria* informou sobre a atividade de algumas costureiras em realizar uma “reunião geral da classe para discutirem os interesses de todas as operarias”¹⁹⁴. O jornal ainda ressalta que “as operarias do Rio, ligadas em associações de classe, já conseguiram arrancar das mãos do capitalismo alguns melhoramentos”¹⁹⁵. Como visto, o avanço dado pelas mulheres,

¹⁹¹ *Op. cit.*, 1979, p. 55.

¹⁹² *Ibidem*.

¹⁹³ Ano I, n. 16.

¹⁹⁴ Ano I, n. 2.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

mesmo organizadas, não passou de “alguns melhoramentos”, seguindo a característica das reivindicações dentro dos limites da vida operária.

Ainda nessa mesma edição, *A Lucta Proletária* relata sobre a proposta feita para mais esforços em promover associações de classe para as operárias, em uma reunião realizada dia 17 provavelmente do mês anterior, agosto, a proposta surgiu de Attilio Gallo, que em 1908 foi delegado da União dos Chapeleiros no Segundo Congresso em São Paulo. A organização de mulheres pode ser sentida com a Associação Feminina de São Paulo¹⁹⁶, que, por meio do periódico carioca *A Guerra Social*, publicado no dia 5 de novembro de 1911, noticiou uma atividade ocorrida na Associação Feminina dois dias antes da publicação do jornal, a mesma notícia também parte da composição profissional das mulheres operárias na cidade paulistana e em outras localidades.

Em S. Paulo, como em outras partes, o elemento feminino representa classes trabalhadoras respeitáveis pelo numero das suas componentes, como as costureiras, tecedeiras, floristas, bordadeiras, chapeleiras, costureiras de saco, creadas, cozinheiras e até empregadas do comercio.¹⁹⁷

Com essa exposição não pode ser negada a presença das mulheres no meio operário, que, como tentou-se demonstrar, também teve uma parcela atividade no movimento operário e também utilizou da tática de ação direta para obter melhores condições de vida.

Outra forma como pode ser apreciável a mobilização das mulheres é por meio dos relatos que tratam de mobilizações das famílias operárias ou camponesas¹⁹⁸. Disso depuramos também que crianças e jovens¹⁹⁹ estavam igualmente como os adultos

¹⁹⁶ Ano I, n. 8.

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ Entende-se isso a partir da ideia de que família, daquele momento, era composta por pai, mãe e filho(s) em sua formação básica.

¹⁹⁹ Para termos parte da compreensão da participação desse grupo compondo o conjunto do operariado, é válido recorrer ao *Guerra Sociale* (SP) de 10/5/1917, ano III, n. 42. Esta edição trouxe uma relação das fábricas e seus endereços onde foi possível ver a contratação da mão de obra dos menores, por exemplo: Fábrica de Lamparinas era onde trabalhava João Teofilo, de oito anos, e outros menores; na Fábrica de Papel trabalhavam crianças de sete a dez anos, uma delas era Jose Pinheiro também de oitos; na Fábrica da Comp. de Tecidos Juta tinha a presença dos menores Fernando Augusto, Americo Marques, Horacio dos Santos, Hermenegildo dos Santos, Bucillo Galante, Francisco Faustino, José Pereira Cardoso, José Antonio, Pilar da Conceição, João Garcia, Rafael Garcia, Manoel do Nascimento, José Maria Gomes, Manoel Rega e Ida Carnaval, todos estes na faixa etária dos sete a dez anos; também constatou-se que nessa fábrica havia menores que trabalhavam de “graça”. Também contratavam menores a Empresa

fazendo parte das mobilizações em favor da família operária, e identificar a participação efetiva deles têm suas barreiras, pois se muitas vezes torna-se dificultoso encontrar as posições dos adultos que se mantiveram no movimento, porém não dentro do que se tem como característica de militante, dos menores isso é ainda mais árduo para se chegar à alguma conclusão de efeito²⁰⁰. Uma greve originada da presença de famílias foi vista em maio de 1912; quem buscou transmitir seu procedimento e resultado foi o jornal *La Battaglia*. De acordo com o periódico, na região de Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, setenta famílias resolveram entrar em greve após decisão tomada através de reuniões que tiveram início às 3 da madrugada, no dia 4 daquele mês corrente da edição do jornal. Homens e mulheres, juntos com seus filhos da fazenda Iracema, que pertencia ao proprietário Francisco Schmidt, resolveram cruzar seus braços contra diferentes abusos sofridos, mas seu principal motivo foi miséria vivida assemelhada à condição de escravos²⁰¹. O que mais interessou da atividade protagonizada pela mobilização da ação direta foi a maneira pela qual ela foi organizada, próxima ao pensamento libertário. Pelo apresentado no jornal, a maneira como foi organizada a greve foi fundamental para a vitória, representando algo pouco visto no estado de São Paulo.

[...]. Desta vez não se adoptou o systema de cabeças ou chefes porque isso seria reduzir á miséria ou á perseguição... Procedeu-se por grupos de 4 a 5 familias de accordo com a amizade d'esses grupos, havendo... apenas uma família encarregada de transmittir os pensamentos do directorio secreto que era quem resolvia todas as pendencias.²⁰²

Em particular, essa greve é elementar para vermos a variação dentro do movimento de como elas eram organizadas, pois, como já evidenciado, houve greves vitoriosas, como a dessas famílias, que contaram com a presença de intermediários externos aos maiores interessados, que eram os trabalhadores. Além do mais, a mobilização citada anteriormente demonstra uma greve organizada de maneira

Grafica Moderna, a Tipografia Albino Gomes, Fabrica Pinotti Gamba, Fabrica de Parafusos, Fabrica de Bordados de Said Gebara & Irmãos etc.

²⁰⁰ Do Rio de Janeiro, o jornal *A Voz do Povo* reportou sobre uma mobilização de menores pelo uso da ação direta em solidariedade. “Hontem, às 11 horas da manhã, os operários menores que trabalham na fiação da referida fabrica, num gesto de solidariedade para os companheiros suspensos por tres dias, se declararam grêve, abandonando o trabalho. Aproveitando, então a oportunidade para pedir um aumento de salarios.” 5/7/1920, ano I, n. 147.

²⁰¹ *La Battaglia* (SP) 18/5/1912, ano VIII, n. 354.

²⁰² *Ibidem*.

estratégica para a preservação dos meus membros contra a repressão. Por mais que o selo do termo família ofusque as características mais definidas de seus membros, não seria demais presumir que as mulheres muito provavelmente eram parte do “directorio secreto” que dava as determinações a serem seguidas pelo grupo delegado.

Apurar sobre a atuação e parcela das mulheres que se fizeram presentes no movimento operário brasileiro é algo revestido por outros impasses (BATALHA, 2006, p. 164) que esbarram em conseguir encontrar sua participação no movimento operário tendo um escopo geográfico mais amplo e, além do mais, são poucos os índices que indicam sua taxa de sindicalização, assim sendo, como relatado por Glaucia Fraccaro, por vezes “suas trajetórias são entendidas como casos excepcionais a destoarem de um mundo sindical tomado por homens que as manteve distantes das agremiações por quase todo o século XX” (2016, p. 35) e giram em torno dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas não que não estivessem em outros estados²⁰³. É possível que, com erupção dos movimentos grevistas que surgiram ao logo do Brasil em 1917, a atuação delas tenha se dado com mais vigor. Em Sorocaba, no interior do estado de São Paulo, algumas greves foram estabelecidas com a cooperação das operárias.

Com a informação²⁰⁴ de que dispomos, sabe-se que o movimento na cidade iniciou no dia 16 de julho pela manhã, com um número possível de cinco mil operários, que, com o decorrer dos fatos, foi tomando maior volume por meio das novas adesões por solidariedade. Partiu para a mobilização trabalhadores das fábricas, do comércio, parte das fábricas envolvidas foram Santa Rosalia, Souza Pereira, que produzia chapéus. Nesta fábrica, pelo que foi apurado, pouco dias antes, no dia 11 de julho, os operários haviam recebido aumento em seu ordenado. Igualmente praticando a ação direta por solidariedade, tivemos a fábrica Votorantim, cujos trabalhadores e trabalhadoras haviam retornado ao trabalho há pouco tempo após o término da greve. No período da tarde, os trabalhadores das “fábricas de calçados, cortumes, etc.”²⁰⁵ também deram alma à greve

²⁰³ SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. Rompendo o silêncio: a participação feminina no Movimento Operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXII, n. 2, p. 157-175, dezembro 1996. CORREIA, Francisco. *Mulheres anarquistas*. Coleção Remate de Males, Campinas/SP, n. 5, 1985, p. 43-60.

²⁰⁴ *A Plebe* (SP), 21/7/1917, ano I, n. 6.

²⁰⁵ *Ibidem*.

em Sorocaba, “elevando-se então a mais de oito mil o numero de operarios em grève. Notou-se entre os grevistas um numero elevado de mulheres.”²⁰⁶

Essa manifestação em Sorocaba, com o apoio das mulheres aptas a ir às vias de fato por meio das práticas da ação direta – embaraçada nas greves –, provavelmente havia sido iniciada com a agitação na Votorantim²⁰⁷, pois, nessa fábrica, as relações de trabalho ficaram tensas após um grupo de trabalhadores tecelões queixarem-se a respeito de seus provimentos em atraso. Consequentemente, a incompreensão patronal com a vida dos seus subordinados a esse fato fez com que 42 trabalhadores fossem afastados da companhia que gerenciava a fábrica Votorantim. Entre aqueles que sofreram amargamente com as represálias do malfeitor estavam “os operarios e operarias da Fábrica Votorantim injustamente despedidos”²⁰⁸. Os dados das manifestações gerais em Sorocaba foram divulgados pelo periódico *A Plebe*, que acompanhou parte desses eventos. Um acordo²⁰⁹ entre as partes envolvidas selou o fim da manifestação operária, cujo resultado, segundo o jornal foi positivo aos reivindicantes, formados por uma parcela significativa de mulheres.

3.4 Maria Antonia Soares na propaganda pela ação direta em 1917

Exemplo notável do envolvimento da mulher operária com a luta proletária pode ser sentido assimilando a trajetória de Maria Antonia Soares. Nascida na cidade portuária de Santos, região do litoral paulista, em 1889, filha de mãe militante, a espanhola Paula Soares, casada com José Soares antes da segunda metade da década de

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ *A Plebe* (SP), 9/7/1917, ano I, n. 5. Da mesma maneira que pode ser possível que as atitudes tomadas, como questionar sobre o pagamento atrasado, e, depois, a greve fossem reflexo das conquistas realizadas, na cidade de São Paulo, a partir da ação direta. Pois, na página 1 desta edição do jornal, temos: “O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela greve ou outros meios de ação directa tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente. [...] O movimento deve generalizar-se todas as classes, alastrar-se por todo o paiz, afim de que as conquistas sejam mais rápidas e radicaes.” Esse trecho merece certa atenção pelo fato da difícil capacidade em saber o quanto queriam os trabalhadores e trabalhadoras que fossem radicais às conquistas, pois, sob um olhar geral das reivindicações buscadas pelo movimento operário brasileiro, a reivindicação radical está mais enquadrada dentro do que queriam os intelectuais e militantes operários, contudo quanto à generalização do movimento grevista por classes e pelo país, de forma breve, não temos dúvida que foi uma busca real desses homens e mulheres assalariados – com a mobilização da ação direta.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ 28/7/1917, ano I, n. 7.

1880. Seu pai vinha de um primeiro casamento que lhe rendeu um filho, o irmão mais velho Primitivo Raimundo Soares, que assinou muitos dos seus textos nos jornais libertários e operários com o pseudônimo de Florentino Carvalho²¹⁰. Com ela, do segundo casamento de Soares vieram outras três mulheres: Maria Angelina Soares, Matilde Soares e Pilar Soares. A experiência anarquista da mãe e do irmão ajudou na sua inserção dentro do movimento operário. Maria Antonia começou a militar ainda em Santos, entretanto seu comprometimento com atividades mais intensas dentro do movimento anarquista e operário pegaram forma em São Paulo pelo ano de 1914, quando mudou-se do litoral para o bairro do Brás²¹¹. Notem que, peculiarmente, esse foi o ano em que, como salientado por Luigi Biondi, “o movimento sindical voltou a uma apatia forçada pela crise econômica e pela desestruturação do mercado de trabalho paulistano” (2011, p. 285). Esse fato pode ter contribuído para a forte participação dela em um primeiro momento nas organizações de perspectiva libertária voltadas para educação da família operária e a emancipação da mulher²¹². Em 1915, ela e seu irmão dirigiram “escolas libertárias C.F. Jovens Idealistas, Escola Nova e Associação Universidade Popular Racionalista” (CACCAVELLI, 2016, p. 159; CACCAVELLI, SILVA, 2016, p. 541-543).

O papel tomado por Maria Antonia à frente dessas instituições faz alusão às outras formas de ação direta, as quais acreditamos que fizeram parte muito mais dos militantes trabalhadores do que dos trabalhadores em geral. Dentro disso, poderíamos dizer que, no panorama transnacional, essa integrante do movimento anarquista e operário mobilizou-se de posse da ação direta de maneira pouco convencional do que se costuma a relatar sobre o princípio anarquista. A frequência entre os trabalhos que são resultados de pesquisas é o de olhar para a ação direta mais comumente na instância da greve, do boicote e da sabotagem, porém, para as libertárias, a ação autônoma (ação direta) de modo geral implica na tomada de atitude em qualquer instância da vida pela autonomia para a resolução de conflitos e promoção social²¹³. Pode-se concluir com isso

²¹⁰ VALADÃO, Marina Tannús; LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Biografia(s) Anarquista(s): militância libertária sob as lentes da História Imprensa. *Revista Horizonte Científico*, Uberlândia, vol. 2, n. 1, out. 2008, p. 1-26.

²¹¹ *Ibidem*, 2008, p. 15.

²¹² *Op. cit.* 1985, p. 43-60.

²¹³ Provavelmente essa é uma questão que requer mais aprofundamento, porém os libertários, ao introduzirem uma teorização sobre a ação direta, também pensavam uma própria ação. Mas a suposição é

que parte das mulheres, ao mobilizarem a ação direta no Brasil da Primeira República, não se limitou aos conflitos gerados das relações de trabalho; essa atitude tinha perfeita conexão com o anarquismo, que não teve como propósito inserir suas formulações em esquemas definidos. A educação da família operária, fornecida pelos próprios meios operários, era parte da tática revolucionária libertária. Nos congressos da AIT do século XIX esse tema já era discutido pelo movimento operário e continuou sendo no século XX²¹⁴.

Foi no ano de 1917 que Maria Antonia alçou seu lugar no movimento operário com maior peculiaridade, ou seja, isso ocorreu no mesmo ano que a mobilização operária decidiu radicalizar no sentido de elevar o volume das greves por melhores condições. Após as celebrações de 1º de maio daquele ano que estremeceu o capitalismo na cidade de São Paulo e depois no Brasil, porém não o venceu, o caminho foi aberto para o processo de reconstituição das organizações operárias e intensificação das reivindicações no campo econômico. Entre maio e junho de 1917, deu-se os preparos para erguer a Liga Operária do Belenzinho, a qual teve Maria Antonia no cargo de secretária (BIONDI, 2011, p. 337). A constituição dessa Liga Operária foi anunciada a partir de um convite divulgado no *Guerra Sociale*²¹⁵, mesma edição em que o jornal dá uma descrição de como foi a mobilização de 1º de Maio na cidade, em São Caetano e regiões arrabaldes. Maria Antonia trabalhou como secretária na liga no endereço da rua Joaquim Carlos, n° 20²¹⁶.

que os militantes libertários, ao passarem pela porta do movimento operário refletindo sobre a força que ele representava para o fim do capitalismo e do Estado, fez com que os militantes dessem mais atenção também a como o operário, constituído em grupo oprimido nas relações de trabalho, poderia ele mesmo dar conta de reverter sua situação dando início a um processo de transformação social. Assim, a ação direta foi teorizada como tática e conectada ao movimento operário pelos anarquistas como o sindicalismo revolucionário. Sobre o caráter dos anarquistas, e principalmente Bakunin e os franceses, terem dado início a esse processo, ver: DARLINGTON, Ralph. Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain. University of Salford. *Anarchist Studies*, 17 (2), 2009, p. 29-54. LEVAL, Gaston. *Bakounine, fondateur du syndicalisme révolutionnaire*. Disponível em: <<http://monde-nouveau.net/spip.php?article3>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

²¹⁴ DAMIRO, José. *Mikhail Bakunin e a educação na AIT: notas sobre a instrução integral*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/4/artigo_eixo4_298_141082_5000.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

²¹⁵ 12/5/1917, ano III, n. 47.

²¹⁶ A *Plebe*, ano I, 30/7/1917, n. 4.

No complexo contexto da tentativa de nova intensificação da mobilização e organização do movimento de 1917 (BATALHA, 2000, pp. 40-51), que em quase nada deu aspectos de ter sido espontâneo²¹⁷, já que, pelos jornais e bibliografia, é possível reconhecer as articulações realizadas entre militantes anarquistas, sindicalistas revolucionários e socialistas. Maria Antonia foi umas das propagandistas da ação direta naquele momento, incitando à mobilização trabalhadores e trabalhadoras por meio da Greve Geral²¹⁸. Também ligada a outras organizações operárias, como a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que iria filiar-se à Confederação Operária Brasileira, Maria Antonia apoiou a luta reivindicativa de suas companheiras do Cotonifício Crespi, fábrica onde o operariado, com o abuso das práticas da ação direta, reacendeu a faísca que se viu acesa com diversas mobilizações de diferentes categorias no Brasil, “bem como de grandes cidades de diversas partes do mundo” (FRACCARO, 2016, p. 37; DULLES, 1977, p. 49-53). Vale também dizer que a movimentação dessa militante na organização da agitação social havia sido manifestada no começo do ano de 1917, com o Comitê Popular de Agitação formado em março em proteção às crianças operárias²¹⁹ e exploradas como os adultos pelo capitalismo (VALADÃO; LOPREATO, 2008, p. 15).

A participação feminina no movimento operário brasileiro, de forma localizada, está atestada por Paula Beiguelman (1981), Luigi Biondi (2011) e Glaucia Fraccaro (2016). Por meio desses e outros trabalhos, é expressivo o reconhecimento do papel da mulher na mobilização da ação direta e a maneira em particular com que podiam mobilizá-la devido a sua condição de mulher. As mobilizações em decorrência dos abusos realizados pelos mestres ou contramestres, no caso das moças, poderiam ter o adendo do abuso sexual que surgia nas pautas de reivindicação como pedido de respeito e próximo de questões morais. Desse modo, para as mulheres, a ação direta, quando mobilizada, teve chances de encontrar uma realidade muito particular à condição

²¹⁷ Luigi Biondi demonstra perfeitamente que até a apresentação da característica espontânea do movimento, quando expressada a partir da própria fala da militante trabalhadora às autoridades policiais, tem aspecto de algo previamente programado entre o movimento, pois isso não foi uma prática somente exercida por Maria Antonia. Vejamos: “... planejou uma linha de conduta que, negando a versão dos dirigentes e da polícia, tentou mostrar como o movimento era totalmente espontâneo e desligado de qualquer premeditação. Essa consideração surge quando pensamos na resposta defensiva de Antonia Soares às perseguições da polícia, ao declarar que a greve era espontânea e que ela não tinha nenhuma relação com os acontecimentos, quando sabemos que ela tinha participado como oradora na manifestação de maio de 1917, incitando à greve geral, e era secretária da Liga Operária.” (2011, p. 340)

²¹⁸ *Guerra Sociale*, 19/5/1917, ano III, n. 48.

²¹⁹ *Guerra Sociale*, 10/4/1917, ano III, n. 45, suplemento.

feminina por esse caminho. Para elas, “reivindicar respeito, bem poderia ser uma referência a abusos sexuais cometidos por feitores e capatazes, tinha mais valor e estava mais ligado à experiência de classe das mulheres” (FRACCARO, 2016, p. 45). Então, entre os primeiros vinte anos do século XX, as mulheres davam também o seu sentido à luta operária por onde se fizeram presentes em greves, boicotes, sabotagens etc. Como podemos ver:

As operárias do Cotonifício Crespi paralisaram a fábrica por não terem sido ainda readmitido o ‘pessoal feminino’ que havia participado do movimento de junho de 1917. Elas mesmas se dirigiram à delegacia do Brás para informar o ocorrido e pedir ainda autorização para uma reunião na Liga da Mooca, que não foi consentida. A comissão, composta por homens e mulheres foi, em seguida, detida pelo delegado. Penélope Bernardini, empregada na Companhia Fábrica de Tecidos, compunha o grupo mesmo não sendo trabalhadora de Crespi e acompanhava atentamente o desenrolar das questões operárias (FRACCARO, 2016, p. 42-43).

Nesse mesmo contexto de greve que envolvia a Liga da Mooca, as companheiras da Liga Operária do Belenzinho, que agregava as operárias das indústrias Matarazzo, também vinham compondo a luta.

A manhã de 17 de outubro de 1917 nasceu com uma paralisação numa das fábricas de Matarazzo, a Mariângela. A notícia veiculada informava que as operárias do ramo têxtil reivindicavam aumento de 20% dos salários em atitude pacífica.

[...]. No mesmo ano, a fábrica Mariângela voltou a paralisar. Dessa vez, queixavam-se do mestre de oficinas que, de acordo com as mais de mil mulheres em piquete, ‘as desrespeita até na hora do serviço’, tendo ele perdido ‘a devida compostura’. Diante da recusa do gerente em demitir o capataz, as operárias mantiveram o protesto até a chegada do delegado, que mandou a cavalaria para a frente da fábrica (FRACCARO, 2016, p. 41-42).

Como já ilustrado, a participação das mulheres na organização e mobilização é anterior ao ano de 1917²²⁰. Também devemos captar a atuação delas até antes de 1906, para compreendermos que a dimensão de sua presença entre o operariado no Brasil está dentro do período em que as mobilizações por meio da ação direta não eram destaques das organizações operárias. Conforme aponta Beiguelman:

²²⁰ Além do que já foi aqui feito em referência à participação das mulheres no movimento operário brasileiro, vale dizer que o jornal *A Terra Livre* (SP) dava informações a respeito da associação das costureiras. 6/1/1907, ano II, n. 24.

Em outubro de 1902, as operárias da fábrica de tecidos Anhaia, no Bom Retiro, declaram-se em greve em protesto contra os maus tratos do mestre de teares, cujas arbitrariedades haviam culminando com a expulsão da jovem Emma Sartorelli, de 17 anos de idade, e com 3 anos de serviço na fábrica.

Reunidas num teatrinho da Rua dos Imigrantes, a sob a presidência de Alcestre de Ambrys, constituem uma comissão de companheiras, sendo designados os Srs. Ascendino Reis e Alcebiades Bertolotti, do Avanti, para solicitar junto à empresa a exclusão do mestre dos teares e a readmissão da operária despedida (1981, p. 26-27).²²¹

Esse episódio de ação feminina naquele outubro não foi fato isolado de outros em que elas empunharam a ação direta e protagonizaram os acontecimentos de sua história no movimento operário na escala local e mundial. As operárias no Brasil reivindicavam suas pautas particulares como também aquelas de caráter econômicos tão comuns para o movimento que era transnacional. No começo do século XX, as trabalhadoras na Primeira República buscavam com a ação direta resolver proteger seu salário tanto pelo pedido de aumento ou colocando-se contra as multas que implicavam na sua redução. Foi o caso dos “boatos da greve” na fábrica de tecido Sant’ Anna, onde as operárias do bairro do Brás manifestaram serem contra a multa por abstenção do dia de trabalho, neste caso, a multa foi retirada e as operárias saíram vitoriosas (BEIGUELMAN, 1981, p. 28).

Há uma questão envolta nesses acontecimentos, entre a abertura do século XX e o final de sua segunda década, que é o nível de organização operária. Os desdobramentos dados pelas mulheres operárias e seus companheiros homens entre 1917 e 1920 acompanhou um perfil de organização que havia sido tentado em 1906 e entre 1912 a 1914. Os quase 400 trabalhadores e trabalhadoras do setor têxtil do Cotonifício Crespi, quando entraram em greve em junho de 1917 participando de um processo relacional, do qual eram influenciados e influenciavam, estavam fazendo a história de um dos maiores movimentos populares da história do Brasil. Enquanto que, no começo do século, o que vemos é o brotar de parte do que se conseguiu atingir ao final da década de 1920.

²²¹ *Amigo do Povo* (SP) 22/11/1902, ano I, n. 16, relatou que elas voltaram à greve porque as “insolências” voltaram.

Apontar para essa afirmativa significa dizer que vemos o estourar dos acontecimentos do Brasil e do mundo dentro de uma compreensão de movimento cumulativo, ou seja, lutas constituídas anteriormente de maneira ponderada foram importantes para o que o mundo presenciou a partir das mobilizações operárias entre 1917 e 1920. No que tange ao Brasil, principalmente, e em diálogo com a produção historiográfica sobre o movimento operário da Primeira República, nossa crítica é de que o movimento operário apoiado por libertários, sindicalistas revolucionários e socialistas nesse momento mobilizavam as práticas da ação direta de forma articulada e organizada.

Bem elucidado está por Biondi, em *Classe e nação*, a existência da mulher na fábrica Crespi (2011, p. 323), mesmo trabalho no qual ele apresenta como a historiografia vem refletindo sobre o caráter espontâneo ou não do movimento operário, tendo como ponto para refletir a paralisação no setor têxtil de uma das fábricas Crespi (2011, p. 315-326), e daí por diante. Encarregar-se do trabalho de propaganda realizado pelos militantes envolvidos com o movimento operário é fundamental para ponderarmos os caminhos que a ação direta foi tomando no país, pois as greves da Primeira República já eram visíveis antes da virada do século e algumas associações entre o operariado igualmente eram presentes, como as sociedades de mútuo socorro, mas o advento da formulação teórica das táticas de luta operária contra o capitalismo e o Estado constituída pela ideia da ação direta trouxe um elemento novo – revolucionário e político – discutido por anarquistas e socialistas e, na sequência, por sindicalistas revolucionários. No Brasil, conforme o operariado desenvolveu-se no aumento do seu volume e o pensamento libertário cruzava fronteiras, a perspectiva de organização operária no uso da greve, do boicote e da sabotagem tomou espaço desde o final do século XIX, e veio orientando e cativando parte significativa dos trabalhadores mobilizados, porém o ponto é balancear a que nível isso ocorreu sem subestimar os militantes nem desvalorizar a capacidade dos trabalhadores em definir os rumos do que queriam tomar.

Esse espaço ocupado por essas ideias apresenta limites dentro do movimento no Brasil, entretanto não perde seu valor como constituinte do movimento de 1917, mesmo tendo que o envolvimento entre o que os militantes tentavam propor ao operariado para o que esses últimos queriam e seriam animados a mobilizar-se não seria digno deixar de

lado, essa questão dentro de uma reflexão sobre como a ação direta foi mobilizada no contexto de formação do operariado brasileiro, que passa pela relação desses dois grupos cujos membros transitam dos dois lados. Campos (1988) e Lopreato (1996) escreveram a história do movimento operário e do movimento anarquista vista a partir de uma relação que fez parte de como as ações estavam sendo organizadas com o papel de ambos os lados, entre militantes e trabalhadores. Como assinalado por Biondi: “Na linha traçada pelo trabalho de Cristina Hebling Campos (1988), Christina Lopreato define a greve geral de 1917 como anarquista, após uma análise de seu desenvolvimento e de suas características e finalidades” (2011, p. 318). Acreditamos que a relação entre militantes libertários e trabalhadores não chega ao ponto de fazer sentido em dizer que aquelas greves de 1917 eram anarquistas, mas sugerimos que podem ser caracterizadas como greves operárias, devido ao conteúdo de suas reivindicações, que, ao que parece, foi o que realmente deu margem para o estabelecimento de laços entre o operariado e fez com que ele entrasse no campo de batalha; a greve geral expropriadora e as outras ações que deveriam seguir em paralelo ainda era discussão que aparentemente merecia ser mais bem aproximada dos ideais dos trabalhadores. Contudo, no aspecto organizativo e de ação, a mobilização foi respaldada pelo pensamento teórico libertário e sindical revolucionário, que teve na retaguarda os socialistas que, como em 1907, reconheceram o papel da greve geral/ação direta na luta operária, e esses fatores não devem passar despercebidos.

As tensões existentes e os objetivos talvez particulares podem ter dificultado os caminhos para traçar um movimento mais coeso e estável. Essa fragilidade na formação de laços entre trabalhadores e as associações foi apontado por Maram (1979) a partir do caráter de os próprios militantes libertários não serem favoráveis às organizações operárias estáveis ou definidas. Ao que tudo indica, o que devemos refletir é sobre os debates estabelecidos entre organizacionistas e antiorganizacionistas no que tange à organização operária. Pois o receio para os antiorganizacionistas era de se criar estruturas operárias que se assemelhavam com as instituições do mundo burguês. Outro cuidado necessário em relação a esse assunto é o de que esses militantes pensavam na mobilização operária com vistas para a transformação social, e que para a sua realidade tornar-se um fato não haveria um caminho predestinado.

3.5 Operárias internacionais

Vemos que não houve grande dificuldade por parte dos militantes em unir aquilo que os trabalhadores já faziam como forma de luta nas relações de trabalho – a greve, o boicote e a sabotagem – com as formulações teóricas, como no caso das greves parciais e gerais – que seriam um dos caminhos para revolução social (LOPREATO, 1996, p. 7-19; HOBBSAWM, 2000, p. 227-228), fator que provocou nos militantes vasta inquietação, visto que objetivo era fazer de todas essas ações algo sem fronteiras. A apatia operária pareceu não fazer sentido aos militantes, já que as condições de trabalho davam todas as justificativas para que os trabalhadores se mobilizassem por melhores condições²²². Por outro lado, de acordo com o quanto foi feito de transformação social pelo movimento operário internacional com o uso das teorias libertária e socialista até o final da década de 1920, parece que os resultados, de modo geral, não atingiram as expectativas que os militantes queriam, com exceção da atuação dos trabalhadores no processo revolucionário russo, em que as ideias anarquistas e socialistas se misturaram, em nenhum outro lugar os trabalhadores realizaram tal feito. Entretanto, as mobilizações não deixaram de acontecer, demonstrando como o movimento operário estava em ação em amplitude internacional.

Nesse panorama de agitação operária internacional, a ação direta foi um dos elos do transnacionalismo entre as determinações comuns a todo o movimento. Nesse ambiente, a greve geral era uma das principais armas que, em qualquer lugar, deveria ser privilegiada pelos trabalhadores na luta econômica e política. Essa ideia foi transmitida e aceita por grande parte do movimento operário internacional, contudo sua aceitação não seguiu um padrão definido e atendeu às especificidades locais.

As mulheres operárias pelo mundo também seguiram na mobilização operária empenhadas com as táticas estabelecidas nos congressos e nas associações dos trabalhadores. Sabe-se, pelo periódico *A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro, que, no mundo ibérico próximo do fim do ano de 1913, uma greve com três mil mulheres apanhadoras de laranja arrebentou devido à reivindicação por melhor salário e redução

²²² *A Lucta Proletaria* (SP), 22/2/1908, ano III, n. 6, testemunhava, em Tocantins, a realidade de más condições dos operários daquela região que foram criticados por sua apatia. *La Battaglia* (SP) 30/1/1910, ano VI, n. 247, veio com uma notícia sobre o operariado em Itu, no estado de São Paulo, que estava em concordância com a linha crítica do jornal *A Lucta Proletaria*.

da jornada de trabalho. Esse movimento grevista ocorreu em Castellón, na Espanha²²³. Direto de Lisboa, em Portugal, é o periódico luso *Terra Livre*²²⁴, que tinha como diretor Pinto Quantim e como editor Jaime Castro, que deu uma dimensão do movimento transnacional de práticas comuns informando que, nos Estados Unidos, as costureiras nova-iorquinas entraram em greve para defender o direito de *picketing* “(o de fazer piquete ante as oficinas para impedir as traições)”; outro grupo em greve era das mulheres do setor têxtil em Little Falls. De acordo com o jornal, nem o fato de quase todo o grupo grevista ser formado por mulheres impediu a violência policial²²⁵. Como no Brasil, internacionalmente eram as mulheres componentes das agitações que envolviam práticas de ação direta.

3.6 As Resoluções selando o acordo operário pela ação direta

Antes de observarmos a mobilização das práticas da ação direta em uma perspectiva mundial, convém buscarmos outras dimensões de como ela foi presente no contexto internacional. A circulação da ação direta, igualmente no Brasil, pode ser sentida com base nas resoluções de congresso, nos estatutos das diretrizes das organizações operárias ou em materiais impressos que fizeram parte do ambiente operário com o fim de orientá-lo e estabelecer as bases do movimento, por fim, nos próprios militantes. Perscrutar os caminhos que a ação direta percorreu além do contexto brasileiro será valioso para tentarmos chegar a alguma compreensão das particularidades nesse contexto mais amplo, e do mesmo modo captar o que pode ter havido em comum ao redor do mundo quando a ação direta foi mobilizada. Não esperamos constituir nossa análise com o uso da história comparada, mas consideramos que ela pode ter um terreno fértil se bem trabalhada; de nossa parte, a tentativa é reconhecer a circulação do objeto analisado no período determinado para estudo.

²²³ 15/12/1913, ano VI, n. 45.

²²⁴ Alguns números desse periódico foram consultados por meio do site do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP/UNESP) a partir da coleção *Canto Libertário*. Os periódicos digitalizados estão disponíveis para acesso na Biblioteca Digital da Unesp.

²²⁵ Lisboa, 20/2/1913, ano I, n. 2.

Como é sabido, a AIT²²⁶ foi um marco dentro na organização operária tentando articulá-la por meio dos congressos e das informações das seções locais e nacionais ao Conselho Geral (GUALTIERO, 2016, pp. 19-185, ENCKELL, 2004, pp. 35-44). Os debates e deliberações (sobre autonomia das sociedades operárias²²⁷, a redução da jornada de trabalho, a extinção e defesa do salário²²⁸ e as greves²²⁹) dos congressos iam dando o mote para um movimento operário que considerasse as fronteiras nacionais. E, passo a passo, as teorias e práticas da ação direta eram desenvolvidas conforme estavam sendo elaboradas internacionalmente e indo à discussão no âmbito nacional e local desse grande movimento.

Os jornais libertários e operários são capazes de nos agraciar com informações de congressos operários, ocorridos dentro do período das duas primeiras décadas do XX, onde a ação direta tinha atuação bem oposta à de um coadjuvante. É evidente que o fato de a ação direta ter ocupado espaço nesses ambientes não significa que ela foi aceita por todos operários de determinada região e nem que aqueles que a aceitaram a mobilizaram dentro do que passou a ser pensado por Pelloutier quando ele muda sua concepção sobre a greve geral²³⁰, pois, “rompendo com o socialismo, Pelloutier redefiniu seu conceito de greve geral: deixou de considerá-la como um movimento pacífico e legal e deu-lhe um caráter revolucionário” (LOPREATO, 1996, p. 10). Com isso, podemos sentir como essa prática foi sendo transformada de acordo com as dinâmicas da realidade vivida.

²²⁶ O primeiro congresso da AIT coube a um período iniciado em 1862, quando trabalhadores franceses estabeleceram contato direto com membros das *trade-unions* inglesas.

²²⁷ Tema discutido no Congresso de Genebra entre os dias 3 e 8 de setembro de 1866.

²²⁸ Tema discutido no Congresso de Lausanne entre os dias 2 e 7 de setembro de 1867. A extinção do salário, pelo apurado, pelo menos no Brasil, não fez parte da realidade de reivindicações dos operários. As greves, quando levantadas pela questão salarial, eram em sua defesa ou pelo seu aumento.

²²⁹ Tema discutido no Congresso de Bruxelas entre os dias 6 e 13 de setembro de 1868.

²³⁰ O jornal *Voz do Povo*, ligado à Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado Geral, em 05 de julho de 1920, no número 147, ano I, ao trazer uma notícia sobre o conflito anglo-irlandês escrito por Augustin Hamon, ele demonstra, de modo pessoal, que a greve geral foi transmitida ao movimento operário. “E’ mais uma confirmação, pelo facto, das teorias que Fernand Pelloutier e eu expusemos há 28 annos, theorias que levaram Pelloutier a propagar no mundo operário a idéa da grêve geral pela voz de Aristide Briand.” A greve geral realizada pelos operários na Irlanda terminou vitoriosa aos operários que reivindicavam e liberdade de três presos.

Em 9 de julho de 1904, o jornal *Amigo do Povo*²³¹ informou a respeito da determinação pela greve geral no congresso antimilitarista em Amsterdã. A ação deveria contar com o intermédio da AIT antimilitarista e dos sindicatos organizados. O periódico, em 8 de novembro de 1902²³², relatava que ocorreu um congresso em Montpellier e, entre as diversas discussões, debateu-se sobre a greve geral, o reformismo ou revolução e a via parlamentar. No congresso na capital da Holanda, que teve característica internacional em comparação ao ocorrido na região francesa com caráter regional, vemos que a prática da ação direta era parte da realidade naquele momento.

No Brasil, o *Guerra Sociale* publicou, em 1917, *As Bases do Accordo da Federação Operaria*²³³ que na parte da orientação expunha o seguinte:

Federação Operaria de São Paulo, tendo por base a independência do associado no sindicato e a autonomia desse no seu seio, assim como na sua Confederação Operaria Brasileira, servir-se-á unicamente, para o trabalho de propaganda e educação dos trabalhadores e a sua luta contra o capitalismo, por meios próprios de ação directa, taes como a greve parcial e geral, a boicotagem, a sabotagem, o label, a manifestação publica, etc. variáveis segundo as circunstancias de lograr e de momento.²³⁴

Como o próprio nome sugere, esse acordo foi estabelecido entre o conjunto do operariado, que definiu as práticas de modo amplo e variável de acordo o momento posto. Na data de 20 de setembro de 1916, como tratava o mesmo jornal, na Itália, o Conselho Geral da União Sindical Italiana (USI) havia promovido um postulado, *Per la nuova Internazionale*, que discutia ideias sobre a forma da atitude própria de auxílio internacional operário. Em um dos pontos, tinha-se: “Isso trará à classe trabalhadora nos sindicatos uma iniciativa de ação direta diante da política estatal”²³⁵. Nesse mesmo ano de 1916, na Itália, foi realizado o Congresso Anarquista Italiano, que, na discussão sobre o movimento operário, decidiu em favor da ação anarquista dentro do movimento

²³¹ Ano III, n. 57.

²³² Ano I, n. 15.

²³³ *Ibidem*, n. 57.

²³⁴ *Ibidem*.

²³⁵ *Guerra Sociale* (SP), 20/9/1916, ano II, n. 28. “Avocherà alla classe operaia nel Sindacati tutta iniziativa d'azione diretta di fronte alla politica statale”.

com apoio à ação direta aprovada na luta pela USI²³⁶. Percebe-se que houve uma comunicação entre esses dois congressos ocorridos na Itália.

Até regiões onde as associações sindicais não lograram tanto sucesso devido à presença dos partidos políticos, como a Boêmia (HOBSEAWM, 2000, p. 226), que deliberou pela ação direta, o caso da Boêmia é evidenciado no periódico *A Lucta Prolectaria*.

Num congresso realizado pela <Ceska Federace Vsech Otvoru> - Federação de todos os ofícios da Boêmia, esta deliberou:

[...]. Os grupos da C. F. V. O. são entre si completamente autonomos, e têm quotização especiais para ajitação, aussilio de viagem, criação de bibliotecas, etc. São ali adotados todos os métodos de ação directa contra o capital, o estado, a igreja.²³⁷

Não deixamos de ter em mente que muitos desses documentos tinham muito mais a participação daqueles que também eram militantes, mas essas organizações que deliberavam tais determinações de alguma forma expressavam realmente as ideias de parte do movimento operário. Assim, a ação direta foi circulando por diversas regiões do mundo, a partir das resoluções obtidas após as reuniões operárias, e sendo mobilizada por uma grande massa de trabalhadores. O Brasil, um país de tamanho continental, viu a ação direta ser aceita no campo organizacional e de luta, na região Norte do país, precisamente em Manaus, no Amazonas, por meio das *Bazes de acordo social do Sindicato dos Trabalhadores de Gráficos*. As “Disposições gerais” diziam:

11. O Sindicato aceita a ação diréta, procurando resolver todas as questões dos sindicatos, ou da classe diretamente como os interesses; não tem procuradores nem admite a intervenção de estranhos nos seus negocios internos.

12. O Sindicato aceita a greve como parcial ou jegal como único meio de melhor fazer vencer as suas reclamações.²³⁸

²³⁶ *Guerra Sociale* (SP), 30/9/1916, ano II, n. 29.

²³⁷ 11/4/1908, ano III, n. 13. Foi possível recolher mais notícias sobre greves e que demonstravam a presença dos libertários apoiadores da ação direta nessa região onde o movimento foi considerado por Hobsbawm pouco propício ao aceite das teorias ou práticas revolucionárias. *A Lucta Prolectaria* 14/3/1908, ano III, n. 13; *Guerra Sociale* (SP), 30/7/1917, ano III, n. 53.

²³⁸ *Voz do Trabalhador* (RJ) 20/8/1914, ano VII, n. 61. Dentro do contexto nacional, essa articulação do movimento, de modo semelhante como aconteceu com as resoluções dos congressos discutidos no capítulo anterior, pode ser vista na base do acordo União Geral do Trabalho, fundada em São Paulo, no dia 8 de novembro de 1914, na sede da União dos Canteiros. Sobre isso, ver em *La Propaganda Libertaria* (SP), de 21 de novembro de 1914, ano II, n. 18.

Em uma análise rápida, podemos perceber como o papel da autonomia era importante na organização operária, e por isso esses documentos enfatizavam esse caráter. Também é possível notar que o que essas instituições operárias estavam trabalhando era parte das ideias construídas dentro da AIT e deveriam orientar o movimento. Por esse olhar por cima de algumas resoluções, podemos notar em que aspecto transnacional a ação direta foi desenvolvida.

3.7 *Action directe, Azione Diretta, Direct Action...: an international presence: ação direta cruzando fronteiras*

A circulação das práticas da ação direta dentro do movimento transnacional é possível de ser notada por causa da rede de comunicação estabelecida entre os jornais libertários, operários e socialistas e a articulação entre as associações dos trabalhadores. Os rumos dados à ação direta pelo operariado dependeram em parte dos vínculos políticos que ele possuía a partir da orientação política da associação operária ou pelas próprias aspirações proletárias. Nos Estados Unidos, por exemplo, as greves ocorridas com apoio de algumas das trade-unions e daquela que se tornou a principal organização operária do país, a Industrial Workers of the World (IWW), não tinham a perspectiva revolucionária, mesmo que adeptas do sindicalismo revolucionário de ação direta; esse modelo sindical tinha sua semelhança com as organizações inglesas (ALVES, 2002). Ao se declararem em greve, parte dos operários nessas regiões tinham muito mais foco na luta econômica e por melhores condições na vida dos operários do que na política, o que lhes davam brechas para receberem críticas de movimentos mais radicais. Isso nos mostra como as greves parciais ou gerais eram pensadas de forma diferente no contexto transnacional, embora elas fossem uma determinação geral entre os grupos que defendiam a ação autônoma do operariado.

Contudo, o papel das uniões e ações operárias nos Estados Unidos foram altamente qualificadas entre 1880 e 1890 para o estabelecimento da mobilização proletária por meio da ação direta, como demonstrado pelo jornal *A Lucta Proletaria*. O artigo denominado *O trade-unionismo norte-americano*²³⁹, sob assinatura de A. Bruckère, aborda, de modo crítico, o papel da trade-union adotada na Inglaterra pelos operários país do norte-americano. Para o autor, esse tipo de organização estadunidense,

²³⁹ O artigo foi publicado nos seguintes números: 22/2/1908, ano III, n. 6 e 29/2/1908, ano III, n. 7.

diferentemente das organizações na Europa, não tinha vínculos com o comunismo, e o operariado do país pouco tinha de consciência de classe, que era manifestada na impossibilidade de ganhos individuais. Apesar da crítica feita no artigo ao movimento operário nos Estados Unidos, devido a sua aliança com as trade-unions, paralelamente é evidenciado no histórico de mobilização dos trabalhadores naquele país que houve momentos em que “o proletariado norte-americano não se atolou logo nesse absurdo trade-unionismo”²⁴⁰.

Nesse ponto foi creditado ao operariado norte-americano a originalidade da reivindicação pelas oito horas de trabalho e pelo 1º de Maio, “que o Congresso de Paris, de 1889, importou para Europa”²⁴¹. Conforme afirma o autor: “Foi o congresso operário norte-americano de 1884 o primeiro que preconizou a conquista das 8 Horas no primeiro de Maio de 1886 pela acção directa”²⁴². E vinte anos depois, em Bourges, a resolução do congresso operário francês “foi a cópia d’aquela”²⁴³. Após Bruckère concluir que a ação direta é indistinta do movimento operário dos Estados Unidos, e dá indícios de que o sindicalismo revolucionário começava a superar as trade-unions, a IWW seria o maior expoente do sindicalismo revolucionário norte-americano²⁴⁴. A nova peculiaridade era que “os sindicalistas revolucionários norte-americanos chamam-se *industrialistas*, porque substituem os sindicatos de *ofício*, assentes sobre o egoísmo comparativo, por sindicatos de *industria* baseado na luta de classe”²⁴⁵.

Pelo histórico de relações entre militantes com seu pensamento político e o operariado, que acreditamos, as regiões onde eram mais provável encontrar as práticas da ação direta ligadas à perspectiva revolucionária de fato, sempre lembrando que essa perspectiva poderia ser mais algo dentro da expectativa militante do que pelo o que realmente buscaram os trabalhadores e as trabalhadoras, foram França, Itália, Espanha, Suíça, Portugal e alguns países da América (NETTLAU, 2014; ALVES, 2002). Pensamos que a geografia para tal é mais variada, entretanto essas regiões constituem particularidades as quais permitem reconhecermos o que diz.

²⁴⁰ *Ibidem*, n. 6.

²⁴¹ *Ibidem*, n. 6.

²⁴² *Ibidem*, n. 6.

²⁴³ *Ibidem*, n. 6.

²⁴⁴ *Ibidem*, n. 7.

²⁴⁵ *Ibidem*, n. 7.

A mobilização da ação direta nesse escopo geográfico, que “não dá atenção a nacionalidade”, teve como base o elemento comum a todas as regiões: a relação entre intelectuais, militantes trabalhadores e operariado. A maneira como a ação direta foi mobilizada no mundo resultou do amálgama que combinou os pensamentos e as ações desses grupos sociais escamoteáveis entre si. No espaço transnacional dos movimentos aos quais a ação direta esteve introduzida, vemos, por meio dos impressos, suas práticas nos quatro cantos do mundo operário. E percebemos como essas práticas não foram necessariamente desencadeadas na França, como mostrou o artigo sobre a *trade-union*, para onde os trabalhos historiográficos apontam como o país onde emergiu a teoria da ação direta, com Pelloutier e Pouget²⁴⁶.

A sabotagem e o boicote que formaram as outras práticas da ação direta que também fizeram parte do repertório de ação dos trabalhadores brasileiros, como apontado nas páginas nos jornais. Para Pouget, a sabotagem, em principal, era uma forma de luta existente entre os trabalhadores ingleses na qual o anarquista francês e outros anarquistas dentro do movimento sindical revolucionário trouxeram para dentro do conjunto de práticas combativas da ação direta entre 1896 e 1897.

O congresso da CGT de Toulouse, de 20 a 25 de setembro de 1897, deu naquela ocasião a oportunidade de Émile Pouget para fazer um respingo no movimento operário. Desde o início de 1896, o jornal *Le Père Peinard* defendeu duas ideias trazidas da Inglaterra: o boicote e o “go canny” Pouget que traduziu em “sabotagem” [sic]. Émile Pouget foi delegado ao Congresso pela união dos costureiros de sapateiros a mão de Paris, a federação de sindicatos de Viena e por intercâmbio da Bolsa de Trabalho de Amiens.

Anarquistas presentes no congresso, Pierre Narcisse, Rémy Thierrart, Bernadac, Paul Delesalle e Émile Pouget estavam inscritos em bloco na comissão para andar sobre o chão do boicote e da sabotagem, que compreende metade de seus membros. A comissão deu à luz um relatório - elaborado, provavelmente com antecedência pelo Pouget - que foi aprovada por unanimidade pelo Congresso. A palavra “sabotagem” neste sentido, entrou no Larousse alguns anos mais tarde.²⁴⁷

²⁴⁶ Toledo (2004) indica que Pouget foi a referência na teoria da ação direta; por seu turno, Lopreato (1996) coloca Pelloutier em destaque desde 1891 na reflexão que liga a greve geral à ação direta. De qualquer modo, o relevante é compreender que ambos fazem parte do mesmo grupo que deu forma ao que já vinha sendo refletido desde a década de 1860.

²⁴⁷ Disponível em: <http://maitron-en-ligne.univ-paris1.fr/spip.php?article155495&id_mot=28>. Acesso em: 30 out. 2016.

Em 1897, Pouget escreveu o texto intitulado *A sabotagem*, em que ele expressa a relação histórica do termo com a prática e sua origem teórica inglesa. Notemos isso por meio de suas palavras: “na sua atual formulação teórica, é uma importação inglesa”²⁴⁸; ele a define como “fórmula de *combate social* que recebeu batismo sindical no Congresso da Confederação de Toulouse, em 1897”²⁴⁹. Os escritos de Pouget sobre as práticas ação direta começaram a ser publicados no pequeno folheto *Le Père Peinard*, que teve sua primeira edição lançada em 24 de fevereiro de 1889 e era uma “publicação defensora da propaganda pelo ato”²⁵⁰.

A importação teórica a qual Pouget²⁵¹ faz menção remete a aspectos da característica internacional da ação direta que é fruto de práticas já existentes entre os trabalhadores, que, com as formulações dos militantes anarquistas, passaram para o âmbito da radicalidade no que diz respeito às mobilizações dos trabalhadores que não focavam somente em conquistas imediatas. O boicote e a sabotagem são interessantes porque são práticas que podem ser ampliadas dentro da família operária. A amplitude do boicote foi relatada por Cleyre, quando ela disse que ele foi uma ação praticada também entre as donas de casa de Nova York²⁵². Isso demonstra que o operariado tinha força de

“Le congrès confédéral CGT de Toulouse, du 20 au 25 septembre 1897, donna l’occasion à Émile Pouget de faire une entrée remarquée dans le mouvement syndical. Depuis le début de 1896, *Le Père Peinard* défendait deux idées ramenées d’Angleterre : le boycottage et le « *go canny* » que Pouget traduisait par « sabottage » [sic]. Émile Pouget fut délégué au congrès par le syndicat des cordonniers cousu main de Paris, la fédération des syndicats de Vienne et la bourse du travail d’Amiens.

Les anarchistes présents au congrès, [Pierre Narcisse](#), [Rémy Thierrart](#), [Bernadac](#), [Paul Delesalle](#) et Émile Pouget s’inscrivirent en bloc dans la commission qui devait plancher sur le boycottage et le sabotage, composant la moitié de ses membres. Le commission accoucha d’un rapport – rédigé, probablement à l’avance, par Pouget – qui fut approuvé à l’unanimité par le congrès. Le mot « sabotage », dans cette acception, entra au *Larousse* quelques années plus tard.”

²⁴⁸ POUGET, Émile. Disponível em:

<<http://www.cntgaliza.org/files/emile%20pouget%20a%20sabotagem%20web.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2016.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ Lembramos que a Inglaterra recebeu diversos militantes de outras nacionalidades que viveram em exílio, fato esse determinado pela repressão que facilitou o contato direto de militantes com experiências de trabalhadores em nacionalidades oposta à sua. Malatesta e Pouget, ambos extremamente significativos na teorização da ação direta viveram o tormento do exílio. Ver: BATMAN, Constance. *Internacionalism without na International? Cross-Channel Anarchist Networks, 1880-1914. Revue belg de philologie et d’histoire*. Tome 84 fasc. 4, 2006. *Histoire medievale, modern et contemporaine Mitteleeuwse. moderne en hedendaagse geschiedenis*. pp. 961-981.

²⁵² CLEYRE, Voltairine de. *Ação direta*. Disponível em:

<https://facadaleitemoca.files.wordpress.com/2015/11/acao_direta_voltairine_de_cleyre.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

combate dentro e fora das fábricas, que era estendida pela adesão da família à determinada prática contra os industriais. Partindo das palavras de Ferreira, o boicote era o “não-consumo de determinada mercadoria geralmente, quando a empresa responsável por tal produto encontrava-se em litígio com os seus operários” (1978, p. 106).

A ação direta instituída pelos anarquistas ligados ao sindicalismo revolucionário trouxe aos operários uma alternativa prática no âmbito econômico e político, contudo, é difícil mensurar em níveis particulares como suas práticas foram acolhidas pelos trabalhadores e suas famílias que compunham a mobilização operária mundial entre 1906 e 1919. Pelo que aponta Pouget em *A sabotagem*, a prática da sabotagem não foi facilmente aceita por todos os trabalhadores franceses, muito embora isso não signifique que ela não foi praticada. A ação direta também foi motivo de confusões entre os próprios anarquistas, aventam Woodcock (1981) e Walter (1968).

Dessa forma, a propaganda em relação ao princípio da ação direta deveria ser sempre realizada de maneira positiva, de modo que fosse possível mostrar ao trabalhador os benefícios que ela poderia trazer para sua vida no curto e longo prazo. Na França, foram os anarquistas e sindicalistas revolucionários que estiveram encarregados de mostrar ao operariado o que seria possível de conquistar tendo nas mãos a tática, e dentro da dinâmica no país a ação direta foi adentrando o movimento operário francês²⁵³. Com isso, em grande parte dos instantes que a ação direta foi mobilizada pelo movimento operário francês, foram essas correntes políticas que tiveram mais destaque ao lado dele. Os militantes franceses, diferentemente de outras regiões, como Espanha, Itália e Suíça, não teve a influência direta de Bakunin na formação teórica do movimento operário e sindical. A realidade dos militantes trabalhadores franceses – e entre socialistas –, desiludidos com a falta de eficiência do socialismo para promover soluções rápidas e significativas na vida dos trabalhadores e na sociedade, levou à formulação do sindicalismo revolucionário dedicado com as questões da vida e condição operária (LOPREATO, 1996; PERE, 1991). Uma das principais características do sindicalismo revolucionário, além da ação direta no aspecto político, foi seu discurso

²⁵³ Porém, os anarquistas franceses também tinham suas reticências quanto ao papel do sindicato a partir do ponto em que ele tinha a influência dos políticos socialistas que, por sua posição política, poderiam reduzir a função e atuação dessas organizações. Por isso, na França, parte dos anarquistas sentiram a necessidade de trabalhar sua propaganda no ambiente interno do sindicato, a ação sentida na sequência pelos socialistas. Ver: *Amigo do Povo* (SP), 16/5/1903, ano II, n. 26.

de neutralidade política que, de forma virtual, tentou congregar as diferentes opiniões políticas entre os trabalhadores. Entre os principais focos do sindicalismo revolucionário estava o objetivo de trabalhar com elementos capazes de romper com a distância entre os trabalhadores para o estabelecimento de laços de solidariedade (TOLEDO, 2004). A partir dessa posição de neutralidade política foi possível ao sindicalismo revolucionário tentar o status de movimento autônomo.

Na Espanha e Itália, o anarquismo partindo de Bakunin foi um fator essencial para a constituição da base teórica do movimento operário em algumas regiões desses países (DARLINGTON, 2009). Apesar dessa semelhança, a história do movimento operário de cada país também foi feita da própria história que a cada local estava reservada. Na Itália, a atuação anarquista com o pensamento de Bakunin, com os militantes italianos ao lado movimento operário e das massas em geral, foi expressivo até, aproximadamente, o final do século XIX. Entre 1900 e 1908, foi a vez do Partido Socialista Italiano se fazer mais pungente ao lado do proletariado. Outra força política veio a surgir em 1912, quando formada a USI (ANTONIOLI, 2004, p. 198) sob as bases do sindicalismo revolucionário de ação direta, como a indicação francesa desde antes rompida com a via política parlamentar.

A mobilização da ação direta na Itália, a partir da compreensão próxima da ideia francesa, parece ter seus anos de atraso em relação a outras partes do mundo, visto que, na década de 1910, países como Brasil, Argentina, Espanha e Portugal tinham um movimento operário muito mais íntimo do sindicalismo revolucionário de ação direta originado na França. Pouco antes ou depois do século XX, algumas greves no país não foram algo incomum, porém o pensamento que as deu base refletia aspectos de sua característica, mas sem defini-la por inteiro. É sabido que as ideias vindas da vizinha França transitavam pela Itália. Ainda assim, “é difícil descobrir as direções através das quais uma mentalidade favorável à ação direta e à greve geral afirmou-se na Itália” (ANTONIOLI, 2004, p. 192). A circulação da ação direta na Itália ocorreu dentro do breve panorama apresentado. Desse modo, cabe entender, em cada momento de análise, na Itália, sobre as greves quando elas foram apoiadas pelos membros defensores da ação direta em uma característica revolucionária e expropriadora.

Por alguns pontos de modo similar, como sucedeu na França, os promotores militantes e intelectuais eram homens que abandonaram a crença no socialismo de ação reformista. Isso veio a ser algo que realmente caracterizou a participação do movimento

operário italiano no contexto transnacional, porque a via eleitoral nunca foi de fato deixada de lado por parte dos militantes italianos; contudo, foi ao longo da década de 1910 que a ação direta foi ganhando espaço no ambiente sindical a partir dessa perda de ânimo com o socialismo partidário (PERE, 1991). Somadas as greves, o último ano desse decênio teve a estruturação do *Comitê nacional da ação direta*, que foi elementar para a interação sobre o tema da circulação da ação direta.

O forte laço entre Itália e Brasil, devido ao fluxo migratório de italianos, permitiu que a complicada definição do sindicalismo italiano, dado pela via que oscilou entre a ação direta e a ação eleitoral, chegasse ao conhecimento do movimento operário brasileiro de forma mais contínua através dos periódicos que publicavam artigos intitulados como *Attorno al sindacalismo*²⁵⁴, texto de Gigi Damiani; *Il Tacito Accordo: Riformisti, Sindacalisti e Farciolo*²⁵⁵, escrito por A. Cerchiai; *Contro L'ibridismo Rivoluzionario*²⁵⁶, artigo com a rubrica de Acratibis, ou mesmo um artigo de Malatesta sobre a questão da organização operária com o título de *Il Principio D' Organizzazione*²⁵⁷. No primeiro, Gigi Damiani tece alguma crítica às greves socialistas, coloca o sindicalismo para além da ação direta, e o que mais chama a atenção é sua discussão do sindicalismo não como movimento, mas pela oposição que buscou alcançar frente ao PSI. O artigo de Alessandro Cerchiai traz o olhar crítico ao fato de os sindicalistas elegerem deputados como Arturo Labriola e cita a greve de Parma, que teve a atuação de lideranças sindicais. Outro militante de origem italiana que se envolve nessa polêmica relação ação direta e ação eleitoral foi Alceste de Ambrys, que tanto defendeu uma quanto a outra proposta²⁵⁸.

Na parte do mapa ocupada pelo mundo ibérico, na Espanha não houve favorecimento para o “estadismo centralizador” (NETTLAU, 2014, p. 121) desde a década de 1860 vinha fazendo parte da formação de um movimento operário transnacional e é um dos países pelos quais podemos distinguir elementos que dizem sobre como o princípio anarquista da ação direta foi proposto e mobilizado pelo

²⁵⁴ *La Battaglia* (SP), 30/5/1909, ano V, n. 217.

²⁵⁵ *La Battaglia* (SP), 13/6/1909, ano V, n. 219.

²⁵⁶ *La Battaglia* (SP), 11/9/1910, ano VII, n. 272.

²⁵⁷ *La Battaglia* (SP), 27/11/1910, ano VII, n. 282.

²⁵⁸ Anteriormente já mencionado que Alceste também buscou apresentar seu pensamento sobre a definição da ação direta valorizando a ação autônoma. Porém, em 7 de janeiro de 1902, *Amigo do Povo*, número 5, ano I, trouxe informações entre as quais se verifica Alceste defendendo o voto.

operariado espanhol. Os militantes espanhóis começaram a integrar o movimento operário lá no começo, quando passou a surgir a expectativa de um movimento internacional com os congressos da AIT. Nesse período, com foco ao ano de 1868, uma revolta ocorrida na Espanha chamou a atenção da seção da Internacional em Genebra, na Suíça. Em consequência, os laços com Bakunin começaram a ser afinados e uma visita para Espanha a ser realizada pelo italiano Giuseppe Fanelli foi programada, e disso resultou no estímulo para a abertura de uma seção da AIT em Madri (ABELLÓ, 2009). Elementar no movimento operário espanhol, que mesmo conhecendo o sindicalismo revolucionário de ação direta surgido na França, foi a significativa presença do anarcossindicalismo (PERE, 1991) e da presença expressiva de intelectuais entre o grupo de militantes e operários.

O anarquismo foi quem de primeiro momento tomou a frente no seio operário na disputa por ele com as outras correntes políticas. As regiões da Catalunha e Andaluzia são locais pelos quais pode-se ver de onde vieram os pensamentos teóricos que iriam dar mais energia às práticas que representavam a ação direta (NETTLAU, 2014, p. 125). Foi em 1907 que o modelo francês do sindicalismo revolucionário passou a ter espaço em Barcelona, por meio do grupo Solidariedade dos Trabalhadores que foi pesadamente influenciado pelo anarquismo (ABELLÓ, 2009).

Sobre Portugal, nossa referência é dada pelo documento do sindicalismo revolucionário constituído a partir do folheto *Sindicalismo e ação direta* dedicado à educação operária, produzido em 1911 pelo Comitê de Propaganda Sindicalista do Porto, sob norma estabelecida pelo Centro de Estudos Sociais²⁵⁹. Nesse documento foi desenvolvido um panorama da atual condição do operariado entre a virada do século XIX para o XX, e definido quais os caminhos deveriam seguir os trabalhadores para mudar a situação degradante. Nesta questão que implica dois fatores, a forma de associação e a tática de luta, foi feita uma análise crítica em relação às organizações alemãs e inglesas. Quanto às primeiras, o ponto fundamental tratado era sobre o fato de as organizações alemãs preconizarem a social-democracia, o partidarismo e a ação eleitoral, mas, pelas observações, em 1910, houve uma greve de carvoeiros em Berlim que significou gestos revolucionários. No que concerne às organizações trade-unionistas inglesas, o ponto chave comentado foram as caixas de resistência que auxiliavam os trabalhadores no momento de greve. Como na Alemanha, a Inglaterra também viu os

²⁵⁹ Documento consultado em pesquisa realizada no Arquivo Edgar Leuenroth, em Campinas.

trabalhadores disputarem seu espaço com o uso da ação direta. Por meio desse folheto, notamos que o sindicalismo revolucionário de ação direta teve sua morada na vida associativa dos operários portugueses, que também viram no princípio anarquista possibilidades de ganhos reais.

O sindicalismo revolucionário em Portugal que preconizava a ação direta também pode ser notado no país por meio do periódico *A Batalha*²⁶⁰, que como redator principal tinha Alexandre Vieira e no cargo de editor Joaquim Cardoso. O diário era uma propriedade da Confederação Geral do Trabalho, seu subtítulo era *Diário da Manhã – Porta Voz da Organização Operária Portuguesa*. *A Batalha* tinha a peculiaridade de ser um diário, em suas páginas constavam notícias sobre o movimento operário nacional e internacional no período em que o mundo e o movimento operário internacional acompanhavam atentamente o segundo ano da Revolução Russa em 1919. Os traços do anarquismo associado ao sindicalismo revolucionário são possíveis de serem descobertos percorrendo as páginas do jornal *Terra Livre*, que em 1913 parecia estabelecer uma definida relação com o Brasil a partir do Rio de Janeiro com Astrojildo Pereira²⁶¹, o jornal também publicava textos de Neno Vasco, o militante português que viveu alguns períodos da sua vida no Brasil.

Essas particularidades no cenário com fundo transnacional, por onde buscamos observar a circulação da ação direta, é tocante para vermos que a tentativa de alinhamento do movimento operário internacional a partir dos congressos, tipos de organizações proletárias e teorias não foi suficiente para realizar uma greve geral e expropriadora. No que tangencia a relação entre intelectuais, militantes e operariado, dependendo do objetivo programado com a greve por parte daqueles que tinham por contribuição também a perspectiva teórica para ela, esta poderia sim ou não representar uma característica revolucionária.

Assim, vemos que a circulação da ação direta anunciada nos jornais por meio de greves, boicotes e sabotagens que ocorriam no mundo inteiro²⁶² – e que eram

²⁶⁰ Alguns números desse periódico foram consultados por meio do site do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP/UNESP) a partir da coleção *Canto Libertário*. Os periódicos digitalizados estão disponíveis para acesso na Biblioteca Digital da Unesp.

²⁶¹ Em 26/6/1913, o jornal imprime um texto de Astrojildo sobre o trabalho de propaganda libertária no Rio de Janeiro e a preparação para o Segundo Congresso da COB. Ano I, n. 20.

²⁶² Há uma relativa abundância de informações nos jornais sobre a prática da ação direta ou chamada para ela em diferentes países. Aqui decidimos apesar notificar alguns deles onde é possível notar essas informações. Ver: *Amigo do Povo* (SP), 14/3/1902, ano I, n. 23; 15/6/1903, ano II, n. 28. *Guerra Sociale*

elementos que constituíam uma prática de elo transnacional do movimento operário — foi mobilizada por grupos diferentes — que davam sentido teórico a ela de acordo com suas perspectivas políticas e revolucionárias que nem sempre eram parte do objetivo dos operários que mobilizavam a ação direta.

Toda a força de autonomia que se quis promover com a ação direta no campo de batalha nem sempre foi encontrada, pois, por vezes, quando alguma greve rompia para que os trabalhadores conquistassem sua reivindicação, era necessária a intervenção do Estado. Outro fato peculiar no que diz respeito à relativa autonomia do movimento operário, que está ligada à circunstância específica de cada região, é o Estado ter subsidiado algumas organizações proletárias. Isso foi uma prática controversa possível de ser observada na França²⁶³, onde a autonomia foi profundamente debatida e espalhada para o movimento operário transnacional, ou seja, de maneira implícita, de acordo a região onde houvesse algum movimento operário adepto da autonomia operária, e esta poderia ser condicionada ao papel do governo que conseqüentemente interferiria da ação direta. Todavia, percebemos que a ação direta foi um fenômeno que circulou pelos quatro cantos do mundo, gerada por distintos anseios que foram concentrados nela como tática que, a partir do ponto em que era utilizada por um determinado grupo, poderia sair do eixo de sua formulação principal, que se perdia nas diferentes opiniões em relação a ela, das quais podemos ter melhor avaliação através dos militantes do que em relação aos operários.

(SP), 26/3/1917, ano III, n. 49. *Guerra Social* (RJ) 3/4/1912, ano I, n. 19; 3/11/1911, ano I, n. 5. *A Terra Livre* (RJ) 13/6/1908, ano III, n. 61. *A Lucta Proletaria* (SP) 8/2/1908, ano III, n. 4. *La Propaganda Libertaria* (SP) 10/10/1914, ano II, n. 14. *A Voz do Trabalhador* (RJ) 1/6/1914, ano VII, n. 56. *Voz do Povo* (RJ) 9/11/1920, ano I, n. 274. *La Battaglia* (SP) 17/10/1909, ano VI, n. 233; 14/1/1914, ano VI, n. 244. *Terra Livre* (Lisboa/Portugal) 1/5/1913, ano I, n. 12. *A Batalha* (Lisboa/Portugal), 1/11/1919, ano I, n. 246. *Les Temps Nouveaux* (Paris/França) 15/8/1908, ano XIV, n. 16.

²⁶³ LINDEN, Marcel van der. Second Thoughts on Revolutionary Syndicalism. *Labour History Review*, vol. 63, issue 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após esse percurso pelo multifacetado movimento operário brasileiro e internacional – conectado ao anarquismo e sindicalismo revolucionário –, no qual a ação direta foi mobilizada a partir de diferentes expectativas, vimos que houve uma complexa relação entre trabalhadores militantes e trabalhadores em geral, no tocante à mobilização dessa tática.

Ao longo do período pesquisado, 1906 a 1919, concentramos parte de nossa atenção na perspectiva da autonomia que os militantes trabalhadores deram à ação direta, por meio das teorias relativas ao princípio, essa perspectiva foi a mais constante nas ideias formuladas a respeito da ação direta. Salientamos isso devido ao fato que os pensamentos alusivos à ação direta não formavam um conjunto uniforme. Refletimos que pesquisas atentas à sua historicidade, que busquem captar os momentos em que os pensamentos se alteram, podem qualificar ainda mais a compreensão do que queriam expressar os militantes quando falavam da ação direta.

Contudo, conseguimos apurar que as práticas que deram forma à ação direta já eram parte do repertório de armas que os trabalhadores tinham à sua disposição no

campo reivindicativo: as paralisações na jornada de trabalho, os atentados contra as máquinas ou mesmo a baixa produção foram meios que, no incipiente mundo do trabalho assalariado, oriundo da Revolução Industrial, os trabalhadores encontraram para conquistarem melhores condições de trabalho e pagamento. Nesse cenário reivindicativo que formataria o nascimento do movimento operário internacional, a AIT teve um papel extremamente importante ao formular que somente por meio da própria autonomia a classe operária teria condições de se emancipar. Tendo como ponto de partida essa formulação, anarquistas e socialistas foram ocupados em tentar trazer medidas práticas para a luta operária, e os anarquistas tenderam a radicalizar na sua proposta no momento em que negaram a participação do operariado na luta política de caráter partidária e reformista.

Após Bakunin e a rede de militantes ligados a ele na Suíça, Espanha e Itália, que insistentemente atuaram junto na AIT em apoio às massas e à classe operária, foram os anarquistas franceses, e depois aqueles desertores do socialismo francês, que, na virada do século XIX para o XX, quem mais elevou o tom do uso autonomia operária. Na sequência das reflexões de militantes anteriores, como Carlo Cafiero e Malatesta, sobre o uso da greve e da greve geral com perspectiva insurrecional, e paralelamente à questão das associações de resistência da classe operária, os franceses do círculo de militantes e operários do qual fizeram parte Fernand Pelloutier e Émile Pouget também tomaram para si a responsabilidade de aliança junto ao movimento operário e fizeram da ação direta um conjunto de práticas (já familiares à classe trabalhadora) que representou uma tática de caráter próprio ao proletariado que poderia formar o caminho para a transformação social e, conseqüentemente, sua emancipação econômica e política.

Dessa forma, a ação direta simbolizada pelas greves, boicotes e sabotagens por meio dos militantes tinha um caráter reivindicativo e revolucionário, adquirindo uma base mais radical do que essas práticas tinham anteriormente nas mãos dos trabalhadores. O acréscimo revolucionário dado pelos militantes, que também se confundem no rótulo de trabalhadores, às práticas da ação direta a partir de um conjunto de teorias que passavam pelo campo da economia, da política e do social, foi divulgado entre a classe operária pelos jornais, panfletos, manifestos impressos, reuniões políticas e operárias, comícios, expulsões de militantes, enfim, por uma gama de meios que

davam corpo à propaganda libertária do operariado. Foi a circulação desses veículos de comunicação que levou a ação direta ser parte de um movimento transnacional com um compartilhamento de práticas e suas especificidades regionais. A cidade de São Paulo e o restante do Brasil também receberam a ação direta por esses caminhos. Contudo, pudemos observar que as práticas da ação direta, mesmo constituindo sua morada no seio do movimento operário brasileiro dentro de uma dinâmica de fluxo e refluxo, foi mobilizada constantemente para resolver problemas imediatos da vida da família operária. O problema da exaustiva jornada de trabalho, dos baixos salários, da moradia, os maus-tratos pelo empregador, mestres e contramestres, do trabalho de mulheres e crianças, as prisões de militantes trabalhadores foram as principais causas que levaram o operário em São Paulo a mobilizar-se pela ação direta.

No restante do país e do mundo, durante o período analisado, também não foram identificadas mobilizações operárias a partir da ação direta com características muito distantes das observadas em São Paulo. Mas, foi interessante notar que a perspectiva da autonomia existente na teorização da ação direta por vezes era abalada pela presença do Estado no intermédio das questões entre empregados mobilizados e empregadores. Era também o caso das Bolsas de Trabalho na França, que tinham financiamento do governo, ou da complexa relação entre socialistas italianos com as ideias do sindicalismo revolucionário. Eram fatores que trazem uma realidade de como foi protagonizada essa autonomia constituída pela ação direta.

Os casos excepcionais de quanto a ação direta mobilizada pelos trabalhadores esteve envolvida com atos insurrecionais no Brasil pôde ser observado nos anos de 1918 e 1919, no Rio de Janeiro e em São Paulo; contudo, foram casos que tiveram desfecho contrário do que buscam militantes e trabalhadores, e não há um sobre o qual podemos concluir se era ou não uma proposta revolucionária. No mais, podemos dizer que alguns grupos de operários estavam preparados para confrontos armados com a polícia e outros, através do contato com as ideias revolucionárias, podem ter tido maior propensão a realizar os atos revolucionários, mas isso foi novamente observado como pouco comum entre o operariado. O caso de maior relevo no período observado de quando a ação direta foi mobilizada dentro de um processo de traços revolucionários ocorreu na Rússia, no estourar da revolução começada em fevereiro de 1917. O papel de trabalhadores do campo e da cidade praticando a greve e a expropriação da terra foi

fundamental naquele momento, e a presença dos anarquistas em favor da ação direta para manter a revolução longe das mãos dos seres externos às massas não esteve fora do processo, no entanto, uma discussão entre a presença da ação direta e dos trabalhadores na Revolução Russa requer maior cuidado para podermos levantar qualquer conclusão.

Nesses casos, tanto nos ocorridos no Rio de Janeiro e São Paulo quanto na Revolução Russa, é notável a relação entre militantes e trabalhadores na busca de um objetivo que parecia ser comum, como tanto se tentou fazer com que os trabalhadores se mobilizassem partindo de uma pauta comum. Em São Paulo, por exemplo, as reivindicações da greve de 1917 são elucidativas nesse ponto. A justificativa para trazermos esse ponto se dá pelo fato de que ele, ao que nossa análise permite indicar, foi um elemento faltante para que a mobilização da ação direta estivesse mais próxima da prática insurrecional. Pois, na cidade de São Paulo, os libertários viam os objetivos buscados pela mobilização operária dentro de um limite que não podemos considerar que todos os objetivos dos militantes pudessem ser comuns aos dos trabalhadores ou vice-versa. Disso propomos que os trabalhadores no movimento operário brasileiro entenderam o alcance dado pela tática da ação direta no campo econômico e político, contudo a mobilizaram dentro de expectativas próprias da vida operária, o que deu motivo para as críticas libertárias no contexto nas mobilizações ocorridas. E no vínculo da ação direta com o revolucionário cabe ressaltar, de acordo com Pouget, que a revolução não era responsabilidade total da ação direta e que ela deveria ser construída diariamente pela classe operária – isso pode demonstrar posições diferentes de como os próprios militantes poderiam ter visões díspares da ação direta.

Outra consideração que gostaríamos de fazer diz respeito ao fato de que a análise da ação direta pelos jornais por vezes não nos permite identificar a posição política do grupo operário em mobilização ou se de fato havia alguma. Na maior parte das vezes, podemos observar quem eram os militantes na articulação da mobilização e aqueles que estiveram por detrás das ligas operárias da Mooca e do Belenzinho em 1917. Quando as greves em outros países eram noticiadas, a busca por essa relação é mais difícil ainda de ser observada. Cremos que, em alguns casos, isso se dá pelo motivo de que como os jornais tinham sua característica militante e eram os militantes os que mais contribuíam com conteúdo, mencionar a ocorrência de alguma mobilização operária em qualquer lugar do mundo era mais um ato de propaganda mostrando um exemplo a ser seguido.

Ao longo do percurso, vimos também que a ação direta não foi prática mobilizada pelos operários, as mulheres operárias também utilizaram-se dela para buscar melhores condições no âmbito econômico e moral. Além disso, notamos que as determinações genéricas, como classe operária, proletariado ou operariado, por manterem uma relação mais íntima com o gênero masculino, pode ser um véu que ofusque a visão do historiador menos sensível à complexidade do movimento operário e da atuação das mulheres.

A presença da mulher operária em São Paulo pôde ser observada desde antes de 1906, mas foi quase que exatamente dez anos depois que vimos que ela também foi peça-chave dentro do movimento operário. No ano de 1917, a mobilização iniciada no Cotonifício Crespi teve evidente participação das operárias. Além desse fator, naquele ano a ação direta na cidade e no Brasil toma respeitável vigor com a mobilização operária. Notamos como as greves daquele período foram importantes para a organização associativa dos trabalhadores, a militância conjunta entre anarquistas, sindicalistas revolucionários e socialistas incentivando a paralisação do trabalho pelos operários, como as greves por solidariedade, estiveram em atuação, as greves em seções diferentes da mesma fábrica, algo pouco comum em mobilizações anteriores. O papel das ligas operárias em condensar os trabalhadores por bairro abrangendo diferentes categorias profissionais era um diferencial na organização das práticas da ação direta em conjunto com operariado.

Por fim, mesmo com todo o espaço que a ação direta conquistou dentro do movimento operário do Brasil e em todo o mundo, ela não era aceita com unanimidade por diferentes motivos, como a presença das outras correntes de caráter reformista que também disputavam espaço dentro movimento operário, influenciando parte dos trabalhadores, ou pela repressão que, muitas vezes, vinha para acabar com as greves. E era evidente que entre os próprios militantes ela causa divergências, fato observado a partir dos debates entre libertários e sindicalistas revolucionários em relação aos propósitos das greves operárias.

FONTES

Jornais:

Amigo do Povo (São Paulo, 1902-1904)

Barricata, La. (São Paulo, 1912-1913)

Batalha, A. (Lisboa/Portugal, 1919)

Battaglia, La. (São Paulo, 1909-1912)

Folha do Povo (Sta. Maria/RS, 1920)

Germinal (São Paulo, 1902 e 1913)

Germinal (Bahia, 1920)

Guerra Social, A. (Rio de Janeiro, 1911-1912)

Guerra Sociale (São Paulo, 1915-1917)

Lucta Proletaria, A. (São Paulo, 1906 e 1908)

Propaganda Libertaria, La. (São Paulo, 1913-1914)

Temps Nouveaux, Les (Paris/França, 1908)

Terra Livre, A. (Rio de Janeiro, 1908)

Terra Livre (Lisboa/Portugal, 1913)

Voz do Povo (Rio de Janeiro, 1920)

Voz do Trabalhador, A. (Rio de Janeiro, 1913-1914)

Resoluções de Congressos:

Congresso Operário Brasileiro (COB, 1906)

Congresso Operário Brasileiro (COB, 1913)

Brochuras:

L'action directe (Émile Pouget)

L'azione diretta, pagine di propaganda elementare sindacalista (Alceste De Ambris, 1907)

Sindicalismo e ação direta (Comitê de Propaganda Sindicalista do Porto/Portugal, 1911)

Programa anarquista (Rússia, 1917)

Livros:

Reflexões sobre a violência (George Sorel, 1907)

REFERÊNCIAS

ABELLÓ, Teresa. **Anarchism in the Catalan-Speaking Countries: between Syndicalism and Propaganda (1868-1931)**. Institut d'Estudis Catalans, Barcelona. *Catalan Historical Review*, 3, 2010, p. 87-102.

ANTONIOLI, Maurizio. A U.S.I.. O sindicalismo revolucionário italiano. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. In: COLOMBO, Eduardo. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

ALVES, Paulo. **Anarquismo e anarcosindicalismo: teoria e prática no movimento operário brasileiro (1906-1922)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2002.

AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002 (Coleção Teses e Monografias).

BADARÓ, Marcelo. **Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil**. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%F3%20Mattos.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. **O ano vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BANTMAN, Constance. **Paul Delesalle**. Disponível em: <http://www.blackwellreference.com/public/tocnode?id=g9781405184649_yr2012_chunk_g97814051846491688>. Acesso em: 09 set. 2017.

_____. The Militant Go-Between: Émile Pouget's Transnational Propaganda (1880-1914). **Labour History Review**, v. 74, n. 3, 2009, p. 274-287.

_____. Internacionalism without an Internacional? Cross-Channel Anarchist Networks, 1880-1914. In: **Revue belge de philologie et d'histoire**. Tome 84 fasc. 4, 2006. Histoire medievale, moderne et contemporaine - Middeleeuwse. moderne en hedendaagse geschiedenis, p. 961-981.

BATALHA, Claudio Henrique M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: DELGADO, Lucília de Almeida; FERREIRA, Jorge (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (O Brasil Republicano; v. 1).

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1981.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá. O anarquismo sem adjetivo: a trajetória libertária de Angelo Bandoni entre propaganda e educação. In: **Revista Semina**, v. 15, n. 2, 2016, p. 76-95.

BIONDI, Luigi. **Classe e nação**: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1980-1920. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BITTENCOURT, Ícaro. O operariado no Brasil da Primeira República: alguns apontamentos teórico-metodológicos e historiográficos. In: **Sociais e Humanas**. Santa Maria, v. 20, n. 01, jan./jun., 2007, p. 141-151.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CACCAVELLI, Bruno; SANTOS, Kauan Willian dos. Educação e Protesto: no rastro das escolas e grupos racionalistas e sindicais e as reivindicações operárias em São Paulo na segunda década do século XX. In: **Espaço Plural**, ano XVII, n. 34, 1º Semestre 2016, p. 520-550.

_____. Associações de trabalhadores no bairro paulistano da Mooca entre 1900 e 1920. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 7, n. 14, jul./dez. 2015, p. 145-166.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário** (movimento operário nos anos 1917 a 1921). Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, n. 64, 2012, p. 77-99.

CASTRO, Rômulo de Souza. Nestor Makhno: a crítica à autoridade e ao estadismo na destruição da Revolução Russa. In: JOURDAN, Camila; MORAES, Wallace Santos (Org.). **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

CLEYRE, Voltairine de. **Ação direta**. Disponível em:

<https://facadaleitemoca.files.wordpress.com/2015/11/acao_direta_voltairine_de_cleyre.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Espaço urbano e imigrantes: Porto Alegre na virada do século. In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXIV, n. 1, jun./1998, p. 149-164.

CORRÊA, Felipe; SILVA, Rafael Viana da. Anarquismo, teoria e história. In: CORRÊA, Pedro; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares (Org.). **Teoria e história do anarquismo**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

_____. O pensamento de Errico Maltesta. In: JOURDAN, Camila; MORAES, Wallace Santos (Org.). **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

CORREIA, Francisco. **Mulheres anarquistas**. Coleção Remate de Males. Campinas: n. 5, 1985, p. 43-60.

COSTA, Emília Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. Porto Alegre: **Revista Anos 90**, n. 10, dez./1998, p. 7-22.

_____. Estruturas versus experiência. Novas tendências na história do movimento operário na América Latina: o que se perde e o que se ganha. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, n. 29, 1º semestre de 1990, p. 3-16.

CURY, Vania Maria. Algodão e proteção: a indústria têxtil no Brasil, 1830-1930. Universidade Federal de Goiás: **História Revista**, 4 (1/2), jan./dez., 1999, p. 79-97.

DAMIER, Vadim. **Anarcho-syndicalism in the 20th Century**. Translated from Russian by Malcolm Archibald. Canada: Black Cat Press, 2009.

DAMIRO, José. **Mikhail Bakunin e a educação na AIT**: notas sobre a instrução integral. Disponível em:

<file:///C:/Users/USER/Documents/P%C3%B3s/Bibliografia/Artigos/Damiro%20Educao%20AIT.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

DARLINGTON, Ralph. Syndicalism and the Influence of Anarchism in France, Italy and Spain. University of Salford. **Anarchist Studies**, 17 (2), 2009, p. 29-54.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Tradução: César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

ENCKELL, Marianne. A A.I.T.: a aprendizagem do sindicalismo e da política. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. In: COLOMBO, Eduardo. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1999.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 1).

FERRO, Marc. **A Revolução Russa de 1917**. Tradução: Maria P. V. Resende. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FIGES, Orlando. **A tragédia de um povo: a Revolução Russa 1891-1924**. Tradução: Valéria Rodrigues. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FILHO, Daniel Aarão Reis. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

FRACARRO, Glaucia. **Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. Tese de Doutorado. Campinas: [s.n.], 2016.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVII e XIX). São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GABRIEL, Pere. **Sindicalismo y huelga Sindicalismo revolucionario francés e italiano**. Su introducción en España. Madrid: Ayer, n. 4 (1991), p. 15-46.

GIANINAZZI, Willy. Le syndicalisme révolutionnaire en Italie (1904-1925). Les hommes et les luttes. **Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle**, n. 24, 2006/1, p. 95-121.

GODOY, Clayton Peron Fraco de. **Ação direta**: transnacionalismo, visibilidade e latência na formação do movimento anarquista em São Paulo (1892-1908). Tese (Doutorado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2013.

GOMES, Leandro Ribeiro. **Libertários e bolcheviques**: a repercussão na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922). Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2012.

GUIMARÃES, Adonile Ancelmo. **Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política** (persuasão e violência na modernidade). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

GRAEBER, David. **Direct Action**: an Ethnography. Oakland: Ak Press, 2009.

HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **A classe operaria no Brasil**. Documentos (1889-1930) – vol. I: O movimento operário. São Paulo: Alfa Omega: (1979).

_____. **A Confederação Operária Brasileira (COB) no centenário do seu segundo Congresso**. Terceiro Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 16-20 set. 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Tradução: Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Primitive Rebels**: Banditry, Mafia, Millenarians, Anarchists, Sicilian Fasci, the City Mob, Labour Sects, Ritual, Sermons & Oaths. University of Manchester at the University Press, 1963.

JOLL, James. **Anarquistas e anarquismo**. Tradução: Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1964.

JOURDAN, Camila; MORAES, Wallace Santos. **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

KHOURY, Yara Aun. Edgard Leuenroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 1).

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

_____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos histórico. Tradução: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KROPOTKIN, Piotr. **A grande revolução, 1789-1793**. Bahia: Progresso Editora, 1955. (Volume I e II).

LANDI, Gianpiero. **Armando Borghi**: protagonista e critico del sindacalismo anarchico. Edizioni: Bruno Apini, 2012.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Pensiero e Dinamite**: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos 1890. Tese (doutorado) – Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

LEVAL, Gaston. **Bakounine, fondateur du syndicalisme revolutionnaire**. Disponível em: <<http://monde-nouveau.net/spip.php?article3>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **A semana trágica**: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Museu do Imigrante, 1997.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MALATESTA, Errico. **A anarquia**. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Editora Imaginário, Soma, Nu-Sol, 2001.

MARINI, Gualtiero. **Revolução, anarquia e comunismo**: às origens do socialismo internacionalista italiano (1871-1876). Tese (Doutorado) – Universidade de Campinas, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2016.

MARTINHO, Francisco. Resistências ao capitalismo: plebeus, operários e mulheres. In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX o tempo das certezas**: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 77-97.

MORAES, Wallace dos Santos. Teses da teoria política anarco-comunista – reflexões a partir do pensamento de Kropotkin. In: JOURDAN, Camila; MORAES, Wallace Santos (Org.). **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. **A República radical**: formação dos movimentos sociais e sindicalismo revolucionário na França (1880-1914). Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 9, n. 1, jan./jun. 2016.

NETO, José Miguel Arias. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: DELGADO, Lucilia de Almeida; FERREIRA, Jorge (Org.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 (O Brasil Republicano; v. 1).

OITICICA, José. **Ação direta**: antologia dos melhores artigos publicados na imprensa brasileira – meio século de pregação libertária. Rio de Janeiro: Editora Germinal, 1970.

OLIVEIRA, Tiago Bernadon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciência Humanas e Filosofia, 2009.

PEDRO, Felipe Corrêa. **Rediscutindo o anarquismo**: uma abordagem teórica. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

PEREIRA, Joana Dias. O mundo urbano do trabalho no alvorecer da industrialização: o caso da península de Setúbal. **Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade**, v. 1, n. 1, 2012, p. 1-20.

_____. **O sindicalismo revolucionário em Portugal no primeiro quartel de século XX**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Estudos do século XX, n. 9, 2009, p. 117-134.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O Brasil republicano**: sociedade e instituições (1889-1930). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

RICHARDS, Venon. **Errico Malatesta**: his Life & Ideas. London: Freedom Press, 1965.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. As revoluções burguesas. In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis; ZENHA, Celeste (Org.). **O século XX o tempo das certezas**: da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 77-97.

ROMANI, Carlo. **História e historiografia do anarquismo italiano**: das origens até 1907. Rede-A: v. 3, n. 2, jul./dez., 2013.

_____. **Oreste Ristori**: uma aventura anarquista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra (1730-1848). Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

RUGAI, Ricardo Ramos. **Um partido anarquista**: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU. São Paulo: Ascaso, 2013.

SILVA, Maria Amélia Gonçalves da. Rompendo o silêncio: a participação feminina no Movimento Operário de Rio Grande-Pelotas (1890-1920). In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXII, n. 2, dez. 1996, p. 157-175.

SAMIS, Alexandre. Associação Internacional dos Trabalhadores e a conformação da tradição libertária. In: CORRÊA, Pedro; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares (Org.). **Teoria e história do anarquismo**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

_____. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 1).

_____. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. Tradução: Plínio Augusto Coêlho. In: COLOMBO, Eduardo. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.

SANTOS, Kauan Willian dos. **Paz entre nós, guerra aos senhores**: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos *Guerra Sociale* e *A Plebe* na segunda década do século XX em São Paulo.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

SILVA, Rafael Viana. Os revolucionários Ineficazes de Hobsbawm: reflexões críticas de sua abordagem do anarquismo. In: CORRÊA, Pedro; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares. (Org.). **Teoria e história do anarquismo**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

SILVA, Selmo Nascimento da. O bakunismo: ideologia, teoria, estratégia e programa revolucionário anarquista. In: JOURDAN, Camila; MORAES, Wallace Santos (Org.). **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

SCHMIDT, Michael; WALT, Lucien van der. **Black Flame: the Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism**. Oakland: Ak Press, 2009.

_____. Apresentando a Chama Negra. In: CORRÊA, Pedro; SILVA, Rafael Viana da; SILVA, Alessandro Soares (Org.). **Teoria e história do anarquismo**. Curitiba: Editora Prisma, 2015.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SPARROW, Rob. **Política anarquista e ação direta**. Tradução: Felipe Corrêa. Editora Faísca, 2009.

TOLEDO, Edilene. Liberdade e solidariedade. **Revista da Biblioteca Nacional de História**, ano 8, n. 95, p. 17-18, ISSN 1808-4001, ago. 2013.

_____. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil; v. 1).

_____. **Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

TURCATO, Davide. Italian Anarchism as a Transnational Movement, 1885-1915. **International Review of Social History (IRSH)**, v. 52, n. 3, 2007, p. 407-444.

VALADÃO, Marina Tannús; LOPREATO, Christina da Silva Roquette. Biografia(s) anarquista(s): militância libertária sob as lentes da História Impresa. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia/MG, v. 2, n 1, out. 2008, p. 1-26.

VANDERVORT, Bruce. **Victor Griffuelhes & French Synicalism, 1895-1922**. Louisiana State University Press, 1996.

WALTER, Nicolas. **Do anarquismo**. Tradução: Júlio Carrapato. São Paulo: Editora Imaginário, Soma, Nu-Sol, 2000.

WOODCOCK, George. **Os grandes escritos anarquistas**. Tradução: Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Rio Grande do Sul: L&PM Editores, 1981.

